



Elaine Monteiro Ribeiro

**Quilombo é onde estou:
Experiências, saberes insurgentes e a
Intelectualidade negra
orgânica de Beatriz Nascimento (1942-1995).**

Dissertação de Mestrado

Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História Social de Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Linha de pesquisa: Experiências e Conexões Culturais.

Orientadora: Profa. Crislayne Gloss Marão Alfagali

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2024.



Elaine Monteiro Ribeiro

**Quilombo é onde estou:
Experiências, saberes insurgentes e a
Intelectualidade negra
orgânica de Beatriz Nascimento (1942-1995).**

Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História Social de Cultura da Pontifical Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Linha de pesquisa: Experiências e Conexões Culturais.

Profa. Crislayne Gloss Marão Alfagali

Orientadora

Departamento de História – PUC-Rio

Profa. Dra. Karine Teixeira Damasceno

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts

Departamento de Geografia – UFG

Prof. Dr. Edson Silva de Lima

Departamento de História– FFP/UERJ

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2024.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Elaine Monteiro Ribeiro

Graduou-se em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019). Cursou o Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro obtendo o título de mestre em 2024.

Ficha Catalográfica

Ribeiro, Elaine Monteiro

Quilombo é onde estou : experiências, saberes insurgentes e a intelectualidade negra orgânica de Beatriz Nascimento (1942-1995) / Elaine Monteiro Ribeiro ; orientadora: Crislayne Gloss Marão Alfagali. – 2024.

129 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Maria Beatriz Nascimento. 4. Quilombos. 5. História do Brasil. 6. Intelectual negra. 7. Pensamento quilombola. I. Alfagali, Crislayne Gloss Marão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

À Elaine que por vezes se perdeu,
mas agora, com o coração aos pulos,
reconciliou-se com o seu lugar.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o órgão do Ministério da Educação que avalia e gerencia a qualidade da pós-graduação e as bolsas de estudo no Brasil. Graças a CAPES, eu pude receber uma bolsa de estudo que me permitiu dedicar-me integralmente à minha pesquisa durante o puerpério, que coincidiu com o ingresso na pós-graduação.

Agradeço também à minha orientadora Crislayne, que foi resiliente a todo o processo de produção desta dissertação. É fato que não foi fácil, enfrentamos uma pandemia, dificuldades de acessos aos acervos e inúmeras dificuldades pessoais. Mas ela sempre me apoiou, orientou e incentivou com paciência e sabedoria.

Da mesma forma, agradeço aos meus amigos Edson, Maycon e Natalia, que me ajudaram com altruísmo, atenção, carinho e paciência a cada uma das correções, sugestões e ouvidos atentos às dúvidas durante o processo de escrita do projeto de pesquisa, do desenvolvimento da dissertação e da finalização.

Além disso, agradeço ao Movimento Social que é a base para meu auto entendimento enquanto sujeita. Aqui agradeço ao Enegrecer e MNU, na figura do meu amigo Lucas Nascimento, que foi leitor atento dessa pesquisa e que se dedica diariamente a luta de enfrentamento ao racismo. Agradeço a Kizomba, na figura da vice-presidente Ana Priscila, que dedicou toda sua energia, mesmo durante a pandemia, na luta pela valorização das bolsas de fomento à pesquisa. Esta conquista foi imprescindível para a permanência no mestrado e sua conclusão.

As minhas amigas Luisa Caminha, Maira Marinho, Luisa Barreto, Ana Priscila, Lucas Azevedo, Natalia Miranda, Isadora Marchionni, Joyce Rodrigues, Tomás Agra e Pablo Ribeiro eu agradeço por ser a rede de apoio que cada um com sua diferente contribuição fez com que eu conseguisse seguir sonhando mesmo diante as adversidades e que hoje são não só meus amigos, mas também são família. Amo vocês!

A Patrícia Klein, Vera Miranda, Anderson Paixão, Lucena Pacheco Martins e Marcelo Nobile eu agradeço a solidariedade cotidiana no ambiente de trabalho, aos ouvidos atentos, aos acolhimentos e incentivos.

Por fim, agradeço ao meu filho Vitor, maior amor que a vida me deu, que é o motor que me motivou, direcionou, e potencializou a ânsia de me qualificar enquanto profissional e pesquisadora. Para nós, tudo!

Sou grata à vida que se ressignifica a cada passo. De fato os meus vem de longe, portanto, agradeço a todas e todos que vieram antes de mim. Ubuntu!

Resumo

Ribeiro, Elaine Monteiro. Quilombo é onde estou: experiências, saberes insurgentes e a intelectualidade negra orgânica de Beatriz Nascimento (1942 – 1995). Rio de Janeiro, 2024. 129p. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social de Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem como objetivo ampliar a visibilidade da obra de Maria Beatriz Nascimento, uma historiadora e intelectual negra que (re)escreveu a história do Brasil a partir da perspectiva dos quilombos. A dissertação se divide em três capítulos, que abordam diferentes aspectos da trajetória intelectual de Beatriz, desde sua formação acadêmica até sua atuação política e cultural. O primeiro capítulo examina o contexto histórico e social em que Beatriz se inseriu e atuou, bem como seus intercâmbios e diálogos com outros intelectuais de sua geração. O segundo capítulo analisa o processo de pesquisa de Beatriz sobre os quilombos, os conceitos e as referências filosóficas que ela mobilizou, e as contribuições que ela fez para o pensamento quilombola. O terceiro capítulo reflete sobre a produção de conhecimento de Beatriz com foco na experiência das mulheres negras, discutindo como ela construiu sua identidade subversiva e utilizou sua escrita como ferramenta de transformação social. A pesquisa se baseia em fontes documentais e manuscritas de Beatriz, bem como em autores que abordam temas relacionados à sua obra.

Palavras-chave

Maria Beatriz Nascimento; Quilombos; História do Brasil; Intelectual negra; Pensamento quilombola.

Abstract

Ribeiro, Elaine Moneiro. *Quilombo is where I am: experiences, insurgent knowledges and the organic black intellectualism of Beatriz Nascimento (1942 – 1995)*. Rio de Janeiro, 2024. 129p. Master's dissertation – Graduate Program in Social History of Culture, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to increase the visibility of the work of Maria Beatriz Nascimento, a black historian and intellectual who rewrote the history of Brazil from the perspective of the quilombos. The dissertation is divided into three chapters, which address different aspects of Beatriz's intellectual trajectory, from her academic formation to her political and cultural action. The first chapter examines the historical and social context in which Beatriz was inserted and acted, as well as her exchanges and dialogues with other intellectuals of her generation. The second chapter analyzes the research process of Beatriz on the quilombos, the concepts and philosophical references that she mobilized, and the contributions that she made to the quilombola thought. The third chapter reflects on the production of knowledge of Beatriz with a focus on the experience of black women, discussing how she built her subversive identity and used her writing as a tool for social transformation. The research is based on documentary and manuscript sources of Beatriz, as well as on authors who address topics related to her work.

Keywords

Maria Beatriz Nascimento; Quilombos; History of Brazil; Black intellectual; Quilombola thought.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. TRAJETÓRIA DA PESQUISA	10
2. CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DE UMA INTELLECTUAL ORGÂNICA	16
2.1. Do nome à obra, da obra à inquietação: Maria Beatriz Nascimento (1942-1995)	166
2.2. TRAJETÓRIA DE UMA HISTORIADORA E ATIVISTA NEGRA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA.	26
2.3. BEATRIZ E O MOVIMENTO NEGRO DE BASE ACADÊMICA: ENCRUZILHADAS DE UMA TRAJETÓRIA.	41
3. CAPÍTULO II - HISTÓRIAS QUE ELA (RE)CONTA: METODOLOGIAS, LEITURAS, EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS.	50
3.1. CONTEMPORÂNEOS DO PENSAR QUILOMBOLA: MARIA BEATRIZ, CLÓVIS MOURA E ABDIAS NASCIMENTO.	554
3.2. A REIMAGINAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL POR MARIA BEATRIZ: UMA PERSPECTIVA DIFERENTE SOBRE A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E DO NEGRO	699
3.3. QUILOMBO COMO SÍMBOLO: <i>ORÍ</i> A RESISTÊNCIA CULTURAL NEGRA	81
4. CAPÍTULO III TECER A HISTÓRIA INVISÍVEL: ANÁLISE DAS LUTAS E IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS ATRAVÉS DAS REFLEXÕES DE MARIA BEATRIZ NASCIMENTO	90

4.1. A FORASTEIRA DE DENTRO: RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO ATRAVÉS DA ESCRITA DE BEATRIZ COMO UMA FERRAMENTA PARA POTENCIALIZAR VOZ ÀS MULHERES NEGRAS.	95
4.2. "A MULHER NEGRA E O AMOR" E A ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E SOCIEDADE.	101
4.3 CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIR CAMINHANDO: O DESAFIO DAS INTELECTUAIS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS	107
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	1073
5. FONTES	1166
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1162

1 INTRODUÇÃO

1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Inspirada e alicerçada pelas encruzilhadas¹ teóricas da Historiadora Maria Beatriz Nascimento e, por sua proposta de construção de um “território (novo) existencial e físico” (NASCIMENTO, 1992, p. 419), a historiadora Giovanna Xavier da Conceição propõe um novo “território existencial historiográfico”. Esse “território” trata-se da História Intelectual de Mulheres Negras, que busca construir alternativas epistemológicas ao paradigma eurocêntrico, segundo o qual a intelectualidade é definida pelas experiências brancas, masculinas e heteronormativas (XAVIER, 2022, p. 353). Nesse contexto, a construção de narrativas em primeira pessoa demarca a conquista do direito de ter a “voz ouvida”, “falar sem medo” e, assim, “encontrar a intelectual” por parte das mulheres negras. O olhar para si pela “escrevivência historiográfica” é um traço distintivo do pensamento das intelectuais negras² (XAVIER, 2022, p. 350) e se insere no que Patrícia Hill Collins nomeia como uma “agenda de pesquisa em história social feminista negra” (COLLINS, 2019, p. 181).

Esta pesquisa tem suas referências no escopo teórico-metodológico da História Social da Cultural. Ao investigar o legado de Beatriz Nascimento sob esse prisma, busco compreender como suas ideias e ações podem lançar luz sobre o Pensamento Social de seu tempo e explora a possível invisibilidade da produção negra, bem como dentro desse campo, as relações de poder influenciam na escolha dos temas, das fontes e divulgação de pesquisas. Para tanto, utilizo uma

¹ Leda Maria Martins (1997) teoriza sobre o conceito de encruzilhada como um *locus* da qual se processam vias diversas de elaboração discursiva, motivadas pelos próprios discursos que coabitam [...] Operadora de linguagens de discursos, a encruzilhada, como um lugar terceiro, é geratriz de produção sígnica diversificada e, portanto, de sentidos. (MARTINS, 1997, p. 28) Texto publicado na revista Cultura vozes, em 1979.

² O conceito de intelectual negra de bell hooks (2019), mostrou-se central. A autora reflete: É o conceito ocidental sexista/racista de quem é o que é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossos ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros (hooks, 1995, p. 468).

abordagem metodológica qualitativa, baseada na análise documental e bibliográfica. Essas estratégias representam recursos que constituem uma valorização à experiência, a memória e a identidade das pessoas negras que tanto suportam quanto superam os limites da opressão das estruturas racistas e patriarcais por meio de suas produções de conhecimentos e saberes.

Em 2015, ainda na graduação em História, comecei a participar do Núcleo de Mulheres da História da UERJ e a partir dele dialogar com outros coletivos universitários, como o Coletivo Negro Maria Beatriz Nascimento (COMBENA) da UFRJ. Em 2016, tive a oportunidade de conhecer a história de Maria Beatriz, que foi homenageada com o nome da biblioteca do Arquivo Nacional, após uma consulta pública. Mais tarde, já estudante de Arquivologia (UNIRIO), pude ter contato com o seu Acervo, no projeto de iniciação científica “Arquivos de movimentos sociais: da produção ao acesso” e me encantei com as potencialidades daquele material. Foi então que decidi aprofundar o meu estudo sobre a sua obra e o seu contexto histórico.

Beatriz Nascimento, uma historiadora do percurso do negro no Brasil, fez de seu trabalho de pesquisadora e atuação política uma forma de combater o racismo e a falsa teoria da democracia racial. Ela acreditava que a história do negro no Brasil foi marcada por “quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir” (ORÍ, 1989). O recorte temporal da minha pesquisa abrange o período de 1942 a 1995. A fase formativa e política mais “porosa”, é marcado pela entrada de Beatriz na universidade e início de pesquisas acadêmicas (1968-1971), e conta com a produção do seu trabalho de conclusão de curso “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros” defendido na UFRJ em 1971³. Sua entrada na universidade coincide com a sua atuação política no enfrentamento à ditadura militar, a fundação do Movimento Negro Unificado e o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR). Este último é um dos primeiros grupos de estudos sobre a situação do negro e organizado por

³ O artigo “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas” de Maria Beatriz Nascimento foi publicado em 1981. Nesse trabalho, Beatriz Nascimento se dedicou ao estudo das formações de quilombos no Brasil. Parte do relatório do projeto desenvolvido entre 1978 e 1981 com apoio da Fundação Ford e um relato de trabalho de campo realizado no Kilombo, em Carmo da Mata (MG) não chegaram a ser publicados por Beatriz, as cópias de originais datilografados podem ser encontrados no acervo da autora, doado por sua filha Bethania Nascimento Freitas Gomes ao Acervo Nacional.

negros dentro de uma universidade. Durante este período, Beatriz foi uma das precursoras do chamado Movimento Negro de Base acadêmica (Ratts, 2009).

As fontes de pesquisa consistem no Fundo Maria Beatriz Nascimento (1979-1992), organizado pela equipe de Documentos privados sob supervisão de Beatriz Moreira Monteiro e disponibilizado através do Instrumento Provisório dos Documentos Textuais oferecidos pelo Arquivo Nacional. Esse fundo foi doado ao Arquivo Nacional por sua filha Bethânia Gomes Nascimento no ano de 1999. Atualmente, a documentação está distribuída em 27 caixas, cada caixa com uma média de 4 pastas. Nesses documentos podem ser encontrados correspondência, roteiro de filme, projetos e relatórios de pesquisa, publicações, estudos, fotografias sobre quilombos e a presença do negro na sociedade brasileira, discos e fitas em VHS. Para acessar esses documentos, o Arquivo Nacional disponibiliza o Instrumento Provisório dos Documentos Textuais, que é uma ferramenta arquivística que elenca e descreve item a item cada um dos documentos existentes nas caixas que estão sob guarda do Arquivo Nacional.

Há hoje cerca de 27 caixas já organizadas e uma imensa quantidade de documentos contidas nelas. Para fim desta pesquisa, elenquei as caixas, pastas e itens que identifiquei como relevantes para análise que propomos. Para sistematizar o acesso às fontes selecionadas, foi organizado uma tabela com 83 itens de documentos textuais que contém as seguintes informações: Caixa/pasta/item; suporte; título; ano; custódia/origem; descrição.

Para desenvolver a análise inicialmente da fonte documental, utilizei o Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, amparada pelo Instrumento provisório disponibilizado virtualmente pelo Arquivo nacional. Além disso, foi utilizado uma tabela própria, feita com o propósito de sistematizar as fontes documentais que dialogam com o projeto de pesquisa aqui apresentado. Elas foram construídas a partir de termos chaves como: Atividades profissionais, Magistério; Poesias; Manuscritos; Pós- graduação; Filme Orí; Assassinato. O objetivo com tais procedimentos foi mapear a trajetória de Beatriz através do seu Fundo documental e, principalmente, conhecer os caminhos percorridos para a elaboração de suas reflexões teóricas, suas ações políticas e afins.

A inquietação que motivou essa pesquisa foi pensar de que maneira Maria Beatriz construiu uma epistemologia negra a partir da memória social dos quilombos? Como ela dialogou com outros intelectuais negros e negras no Brasil

e na diáspora africana? Como ela enfrentou os desafios impostos pelo racismo, pelo sexismo e pela violência em sua vida e como isso atingiu sua obra? As reflexões buscam apontar como Beatriz foi uma intelectual inovadora que colaborou para a formação de uma identidade negra contra hegemônica, que procurou recuperar a história dos grupos sociais subalternos e que estabeleceu redes de cooperação com outros pensadores e ativistas negros e negras. Essas questões revelam a singularidade do pensamento de Maria Beatriz Nascimento, que hoje contribui para o campo da história intelectual das mulheres negras, em especial na grande área da história social da cultura, que tem diferentes formas de reconhecimento e valorização na academia brasileira.

As hipóteses motivadoras foram que Beatriz enquanto intelectual foi pioneira e disruptiva e contribuiu para a formação de uma identidade negra contra hegemônica, que buscou resgatar a história dos grupos sociais subalternos e que criou redes de colaboração com outros pensadores e ativistas negros e negras. Essas questões demonstram a relevância da minha pesquisa no campo da história intelectual das mulheres negras, em especial na grande área da história social da cultura, pois evidenciam a potência e a originalidade do pensamento de Maria Beatriz Nascimento, que ainda é pouco conhecido e valorizado na academia brasileira.⁴

As mulheres negras frequentemente são tratadas como objetos de estudo, e não como sujeitos produtores de conhecimento (COLLINS, 2019). Portanto, a proposição desta pesquisa é ampliar a visibilidade de vozes historicamente silenciadas a partir da divulgação de ideais e valorização da obra de Maria Beatriz Nascimento. Beatriz, enquanto historiadora, foi uma intelectual transgressora que utilizou estratégias como a criação de grupos de estudos, redes de solidariedade, apoio e colaboração entre seus contemporâneos como meio de resistir e afirmar a voz de uma geração de pensadores que desafiaram as narrativas hegemônicas e promoveram uma compreensão mais profunda, a partir da perspectiva dos negros, das dinâmicas sociais no Brasil.

Após apresentar as questões que nortearam a minha pesquisa, passo a descrever a estrutura da dissertação, que se divide em três capítulos. Cada capítulo

⁴ Ao acessar o catálogo de teses da CAPES, é apresentado o resultado de 256 pesquisas citando Maria Beatriz Nascimento, a maioria se encontra entre os anos de 2020 e 2021. Acesso em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

aborda um aspecto da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento, desde sua formação acadêmica até sua atuação política e cultural. A seguir, explico brevemente o conteúdo de cada capítulo e como eles se articulam para compor o meu argumento central.

O capítulo I se dedicará a examinar a trajetória de Beatriz Nascimento (1942-1995), discutindo questões cruciais, como o cenário político e social em que ela se inseriu e atuou, suas reflexões e propostas para o movimento Negro de seu tempo, os intercâmbios que realizou no âmbito intelectual. Utilizamos fontes documentais que nos possibilitaram observar suas ações políticas, sua produção teórica e suas escolhas individuais para o seu momento histórico. Portanto, é importante salientar que os conceitos mobilizados, que centrais nas discussões deste capítulo, não correspondem a um quadro teórico-metodológico tradicional, mas a instrumentos de pensamento, que nos permitiram compreender algumas escolhas, trajetórias e diálogos de Beatriz Nascimento com os intelectuais de sua geração e o repertório historiográfico que a cercava em determinado momento de sua carreira acadêmica-ativista.

No capítulo II é analisado o trabalho de Beatriz Nascimento se dedicou a (re)escrever a história do Brasil a partir da perspectiva dos quilombos. A partir das fontes manuscritas de Nascimento, eu procuro compreender o seu processo de pesquisa, as suas dificuldades, metodologias, leituras e experiências. Eu também examino os diálogos que ela estabeleceu com seus contemporâneos do pensamento quilombola, como Maria Beatriz, Clóvis Moura e Abdias Nascimento, e como eles influenciaram a sua reimaginação da história do Brasil. Por fim, eu discuto os conceitos que ela mobilizou, como continuidade histórica e quilombo, e as referências filosóficas que ela utilizou, como a filosofia africana e a teoria da libertação.

O capítulo III desta dissertação foi construído com um olhar cuidado sobre a contribuição Maria Beatriz para a compreensão da condição das mulheres no Brasil, a partir de seus manuscritos. Neles, ela reflete sobre questões relativas ao mercado de trabalho e relações afetivas que cercavam a vivência das mulheres negras do seu tempo, em especial em seus dois textos publicados “A mulher negra

e o mercado de trabalho” (1976)⁵ 6 e “A mulher negra e o amor” (1990). Para construir um arco teórico de reflexões mais aprofundadas são construídas pontes com autoras que abordam a experiência feminina a partir da História, como Marileia de Almeida, Patricia Hill Collins e Grada Kilomba. Essas três intelectuais, que se identificam com o feminismo negro, se dedicam a estudar temas como raça, gênero, pós-colonialismo, educação e arte, em diferentes contextos socioculturais. Elas questionam e desafiam os paradigmas dominantes de produção de conhecimento e os espaços onde o poder é exercido e reproduzido, marcados por desigualdades e opressões de classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, etc.

Este trabalho se propõe a contribuir para o movimento de ampliação da visibilidade de vozes historicamente silenciadas, em particular, as ideias presentes na obra de Maria Beatriz Nascimento. Através do destaque à sua escrita e atuação política, reconhecemos sua contribuição como uma ferramenta de resistência e transformação.

⁵ Artigo publicado no jornal Última Hora, em julho de 1976. A partir da leitura desse artigo é possível observar a correlação dos aspectos de gênero, raça e classe. Nesse momento ainda não havia a estruturação das ferramentas analíticas de interseccionalidade, mas os estudos acerca das desigualdades raciais e entre homens e mulheres já estavam ganhando força.

2

CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DE UMA INTELLECTUAL ORGÂNICA⁷

2.1- Do nome à obra, da obra à inquietação: Maria Beatriz Nascimento (1942-1995)

Um retrato
Um retrato,
Um espelho.
Um rosto,
Um outro rosto.
Quantas faces de si em si mesma?
(Maria Beatriz Nascimento, p. 36).

O sobrenome “Nascimento” pode ser lido como origem, aliado às substâncias – importantes para o imaginário negro das quais Maria Beatriz deriva – e as quais ela reconstrói por meio de sua atividade intelectual. A historiadora, poeta, professora da educação básica e militante do movimento negro foi uma das principais vozes na luta pela valorização da cultura negra e pela construção de uma epistemologia negra no Brasil. Para entender melhor a atuação de Beatriz como uma intelectual orgânica dos movimentos sociais, é importante considerar sua vida pessoal. Aracajuana de nascimento e carioca por vivência, Beatriz chegou ao Rio com sete anos junto com sua família. Formou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Beatriz também se especializou em História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa “Sistemas sociais organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas” (1981). Após concluir essas etapas de formação, se afastou da pesquisa acadêmica por cerca de dez anos, período em que passou a se dedicar à docência na rede pública de ensino básico, à escrita poética e ao ativismo social. Ao retornar à academia, ingressou no curso de mestrado em Comunicação Social da UFRJ.

Este capítulo se dedica a analisar a trajetória de Beatriz Nascimento (1942-1995), uma intelectual orgânica dos movimentos sociais, e a maneira como ela interpretava os aspectos históricos de sua época. Serão abordadas questões

⁷ Aqui será empregada a conceituação de intelectualidade orgânica com referência as reflexões de Antonio Gramsci. Para o autor, o intelectual orgânico é um líder político e cultural que representa e defende os interesses de sua classe social, buscando construir uma hegemonia sobre as outras classes. Ele é um educador, um organizador e um dirigente, que atua no campo ideológico e no campo prático, visando transformar a realidade histórica e social. (Gramsci,1949).

cruciais, como o contexto político e social no qual Beatriz viveu e militou, suas contribuições analíticas e estratégicas para o movimento negro durante a ditadura militar e os diálogos que estabeleceu no mundo intelectual. Para tanto, serão utilizadas fontes documentais primárias que nos permitirão verificar suas ações políticas e públicas, que demonstram sua postura como militante, suas reflexões enquanto professora atuante na educação básica e sua expressão poética.

Antes de apresentar os escritos de Beatriz Nascimento, me questionei se deveria começar a escrita falando da persona que as ondas identitárias construíram a partir do feminismo negro, referindo-me à mulher negra intelectual que foi embora tão cedo. Então, me deparei com a categoria de papéis sociais apresentada por Erving Goffman (1959), que nos mostra que a multiplicidade de representações do eu não se limita a determinar qual é o papel que será predominante em todos os espaços que habitamos, mas compreender que os papéis (eu) são despertados de acordo com os protocolos exigidos a depender da cena que performamos no mundo social. De certo, essa categoria irá atravessar todo esse capítulo em sua transversalidade, pois não é possível nem unificar a diversidade de personas que habitaram Maria Beatriz Nascimento e nem seria produtivo fragmentá-la dessa maneira.

Quero, portanto, experienciar com os leitores dessa pesquisa essa sujeita diversa, heterogênea, que cabe perfeitamente na clássica angústia foucaultiana: “não me pergunte quem sou, nem me peça para permanecer o mesmo” vociferado na *Arqueologia do Saber* (1969). Em vista disso, neste capítulo pretendo percorrer, a partir de sua vida intelectual, os escritos previamente selecionados, entre manuscritos presentes no Fundo documental de Beatriz no Arquivo Nacional e documentos publicados à época e recentemente compilados em um livro organizado pelo autor Alex Ratts (2021- 2022), e de sua trajetória política, a maneira como é possível transcorrer as fronteiras e transgressões que a permeiam em seu breve itinerário intelectual.

Alex Ratts foi precursor nos estudos da Obra de Beatriz Nascimento (1942-1995) e hoje é uma referência. Apesar de terem sido contemporâneos e compartilhar o interesse pela história dos quilombos e pela militância no Movimento Negro. Ratts conta que não foi íntimo de Beatriz, ela foi uma liderança importante e ele aprendeu muito com ela sobre a cultura afro-brasileira e

a resistência negra.⁸ Ratts, junto com Bethania Gomes, filha de Beatriz, se dedicou a preservar e divulgar o seu legado, organizando seus textos, documentos e imagens em livros, filmes e exposições.

Como contribuição inicial escreveu uma biografia sobre a vida e a obra de Beatriz, intitulada “Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento”, lançada em 2006. Fruto da amizade entre o pesquisador Alex Ratts e a filha de Beatriz, Bethânia Gomes, o livro *Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios* que reúne textos de diferentes gêneros escritos pela intelectual. O livro é uma publicação contemporânea que humaniza a mulher militante e cria uma poética de resistência, revela a trajetória de uma intelectual negra que fez poesia, reflexão e ativismo e mostra a atualidade do pensamento de Beatriz.

São poemas bastante intimistas, em que a voz poética negra e feminina se constrói ao mesmo tempo em que lê e interpreta o mundo que a rodeia, revelando o racismo pela desconstrução dos mecanismos que fundamentam as atitudes racistas, e denunciando o gasto de energia consumido na tentativa de se autoconhecer, como mulher – e como mulher negra – dentro desta sociedade machista, racista e excludente. Esse é o modo geral dos poemas. Na parte final, “Leituras de longe-perto”, se completa a metáfora das distâncias, porque relativas são as distâncias em relação à Beatriz Nascimento – e como leitores nos colocamos em um ponto em que é possível calcularmos todas essas distâncias. Esta parte contém uma poesia de Arnaldo Xavier, “Beafricanção” recria poeticamente a multiplicidade/complexidade de Beatriz, a partir de uma tática poética afrocentrada⁹, que lhe é bem própria. Segue o poema:

⁸ FERREIRA, Ricardo Alexino. Alex Ratts fala sobre a intelectual negra Beatriz Nascimento. *Jornal da USP*, São Paulo, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alex-ratts-fala-sobre-a-intelectual-negra-beatriz-nascimento/>.

⁹ O conceito de afrocentricidade foi cunhado por Molefi Kete Asante em 1980. Ele é um professor e pesquisador africano nascido nos Estados Unidos. Asante desenvolveu a afrocentricidade como uma teoria acadêmica e uma abordagem que procura centrar as experiências e os povos de África e da diáspora africana nos seus próprios contextos históricos, culturais e sociológicos. Segundo Asante: “Afrocentricidade é uma estrutura de referência na qual os fenômenos são vistos da perspectiva da pessoa africana. A abordagem afrocêntrica busca em toda situação a centralidade apropriada dos africanos” (ASANTE, 1987). Ele se inspirou em vários intelectuais africanos e da diáspora africana, incluindo Cheikh Anta Diop, George James, Harold Cruse, Ida B. Wells, Langston Hughes, Malcolm X, Marcus Garvey e WEB Du Bois.

BeaTRIZ do Nascimento da Luz
 BeaTriZ do Nascimento do Ori
 BeaTRiz do Nascimento do Luar
 BeatriZ do Nascimento da semente
 BeaTriz do Nascimento do fogo
 Beatriz do Nascimento da cor
 BeaTRIZ do Nascimento da noite
 BeatriZ do Nascimento do vento
 BeatriZ do Nascimento de Oxum
 BeatRIZ do Nascimento da flor
 BeaTRIZ do Nascimento da negra
 BeaTRiz do Nascimento do negro
 BeaTriz do Nascimento do mar
 BeaTRiz do Nascimento da terra
 BeaTRIZ do Nascimento de raiz
 BeatRIZ do Nascimento da lágrima
 BeaTRiZ do Nascimento do tempo
 (XAVIER, p. 118).

A historiadora desempenhou um papel significativo no âmbito da história social, que se manifestou por meio de suas análises abrangentes e ideológicas sobre a presença do povo negro na formação social do Brasil. Suas primeiras investigações, iniciadas na década de 1970 com o artigo "A mulher negra no mercado de trabalho" (1976)¹⁰, juntamente com seus trabalhos como "Por uma história do homem negro" (1978)¹¹, além das contribuições de destaque como "Nossa democracia Racial" (1977)¹², "O Quilombo da Jabaquara" (1979)¹³ e "Sistemas sociais organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas" (1981)¹⁴, representaram contribuições valiosas para o estudo da história social da época. Esse período se destacou por uma prolífica produção acadêmica, incluindo as publicações de diversos artigos.

¹⁰ Este artigo foi publicado na revista IstoÉ no mês de novembro de 1977, indica parte da abertura da mídia impressa para as questões negras e raciais

¹¹ O texto "Por uma história do homem negro" foi publicado pela primeira vez em 1978, na revista África, editada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

¹² Leda Maria Martins (1997) teoriza sobre o conceito de encruzilhada como um *locus* da qual se processam vias diversas de elaboração discursiva, motivadas pelos próprios discursos que coabitam [...] Operadora de linguagens de discursos, a encruzilhada, como um lugar terceiro, é geratriz de produção sógnica diversificada e, portanto, de sentidos. (MARTINS, 1997, p. 28) Texto publicado na revista Cultura vozes, em 1979.

¹³ Texto datilografado, introdutório ao relatório final do projeto de pesquisa financiado pela Casa Léopold Senghor e pela Fundação Ford, 1981.

¹⁴ O termo aparece tanto na fala de atores políticos da época quanto na de intelectuais que avaliaram o período. Propõe, então, o "romantismo revolucionário" para entender "as lutas políticas e culturais dos anos 1960 e princípio dos 1970, do combate da esquerda armada às manifestações político-culturais da música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura." (RIDENTI, 2014, p. 8).

Não quero, nesse sentido, fazer um estudo biográfico, embora ele esteja em nosso horizonte. Privilégio, assim, o conceito de projeto de Gilberto Velho (2003) para quem:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios (VELHO, 2003, p. 46).

Nesse sentido, o conceito de Gilberto Velho de campo de possibilidades, interage com outro conceito, como se vê na citação acima: unidade e fragmentação. Esses conceitos me remetem a maneiras como categorias humanas são articuladas entre opções e alternativas. É evidente, no entanto, que não seria possível radicalizar essa conceitualidade sem com isso deixar dissolver as marcações sociais visíveis e manifestas em Beatriz. Me interessa que, fique claro, havia um projeto intelectual em processo, que se entrelaçam entre o individual e o coletivo, que permitia, de alguma maneira, endossar sua potência crítica e sua sede de mudança por uma transformação social, na luta pelo reconhecimento e pela reescrita da história negra.

Beatriz, enquanto historiadora, foi uma intelectual transgressora que utilizou estratégias como a criação de grupos de estudos, redes de solidariedade, apoio e colaboração entre seus contemporâneos como meio de resistir e afirmar a voz de uma geração de pensadores que desafiaram as narrativas hegemônicas e promoveram uma compreensão mais profunda, a partir da perspectiva dos negros, das dinâmicas sociais no Brasil. Passados mais de vinte anos de sua morte, do meu ponto de vista, a produção historiográfica de Beatriz segue sendo pouco citada em produções acadêmicas¹⁵. As mulheres negras frequentemente são tratadas como objetos de estudo, e não como sujeitos produtores de conhecimento (COLLINS, 2019). Portanto, a proposição desta pesquisa é ampliar a

¹⁵ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Informações extraídas do verbete disponível no site do CPDOC -FGV – Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

visibilidade de vozes historicamente silenciadas a partir da divulgação de ideais e valorização da obra de Maria Beatriz Nascimento.

Isso instiga a pensar se havia na área de história alguma forma de resistência às suas produções intelectuais. É importante pensar na coragem de uma mulher negra periférica em desafiar o cânone de sua época e propor outras interpretações e perspectivas para a história do Brasil, em especial a história do negro. Um ímpeto particular que a posicionou frente a uma crítica a epistemologias eurocêntricas e que possibilitou a ampliação do diálogo com sujeitos, até então, aliados dos espaços formais de produção de conhecimento, e, portanto, sujeitos que não lhes era permitido contar sua própria história.

No texto *Por uma história do homem negro* (RATTS, 2006, p. 93), Beatriz expõe as razões pelas quais se dedica especialmente às reflexões sobre a individualidade da pessoa negra. Ela sugere o exercício intelectual de realizar um olhar além dos dispositivos sociais que envolvem a marginalização e a posição desse grupo na sociedade brasileira – a totalidade de uma pessoa envolve as nuances entre sua própria história e o que ela chama de “História do Homem” (RATTS, 2006, p. 98.), seus sentimentos, seus entendimentos, seus problemas não resolvidos e suas resoluções; o que gosta, o que não gosta e o que ela diria a um psicanalista, uma visada integrativa de mente e corpo. Nesse texto, a autora relata a ocasião em que uma pessoa – intelectual branco – afirmou para ela que ele era o mais negro entre os dois porque havia escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, reunindo toda a sua ignorância para indicar que ela era menos negra que ele porque Beatriz não frequentava o candomblé. Ela reflete:

Acham eles que por frequentarem candomblé, fazerem músicas que falam de nossa alegria, sabedoria e outros estereótipos, podem também, subtrair a nossa identidade racial. Se um jovem loiro, burguês, intelectual brilhantíssimo, após alguns anos de estudo de uma das nossas manifestações culturais chegar à conclusão que é mais preto que eu, o que é que eu sou? (RATTS, 2006, p. 96) Pensa ele que basta entender ou participar de algumas manifestações culturais para se ser preto: outros pensam que quem nos estuda no escravismo nos entendeu historicamente. Como se a História pudesse ser limitada no “tempo espetacular”, no tempo representado, e não o contrário: o tempo é que está dentro da história. Não se estuda, no negro que está vivendo, a História vivida. Somos a História Viva do Preto, não números (RATTS, 2006, p. 97).

Ao trazer as individualidades negras para o debate, Beatriz não se rende às facilidades liberais. Em toda a sua produção, ela demonstra que o resgate e o

registro das subjetividades são dispositivos para a emancipação coletiva; uma forma de construir a humanização que o sistema colonial nega aos olhos racistas. Embora, as escolhas no interior do capitalismo e das relações sociais que dele se originam, como condição última de fortalecer a meritocracia e a disputa constante, sejam limitadas a sua própria condição de crise, Gilberto Velho nos permite verificar que ainda que os indivíduos tenham afinidades eletivas, que corroboram em uma luta conjunta, em agrupar pessoas a partir de um mesmo interesse, essas escolhas e aproximação não são invariáveis; pois cada sujeito fará, de alguma maneira, opções pessoais relativo às suas preferências e leitura de mundo. Beatriz, por sua vez, me proporciona a oportunidade de refletir sobre o lugar que foi designado a ela e a nós, pessoas [mulheres] negras, na sociedade e nas práticas historiográficas conduzidas por figuras que ocupavam as margens da história.

Como mulher, negra e latino-americana, a existência de Beatriz incorpora um espaço de resistência que aborda questões éticas relacionadas não apenas à própria teorização no campo historiográfico, mas também a aspectos que permeiam sua trajetória pessoal e sua contribuição na produção de conhecimento histórico. “A democracia racial brasileira talvez exista, mas em relação ao negro inexistente.” (RATTS, 2006, p. 95), afirma Beatriz ao se referir à sutileza dos mecanismos racistas no Brasil – o negro não é quem está estabelecendo as regras, ele se torna refém da história contada pelos brancos, nem que seja a invenção de que somos todos iguais. Lélia Gonzales explica características dos mecanismos de racismo no contexto da sociedade brasileira no texto *A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade (1988)*.

Lélia Gonzales fala sobre o “racismo disfarçado”, que vivemos aqui na América do Sul, pautadas na teoria da miscigenação e da democracia racial (1988, p. 73): Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (DA MATTA, 1984). Ela também fala sobre duas faces da estratégia de invenção da superioridade branca na colonialidade: começando pelo “racismo aberto” – usando como exemplo a África do Sul e os Estados Unidos, onde há hierarquia racial definida, com históricos de política explícita de segregação racial e em que o conceito de miscigenação é inaceitável, a fim de manter o status da pureza branca; é, então, abertamente considerada negra a pessoa que tenha

qualquer traço relacionado em sua ascendência, tornando, dessa forma, claro para aquela população onde é o lugar de quem.

Em sua poética, Beatriz Nascimento mostra como o corpo é um meio de perceber e expressar o mundo, a partir de suas trajetórias e lugares. Ele também permite rastrear as forças ideológicas que atuam na sociedade como agentes de violência e controle, que não se limitam às agressões físicas, mas abrangem também aspectos como a reprodução, o comportamento, o espaço urbano e as políticas estatais. Sua obra revela as múltiplas dimensões da violência que atinge os corpos negros e femininos, e propõe uma forma de recriar o mundo a partir de suas experiências e saberes. Para ela, o corpo é um instrumento de resistência e expressão contra as opressões que marcam a sociedade brasileira. O que fazemos aqui é sugerir o exercício de buscar enxergar esses fenômenos pela ótica corporal – e portanto, também subjetiva, integrada num todo coletivo e social, como indica o pensamento da Beatriz Nascimento – para tratar do controle sobre as vidas, em suas muitas faces.

A partir disso, Lélia González ainda ressalta que o racismo disfarçado pode ser mais eficaz na alienação dos oprimidos do que o racismo em sua forma explícita. Também é inquietação da Beatriz Nascimento, em seus textos teóricos e em sua arte, a formação das identidades negras brasileiras dentro do racismo criado pela colonização. Lélia González fala sobre duas faces da estratégia de invenção da superioridade branca na colonialidade: começando pelo “racismo aberto” – usando como exemplo a África do Sul e os Estados Unidos, onde há hierarquia racial definida, com históricos de política explícita de segregação racial e em que o conceito de miscigenação é inaceitável, a fim de manter o status da pureza branca; é, então, abertamente considerada negra a pessoa que tenha qualquer traço relacionado em sua ascendência, tornando, dessa forma, claro para aquela população onde é o lugar de quem. Aqui o que a Lélia González fala sobre o “racismo disfarçado”, que vivemos aqui na América do Sul, pautadas na teoria da miscigenação e da democracia racial (1988, p. 73): Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (DA MATTA, 1984).

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do

branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais.

Embora tenha se afastado da produção acadêmica, ela seguiu com suas inquietações nos ambientes da educação básica. Algumas vezes, as reflexões dos intelectuais negros estão inseridas no cotidiano. Um exemplo disso é o texto encontrado no acervo documental sobre o personagem negro e a história, que diz:

A professora estava animada para contar aos seus alunos uma história de Monteiro Lobato, um dos maiores escritores brasileiros. Ela abriu o livro e começou a ler a passagem em que Tia Anastácia, a cozinheira negra do Sítio do Picapau Amarelo, ensinava uma receita de bolo de fubá para as crianças. A Tia Anastácia é uma personagem estereotipada, que só serve para cozinhar e cuidar das crianças. Ela não tem voz nem autonomia. Ela reproduz a imagem do negro como escravo, submisso e inferior. Ela não representa a diversidade e a riqueza da cultura afro-brasileira.¹⁶

Ela observa que tal perspectiva impunha ao aluno a internalização da noção de que o negro tinha a incapacidade inata de exercer papéis que não fossem similares ao de escravizado. Assim, a autora pontua que, como não poderiam negar a participação dos negros na sociedade brasileira, foi reforçada a visão de que o povo era acomodado, displicente e indolente por conta desse passo do escravo. Essa concepção, de acordo com ela, gerava um sentimento de duplo preconceito, um ao nível étnico e outro a nível nacional.

Continuando no campo da educação, ela critica essa perspectiva determinista e monolítica, que transmitia na escola a ideia de que o africano teve uma adaptação dócil ao trabalho escravo.¹⁷ A autora inicia essa anotação apontando para a importância da presença das relações Brasil-África nos currículos, defendendo que o não conhecimento dessas dinâmicas dificulta a reconstrução da História do Brasil escravista e a compreensão da população brasileira como um todo. Em seguida, Nascimento critica a perspectiva que trata o

¹⁶ Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

¹⁷ Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

tráfico transatlântico apenas da perspectiva europeia, sem trazer referências da posição africana perante esse comércio. Posteriormente¹⁸, ela lista alguns vocabulários utilizados, são eles: bárbaros – ela compreende que é usado na falta de conhecimento da organização social africana; rebeldia – usado quando não se levava em conta a autonomia pessoal do escravo, seus anseios enquanto indivíduos com uma psicologia própria; tribo – usado para denominar linhagens e etnias, estados descentralizados, mas é uma acepção que denota atraso. Além disso, ela aponta para o termo “isto é uma África”, usado para dar sentido de confusão e desordem, desorganização.

No entanto, também existem histórias que saem dessa linha hegemônica sobre a escravidão. Nascimento conta que ao pesquisar os textos sobre Palmares, Zumbi despontava quase como uma lenda no livro didático, ele era um organizador e fundador de um território que tinha caráter nacional. A autora observa que Zumbi era representado como um homem capaz na política e na guerra, quanto na paz, tendo ameaçado a capitania de Pernambuco, a Coroa Portuguesa e os ocupantes holandeses. Um verdadeiro opositor ao sistema escravista colonial ainda no início do século XVII.¹⁹

Nascimento conta que, a partir da luta anticolonial africana e das primeiras reflexões do pensamento da Negritude²⁰, dedicou-se ao estudo mais aprofundado do negro na História. Outra grande influência foi o movimento pelos Direitos civis e pela integração étnica nas escolas norte-americanas. Esses fatores o estimularam a buscar livros que retratassem o negro como um homem livre. Foi assim que ele chegou à bibliografia existente sobre o Quilombo dos Palmares, e pôde redescobrir uma história que não foi contada e que, junto com sua vivência e o preconceito, limitava sua identidade étnica e sua autoafirmação pessoal. Diante dessa trajetória, ele procurou uma história que contrastasse com a memória da repressão consentida, ainda ensinada nas escolas sobre o sistema escravista. E

¹⁸ Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

¹⁹ Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

²⁰ Aimé Césaire, juntamente com Léopold Sédar Senghor e Léon Damas, criou o termo “negritude” e o definiu como a “consciência de ser negro, simples reconhecimento de um fato que implica aceitação - assumir sua negritude, sua história e sua cultura”. O conceito de negritude foi formulado pela primeira vez por Aimé Césaire em 1934, no jornal “L’étudiant noir”. No entanto, o termo “negritude” foi cunhado na obra “Cahier d’un retour au pays natal” (Caderno de um retorno ao país natal), que foi publicada em 1939.

encontrou, então, algo que concretizava a liberdade negra, não só como anseio, mas como capacidade de ser e resistir.²¹

2.2 TRAJETÓRIA DE UMA HISTORIADORA E ATIVISTA NEGRA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA.

Ao longo dos anos 1970, especialmente nas grandes capitais, a entrada de estudantes negros e das classes populares nas universidades públicas em todo o país possibilitou ao mesmo um contato com outras visões de mundo emancipatórias (PEREIRA, 2010, p.175). Busco analisar como Beatriz foi uma agente histórica que soube articular teoria e prática (práxis intelectual), conhecimento e ação, individualidade e coletividade, em sua luta por uma sociedade mais justa e democrática. Para tal traçarei diálogos a partir das reflexões de quatro autores que oferecem ferramentas teóricas e conceituais para compreender os Movimentos Sociais em suas dimensões histórica, cultural, política e social. São eles: Marcelo Ridenti, Badaró de Mattos, Charles Tilly e Gilberto Velho. Cada um desses autores contribui com uma perspectiva que nos permite iluminar aspectos relevantes da vida e da obra de Beatriz, tais como: o romantismo revolucionário, a luta de classes, o repertório de ação coletiva e a construção de identidades.

No que diz respeito à atividade política de Beatriz, entendemos que a análise de Charles Tilly complementa as conceituações de Gilberto Velho aqui empregadas para embasar o que ele denominou de "repertório de ação coletiva". No artigo intitulado "Movimentos sociais enquanto política" (2010), Charles Tilly delineou a trajetória e a origem dos denominados "movimentos sociais". Ele enfatizou as condições ideais para o surgimento destes movimentos, partindo desde o contexto político que os tornou necessários até suas estratégias e formas de engajamento. O autor, assim, delineou os fatores que moldaram algumas expressões de mobilização coletiva, caracterizando os movimentos sociais como:

²¹ Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 3 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesse. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesse da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação em comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico (TILLY, 2010, p. 136).

Tilly nos mostra a potência coletiva e deliberativa que os movimentos sociais podem carregar, e endossa, de certa maneira, a multiplicidade de indivíduos que os compõem, que o formam, que constituem esses movimentos. É certo que há pautas que correspondem a anseios, muitas vezes, tensionados por uma vontade de transformação abrupta, e, no entanto, por se tratar de movimentos que carregam pluralidade, o estado de tensão, de conflito, de discordância é a própria fortuna de ser eles mesmos produtores de identidades, de discursos e relações que, nem sempre, encontram uma voz uníssona. Mas que em sua multiplicidade ancora-se em insatisfações sociais comuns, congêneres e, sobretudo, que definem seus modos de ação e reflexão.

No artigo “Movimentos sociais como política”, primeiro capítulo de seu livro *Social Movement 1768-2004* (2009), Tilly discorre sobre as várias formas de ação que o conceito de “movimentos sociais” poderia agregar. Ele definiu, dessa forma, três elementos: a ação dos demandantes, os objetos de demanda e o público. Nos movimentos sociais, as formas de ação coletiva seriam, então, o produto da interação entre esses três fatores. O repertório de confronto seria intrínseco às organizações desses movimentos sociais, mesmo variando de um contexto a outro. As formas de ação política existiam de forma muito particular, antes de sua manifestação no interior dos movimentos sociais, a combinação do repertório com as demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento), criou a característica distintiva do movimento social.

O *repertório* do movimento social se justapõe aos repertórios de outros fenômenos políticos, tais como a atividade sindical e as campanhas eleitorais. Durante o século XX, associações com finalidades específicas e especialmente coalizões entrecruzadas começaram a realizar uma enorme variedade de funções políticas pelo mundo. Mas a integração da maior parte ou da totalidade dessas atuações em campanhas sustentadas distingue os movimentos sociais de outras variedades de atuação política (TILLY, 2010, p. 137). O sociólogo procurou definir, de alguma maneira, aquilo que poderia concatenar as expectativas, o

repertório e as ações políticas dos movimentos sociais. Ele questionou, assim, a propriedade do que são os momentos sociais enquanto integradores de indivíduos em prol de uma demanda específica em um contexto particular, em uma conjuntura política que se arrasta na esteira da crueldade capitalista.

A História do Brasil é um complexo de experiências, culturas e lutas que se entrelaçam para moldar a sociedade e a identidade do país. Dentro desse cenário, o Movimento Negro emerge como um protagonista essencial, um agente de mudança que se destaca por sua busca contínua por igualdade, justiça e reconhecimento. Para compreender a formação desse movimento no século XX, podemos tomar como referência as reflexões apresentadas pelos historiadores Marcelo Ridenti (2014), Almilcar Araujo Pereira (2010) e Marcelo Baradó Mattos (2009), que nos oferecem análises sobre as raízes históricas, as influências globais e as estratégias adotadas por Movimentos Sociais na sua amplitude e do Movimento Negro brasileiro.

A reflexão de Marcelo Ridenti sobre o romantismo revolucionário e a busca pelo "homem novo" como uma figura que resgata a essência do povo e constrói uma identidade coletiva ressoa profundamente na formação do Movimento Negro no Brasil. O anseio por resgatar a autenticidade cultural e romper com as correntes da modernidade capitalista foi uma força impulsionadora para diversos movimentos sociais, incluindo o Movimento Negro. Essa busca por um passado idealizado para construir um futuro revolucionário permeou a luta dos negros brasileiros por igualdade e reconhecimento.

O romantismo revolucionário é um conceito que tem origem na crítica ao capitalismo e à modernidade, expressa por diversos autores e movimentos culturais ao longo da história. Embora o termo possa remeter ao romantismo alemão do século XIX, que tinha um caráter conservador e nacionalista, ele foi ressignificado por Michael Löwy e Robert Sayre em seu livro *Revolta e melancolia* (1995), que identificaram uma tendência romântica de oposição radical à ordem social e política dominante, inspirada em valores como a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a utopia. Essa perspectiva foi aplicada por Marcelo Ridenti em sua análise da produção intelectual e artística da esquerda brasileira nas décadas de 1950 e 1960, que ele chamou de brasilidade revolucionária, caracterizada por uma busca de identidade nacional e popular, aliada a um projeto de transformação social e política do país. Ridenti mostrou

como esses intelectuais e artistas, influenciados pelo Partido Comunista, pelo nacionalismo de esquerda e pelo terceiro-mundismo, expressaram em suas obras uma visão crítica e criativa da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que enfrentavam as contradições e os dilemas de sua atuação política.

No entanto, as aspirações revolucionárias e a busca por transformação encontraram obstáculos significativos com o golpe militar e a ditadura subsequente. Nesse ponto, a análise de Almilcar Pereira (2010) sobre o caráter contrarrevolucionário preventivo do golpe ressalta o medo das potencialidades das lutas de classes no Brasil. Esse contexto político restringiu as possibilidades de mobilização e organização dos movimentos sociais, incluindo o movimento negro. A repressão estatal e a supressão das vozes dissidentes criaram desafios monumentais para os negros brasileiros que buscavam se unir e reivindicar seus direitos.

As reflexões de Marcelo Badaró Matos (2009) sobre as experiências compartilhadas de trabalhadores escravizados e livres no século XIX lançam luz sobre as raízes históricas profundas do Movimento Negro no Brasil. A formação de identidades coletivas e a partilha de valores comuns criaram uma base sólida para as lutas posteriores. As associações de ajuda mútua, apesar das restrições impostas pelo sistema escravocrata, permitiram que os trabalhadores negros se unissem em torno de interesses comuns e preparassem o terreno para a resistência e a busca por direitos.

No contexto das lutas globais por direitos civis e igualdade, a noção de "Atlântico Negro", destacada por Almilcar Pereira (2010), desempenhou um papel fundamental na formação do Movimento Negro contemporâneo. As influências e experiências dos movimentos sociais negros nos Estados Unidos e na África transcenderam as fronteiras nacionais, alimentando uma memória coletiva de lutas compartilhadas. Essa conexão global fortaleceu as vozes dos sujeitos do movimento negro brasileiro, mostrando que suas lutas eram parte de um movimento maior e global.

O *repertório de ação coletiva* (TILLY, 2010) de cunho antirracista do movimento negro organizado e seus agentes, articularam disputas no campo cultural, político, ideológico e no acadêmico. Beatriz se encontra nessa geração que aglutinou e se engajou na formação de grupos que constituíram o movimento

negro durante o regime militar. Ela foi intelectual orgânica²² aos movimentos sociais que em sua trajetória política passou, principalmente, por um período atravessado pela ditadura militar (1964-1985) e a instauração do Ato Institucional de Número 5 (AI-5)²³.

O movimento negro enfrentou vários obstáculos impostos pelo regime autoritário, entre eles o mito da democracia racial, usado para se legitimar como um defensor da ordem, da paz e da unidade nacional. O mito se fundamentava no discurso de que o Brasil era uma sociedade harmoniosa e sem conflitos raciais, em virtude da miscigenação entre brancos, negros e indígenas. No entanto, essa ideologia silenciava as vozes e as memórias dos que lutaram pela liberdade e pela justiça, como os quilombolas, os movimentos negros, os líderes religiosos de matriz africana, os artistas, os intelectuais, os ativistas e os militantes. Além disso, impunha uma visão de história e de cultura que valorizava o branco e o europeu, em detrimento do negro e do africano, e ocultava as desigualdades de diversas naturezas que afetavam a população negra, tanto na esfera econômica, quanto no acesso aos espaços de poder, e até mesmo na forma de abordagem da historiografia.

Durante o regime, as religiões de origem africana, como o candomblé e a umbanda, sofreram perseguição e repressão por serem vistas como subversivas e incompatíveis com os valores cristãos. As comunidades quilombolas, formadas por descendentes de escravizados, também enfrentaram violência e desapropriação de suas terras. Essas ações atingiram diretamente os movimentos de resistência e de valorização da cultura negra e africana no Brasil. Beatriz destacava como o mito da democracia racial havia marcado a história brasileira, e como ele impediu uma análise mais profunda da situação da população negra após a abolição.

²² Foi assim que emergiram novas expressões de intelectuais orgânicos – para tomar de empréstimo a formulação de Antonio Gramsci (1979) – dos movimentos sociais brasileiros, que com suas lutas alargavam pouco a pouco o restrito espaço público não estatal. Tais mobilizações questionavam o regime de Estado, afirmando-se, muitos deles, como vanguardas “contra-hegemônicas” (Orfeu e o poder).

²³ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Informações extraídas do verbete disponível no site do CPDOC -FGV – Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

Nesse sentido, a historiadora enfrentou o mito da democracia racial no Brasil através de sua atuação política e também intelectual. Inicialmente, ela formulou sua concepção de *quilombo* e *paz quilombola* no *continuum histórico*. A concepção consiste em reconhecer os quilombos brasileiros como lugares de resistência, libertação e desenvolvimento dos escravizados e seus descendentes, não apenas de conflito com o Estado e a sociedade. Ela cunhou a expressão *Paz Quilombola* para se referir à necessidade de olhar para o desenvolvimento dessas comunidades para além dos momentos de conflito com o Estado e a sociedade.

Em suas palavras:

[...] O que há antes, durante ou depois, é muitas vezes sonogado. [...] Mas também é certo que há referências outras dos vizinhos dos quilombos, de que lá se encontram roças onde se cultiva variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produtos (meios de produção) de relações econômicas com vizinhos. Podemos ver, portanto, que estabelecido num espaço geográfico, presumivelmente nas matas, o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo. Entre um ataque e outro da repressão oficial ele se mantém ora retroagindo, ora se reproduzindo. Este momento chamaremos de “paz quilombola”, pelo caráter produtivo que o quilombo assume como núcleo de homens livres, embora potencialmente passíveis de escravidão. (NASCIMENTO, 2018, p. 76-77).

A partir da sua concepção de *continuum histórico*, o trabalho de Beatriz se refere ao processo de continuidade de articulações quilombolas, mesmo após a Abolição. Ela explica que o quilombo permanecia como um recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura ainda que com outro nome e sofrendo outro tipo de repressão. Beatriz afirmou que o negro e outros oprimidos permaneciam, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores decorrentes da marginalização do trabalho e da marginalização racial, e que o quilombo, embora transformado, perdurava (NASCIMENTO, 2018, p.78-79). Nesse sentido, em termos simbólicos, segundo a autora, a aglutinação de pessoas negras seguia acontecendo em prol da necessidade de resistir às opressões ainda impostas. Dessa maneira, Beatriz chamou de *continuum histórico* o processo de continuidade de articulações quilombolas, mesmo após o processo de escravização. Ela explica:

É verdade que não vamos vê-lo após a abolição enquanto quilombo passível de repressão. Mas se nós tomarmos a história da repressão ao negro após a abolição, talvez possamos identificar essa nova repressão com o que aconteceu historicamente com o quilombo. Queremos dizer que oficialmente o quilombo

termina com a Abolição. Mas que permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, embora não mais com aquele nome nem sofrendo o mesmo tipo de repressão. Se sabemos que o negro e outros oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho, como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura. (NASCIMENTO, 2018, p.78-79).

Havia, então, uma continuidade da forma coletiva de buscar fortalecimento na luta por melhores condições de vida, uma memória, uma referência Quilombola. Os quilombos da atualidade se manifestariam nos carnavais, bailes *blacks*, nas articulações políticas do movimento negro, locais de gente negra.

Nesse sentido, entramos no que significou a organização do movimento negro a partir de um viés culturalista. O Autor norte-americano Michael Hanchard²⁴, que dedicou sua pesquisa de tese de doutorado para analisar o movimento negro no estado do Rio de Janeiro e São Paulo, apresenta que o movimento negro brasileiro se caracterizou por uma estratégia de resistência cultural contra a hegemonia racial branca, que se baseava na ideologia da democracia racial. O movimento negro, por sua vez, buscava afirmar a identidade e a consciência racial dos negros, valorizando a cultura afro-brasileira e denunciando as formas de opressão e discriminação que sofriam. Hanchard argumenta que o movimento negro foi influenciado por outras lutas transnacionais, como o Pan-Africanismo, o Black Power e o Black Feminism, e que também serviu como referência para outros movimentos negros na diáspora.

Além disso, Hanchard também analisa os momentos históricos e as comemorações nacionais que marcaram a trajetória do movimento negro, como o Dia da Consciência Negra²⁵, o Centenário da Abolição²⁶ e o Ano Internacional do

²⁴ Michael Hanchard é um cientista político e professor de estudos africanos na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Ele é especialista em política comparada e teoria política, com ênfase nas questões de nacionalismo e xenofobia, especialmente nas democracias. Ele é autor de quatro livros, entre eles “Orfeu e o Poder: O Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)”, que analisa o papel do movimento negro na política brasileira e questiona a ideologia da democracia racial.

²⁵ O Dia da Consciência Negra foi instituído oficialmente pela primeira vez em 1987, como lei estadual no estado do Rio Grande do Sul. Em 2003, foi aprovada a lei federal 10.639, que incluiu o dia 20 de novembro como data comemorativa no calendário escolar nacional. Em 2011, foi sancionada a lei federal 12.519, que estabeleceu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A data faz referência à morte de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo do Brasil, em 1695.

²⁶ O Centenário da Abolição foi celebrado em 13 de maio de 1988, data em que se completaram 100 anos da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, que extinguiu oficialmente a escravidão no Brasil. A data foi marcada por diversos eventos culturais, políticos e acadêmicos, que discutiram o legado da escravidão e a situação dos afrodescendentes no país. O movimento negro,

Negro²⁷. Hanchard conclui que o movimento negro brasileiro foi um importante agente de transformação social e política, que desafiou a hegemonia racial branca. No campo cultural, houve um processo de valorização do negro dentro da cultura brasileira, que contestou as velhas teorias da mestiçagem e a ideologia da “democracia racial”. Nas periferias, começou a surgir uma nova consciência entre jovens e adolescentes, focada na valorização da “identidade racial negra” e na percepção do preconceito explícito ou disfarçado que marcava a sociedade brasileira.

Em 1974, na cidade de Salvador, o bloco Ilê Aiyê surgiu com a proposta de celebrar o carnaval sem esquecer o protesto contra o racismo, cantando “É o mundo negro que viemos mostrar a você”. Beatriz constitui importante contribuição a esse Movimento. Ela foi uma das principais fundadoras do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras em 1975, junto com Lélia Gonzalés, Helena Theodoro, Januário Garcia e Milton Gonçalves, entre outros. O instituto foi de grande relevância por concentrar cursos, palestras e encontros que buscavam capacitar ativistas de diferentes instâncias, como por exemplo, integrantes do Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo (GRANESQ), blocos afros, como o Agbara Dudu, de organizadores dos bailes de Black Music realizados na parte de baixo do Viaduto Negrão de Lima (no bairro de Madureira) e demais espaços onde se reuniam as comunidades negras.

De acordo com a Beatriz, era necessário fortalecer outros discursos que se distanciassem do ideal escravo-liberto-submisso reproduzido por historiadores brancos, e que reduziam a experiência vivida do negro neste país. Beatriz reivindicava que o olhar para a trajetória da população negra no Brasil deveria partir de uma referência de liberdade:

Tendo em vista essa posição que assumimos intelectualmente, partimos para um estudo revisionista da História do Brasil. Nossa atenção voltou-se para o exame dos estereótipos que recaem sobre os descendentes dos africanos que aportaram no Brasil. Mas por isso mesmo abandonamos metodologicamente o estudo dos

porém, criticou a comemoração, por considerar que a abolição não garantiu a inclusão social dos ex-escravos e seus descendentes, e por reivindicar o reconhecimento dos protagonistas negros na luta pela liberdade.

²⁷ O Ano Internacional do Negro foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971. Essa iniciativa teve como objetivo destacar a história, a cultura e as contribuições dos povos negros em todo o mundo. Durante esse ano, diversas atividades e eventos foram realizados para promover a igualdade racial, combater o racismo e conscientizar sobre as lutas e conquistas das comunidades negras.

descendentes de escravos pelo estudo do negro brasileiro que possui também uma herança histórica baseada na liberdade e não no cativeiro (NASCIMENTO, 2018, p. 67).

Para Beatriz, a experiência do negro no Brasil, além da escravidão, era uma experiência vivida também em África e que foi transportada para um novo continente. Essa visão da autora abrange mais do que simplesmente compreender o negro na América, além disso, marcá-lo como atuante na História em África, um local pouco explorado pela historiografia brasileira da época. Para a sociedade brasileira, o continente africano era como algo mítico, baseado em um passado longínquo, como traduz Beatriz, a África como uma verdadeira Atlântida para os brasileiros (NASCIMENTO, 2018, p. 328).

No intuito de trazer à tona sua crítica à historiografia e de produzir outras epistemologias, Beatriz investiu seus estudos no olhar para a história dos Quilombos no Brasil. Beatriz também irá cunhar a expressão Paz Quilombola referindo-se à necessidade de olhar para o desenvolvimento dos quilombos brasileiros para além dos momentos de conflito. Segundo Beatriz Nascimento:

[...] O que há antes, durante ou depois, é muitas vezes sonogado. [...] Mas também é certo que há referências outras dos vizinhos dos quilombos, de que lá se encontram roças onde se cultivava variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produtos (meios de produção) de relações econômicas com vizinhos. Podemos ver, portanto, que estabelecido num espaço geográfico, presumivelmente nas matas, o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo. Entre um ataque e outro da repressão oficial ele se mantém ora retroagindo, ora se reproduzindo. Este momento chamaremos de “paz quilombola”, pelo caráter produtivo que o quilombo assume como núcleo de homens livres, embora potencialmente passíveis de escravidão (NASCIMENTO, 2018, p. 76-77).

Para a historiadora, a pesquisa a partir dos documentos deixava na historiografia dos quilombos uma lacuna que dizia respeito à humanidade dos quilombolas, que continuaram suas trajetórias e vidas após a fuga. No quilombo, se desenvolveram comunidades de pessoas livres, e com o conceito de Paz Quilombola, Beatriz trouxe perspectivas que, ainda hoje, nos ajudam a escrever ou reescrever o lugar da liberdade para pessoas que foram escravizadas.

Durante sua graduação em História na UFRJ (1968-1971) Beatriz foi assistente de pesquisa de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional (RATTS, 2007). A experiência de trocas e diálogos durante as orientações de estágio e

pesquisa permitiu que ela identificasse tanto as falhas quanto às possibilidades da documentação sobre os quilombos no Brasil colonial. Em 1977, Rodrigues é citado por ela como inspirador da ideia de que a história do Brasil foi escrita por mãos brancas (TRAPP, 2021, p. 13)²⁸. Contudo, em 1979, no livro *História da história do Brasil: historiografia colonial*, Rodrigues esclarece:

Não se trata nesta subdivisão da história das rebeliões negras, mas sim da historiografia das rebeldias negras. Não há nem história, nem historiografia feita por mãos negras, e a história ou historiografia oficial e branca ocultou o mais que pôde este fato e sua significação (RODRIGUES, 1979, p. 325).

A mudança de perspectiva de Rodrigues pode ter sido resultado dos diálogos com Beatriz durante seu estágio. Em um contexto em que a história social brasileira era predominantemente formada por visões brancas, Rodrigues impulsionou questionamentos importantes para a historiografia. Essa iniciativa de Rodrigues aparece como um gesto simbólico e de grande importância, em meio às transformações em andamento, especialmente nas bases intelectuais dos debates raciais no Brasil.

No campo político, a novidade dos anos 1970 foi o ressurgimento de um movimento negro influenciado por ideologias marxistas, representado pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), fundado em 1978. O movimento surgiu como duplo desafio para a ditadura. Constituiu um desafio ideológico, visto que construiu uma denúncia ao racismo explícito e oculto da sociedade brasileira, em ato público que reuniu milhares de pessoas, como a manifestação no Teatro Municipal de São Paulo, em 07 de julho de 1978, que reuniu cerca de 5 mil pessoas para protestar contra a violência policial e o racismo institucional. Nesse ato, foi fundado o Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações do movimento negro brasileiro e apresentou a pauta organizada do antirracismo com uma perspectiva de crítica econômica e objetivamente socialista, que conectou a questão racial e o discurso marxista, a partir de um ativismo no qual os militantes negros de formação universitária eram os principais protagonistas.

A ditadura militar brasileira considerou as pautas do movimento negro como antipatrióticas, imitação superficial e descontextualizada do movimento

²⁸ A entrevista completa pode ser acessada no link: <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c>

negro estadunidense, e afirmou que aqui não existia racismo (HANCHARD, 2001). Em seguida, destaco um trecho de panfleto, que de acordo com os parâmetros legais estabelecidos no regime militar, fazia com que as organizações ou indivíduos que militam por esta causa se “enquadrarem” como passíveis de punição, vigilância e perseguição por conta da incitação ao ódio e a disseminação do racismo no país:

“Carta Aberta à população”

Estamos aqui para denunciar a violência e as injustiças que o negro tem sofrido através da sua História. (...) que democracia é esta que funciona contra nós? Que nos impede de ter uma vida livre, produtiva e digna? Que democracia é esta que nos mantém à marginalidade, aos presídios, à prostituição e ao pivetismo? Onde está esta democracia racial que numa “batida” policial prende os cidadãos-trabalhadores negros, sem sequer olhar para os seus documentos? Que democracia racial é esta que permite a violência da opressão policial na Baixada Fluminense onde já foram liquidadas milhares de pessoas, na sua maioria negras? (Alias, “todo o negro é marginal até prova em contrário?”). Onde está o respeito de cidadãos negros? Ou será que só temos deveres a cumprir e aceitar sem queixas, e agradecidamente, as medidas opressivas ou paternalistas desta sociedade que desconhece a nossa história e a nossa situação, desconhecendo, portanto, sua própria história e situação? (trecho do panfleto “Carta aberta à população”, 14/09/1978, p. 2.²⁹)

A partir deste “enquadramento” todas as atividades desenvolvidas pelo Movimento Negro e seus integrantes foram consideradas subversivas e o monitoramento foi constante. Portanto, a disseminação de um sentimento de *Consciência Negra*, ou de *Negritude*, foram consideradas como crimes passíveis de ser aplicada a Lei de Segurança Nacional (LSN). Neste tempo vigorava a Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que em seu 36º artigo, previa a pena de reclusão de 2 a 12 anos para todo aquele que incitasse o ódio ou a discriminação racial.

O Movimento Negro no Brasil foi uma forma de ação política coletiva composta por três elementos: os demandantes, os objetos de demanda e o público (TILLY, 2010). Os demandantes são os atores que fazem as reivindicações, os objetos de demanda são as autoridades ou instituições que podem atender às reivindicações, e o público é o conjunto de pessoas que podem apoiar ou se opor

²⁹ Arquivo Nacional (Brasil). Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA. Código de referência: BR_AN_BSB_VAZ_082_0063. Relatório sobre o acidente aéreo envolvendo o voo 1907 da Gol. 29 set. 2006. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/centro-de-informacoes-de-seguranca-da-aeronautica-1981>. Acesso em: 10 jan. 2024.

às reivindicações. O movimento social usa um repertório de confronto, que são as formas de ação coletiva que expressam oposição ou desafio, como manifestações, greves e boicotes. Nesse contexto, o Movimento Negro se organizou em diversos grupos e coletivos que atuavam em diferentes frentes e regiões do país. Conforme levantamento do Instituto de Estudos da Religião (ISER), publicado em 1988, com o título *Catálogo de entidades do movimento negro no Brasil*³⁰, o movimento chegou a ter 573 coletivos no período pós-1978.

Diante da expansão do Movimento Negro, a ditadura militar reagiu com repressão e desqualificação. A partir de um embate de cunho ideológico, a ditadura passou a utilizar seus aparelhos repressivos como meio para desarticular o Movimento Negro e tentou deslegitimar a sua estratégia e o seu novo *modus operandi*²¹ que era diferente do proposto pela Frente Negra Brasileira, no passado, que objetivava a unificação da luta sob a liderança/comando de uma única entidade. (LOPES, 2019).

Para a autora Luiza Bairros, que foi uma das principais lideranças do movimento, essa diversidade de instituições e estratégias de luta não devia ser compreendida como falta de unidade na luta, mas como expressão da pluralidade das questões pertinentes ao Movimento Negro, que em todas as frentes lutava contra o mito da Democracia Racial, que dominava o entendimento comum. (BAIRROS, 1994, p. 13)

Nesse contexto, Beatriz historiadora não apenas se destacou como uma voz dissidente ao regime, mas também como alguém que estava sendo observada de perto devido à sua influência e compromisso em confrontar questões de raça e poder. Uma evidência da relevância e impacto das perspectivas de Beatriz no levante dessa geração pode ser observada em uma entrevista concedida à revista *Manchete* e intitulada "O negro visto por ele mesmo"³¹ que foi meticulosamente

³⁰ BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Relatório sobre a atuação do movimento negro no Brasil**. Brasília, 1980. 2 p. Disponível em: http://querepublicaessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88015879_d0001de0002.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

³¹ O DSI tinha como função a investigação por dentro dos ministérios civis. No caso específico da Educação, centrava-se no MEC e em toda sua cadeia produtiva. Essa divisão era ligada ao SNI – Serviço Nacional de Informação, projeto esse formulado pelo general Golbery de Couto e Silva, membro da Escola Superior de Guerra e do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

registrada³² pela vigilância da Divisão de Segurança e Informação (DSI)³³, um braço do Ministério da Educação e Cultura, que se dedicava a monitorar indivíduos suspeitos de se oporem ao regime. A repressão política e a censura limitaram severamente as atividades dos grupos antirracistas e dos ativistas negros.

Diante dos desafios enfrentados por cerca de uma década de atuação direta de enfrentamento à ditadura, por uma escolha estratégica, Beatriz escolheu sair da frente da atuação e amadurecer sua contribuição na retaguarda. Sua fala em entrevista concedida após a Marcha do Movimento Negro em 1988 ao repórter Januário Garcia, ele questiona o porquê do afastamento dela da atuação nas ruas na década de 1980 e ela apresenta a seguinte fala:

Beatriz responde: Contribui com o movimento negro no seu início e naquele momento eram necessários pessoas como eu ou Eduardo oliveira oliveira, ali em 1974 havia pouco trânsito de pessoas e havia necessidade que tivessem pessoas que pudessem ser porta voz das questões raciais, mas sem expor ou colocar em risco outras pessoas. Buscávamos um lugar enquanto professores, enquanto acadêmicos. Esse foi um processo importante também muito duro, mas busquei ter uma atitude como a dos nossos ancestrais, talvez como faria Zumbi, a atitude de recuar em momento de grande perigo e avançar quando os outros pudessem agir. Então me baseando em toda essa “prática quilombola” que é a de estar em volta, estar ao lado, estar atrás e só estar de fato a frente quando as coisas se tornam difíceis e haja necessidade da nossa presença a frente. Eu fiquei muito envolvida nos meus estudos acadêmicos, mas continuo na proposta de seguir acompanhando as pessoas, principalmente quem está lá na Universidade Federal Fluminense.

Esse período de resistência contribuiu para o fortalecimento da identidade negra e para o surgimento de novas lideranças que continuariam a lutar pelos direitos civis nas décadas seguintes. Sua contribuição nesses âmbitos foi fundamental para a fundação e a consolidação do Movimento Negro Unificado³⁴, uma importante organização de resistência contra a discriminação racial no Brasil até os dias atuais. Situada nesse espectro político, a trajetória intelectual de Beatriz reflete as nuances dessa crítica social que merecem ser analisadas em

³² SILVA, M. A. da; SILVA, J. C. da. Movimentos negros no Brasil e os cenários de luta pela educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, n. 151, p. 105-122, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ntytgZqBG5wffjyVDC9Q79b/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

³³ PEREIRA, A. A.; MAIA, J. L.; LIMA, T. C. S. de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 75, p. 162-183, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i75p162-183>. Acesso em: 03 jan. 2024.

³⁴ O relatório do DSI sobre a historiadora Beatriz Nascimento. Encontra-se no seu Acervo pessoal no Arquivo Nacional.

contraposição aos interlocutores que participaram do debate denso daquele período. Como Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980), Hamilton Cardoso (1954-1999), Clóvis Moura (1925-2003), Abdias do Nascimento (1914- 2011), entre outros. Esses dois últimos citados dedicarei um debate mais aprofundado a ser feito no próximo tópico de desenvolvimento deste capítulo.

Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980)³⁵ foi o primeiro autoidentificado negro a entrar na graduação e na pós-graduação em Ciências Sociais na USP, ainda em 1968. Em 1977, finalizou sua tese de doutorado, intitulada “História e Consciência de Raça”, que buscava traçar um panorama histórico e sociológico da ideologia racial dos afro-brasileiros em São Paulo no século XX. Ele questionava o lugar epistêmico do negro como sujeito do conhecimento e criticava o mito da democracia racial e a abordagem eurocêntrica das ciências sociais. Ele foi precursor ao organizar a Quinzena do negro na USP, da qual participaram intelectuais e ativistas negros – e brancos – com os quais se relacionava em São Paulo, no Rio de Janeiro e também nos Estados Unidos.

Essa movimentação era parte de um contexto amplo de discussão política sobre a questão racial no Brasil que estava a se desenvolver nesse período do final da década de 1970, desdobramento do ocaso da Ditadura Militar. Nessa atividade, Oliveira fez uma fala marcante que foi registrada no documentário *ORÍ* (GERBER, 1989), onde ele diz:

Nós temos direito a essa instituição, sobretudo essa aqui [a USP] que é pública. E o fato de fazer [a Quinzena do Negro] dentro da universidade é para que a universidade assuma sua responsabilidade para formar mais negros, para que possam, como Beatriz [Nascimento], que passou por uma universidade, de ir ao quilombo, à favela, seja lá onde for, e dar os ensinamentos dela lá. Agora, sem uma universidade, sem um crédito, seria até impossível eu conseguir [estar] esta semana aqui, porque eu seria apenas um negro. Hoje, depois de dez anos ou doze anos de trabalho, já me mandam entrar e sentar, porque eu sou Eduardo de Oliveira e Oliveira, que tem um título, que não pretende ser doutor, que não se branqueou, mas que usa disso como instrumento de trabalho para poder se afirmar como negro e ajudar a que outros negros se afirmem como tal.

A fala de Oliveira traz um incômodo demarcado pelo não lugar do negro na construção do pensamento social brasileiro. A Quinzena foi em direção oposta a essa exclusão sistemática, marcando a presença, real e simbólica, dos negros

³⁵ OLIVEIRA, E. de. Eduardo de Oliveira e Oliveira sobre a USP: “nós temos direito a essa instituição”. Geledés, 05 ago. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eduardo-de-oliveira-e-oliveira-sobre-usp-nos-temos-direito-essa-instituicao/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

dentro da Universidade de São Paulo, discutindo as questões que lhes eram caras a partir de seu próprio ponto de vista. Ele e Beatriz foram amigos e parceiros de trabalho, dialogando sobre a construção de movimento social e atividades no âmbito acadêmico. Ambos participaram da fundação e da consolidação do Movimento Negro Unificado, propondo uma epistemologia negra que valorizava a cultura, a identidade, a história e a política afro-brasileira. Eles questionaram a hegemonia branca e eurocêntrica nas ciências sociais e na cultura, e afirmaram a importância dos saberes e das experiências dos afro-brasileiros como sujeitos do conhecimento e da transformação social.

Em entrevista realizada em 1977³⁶, na qual o jornalista narrador Paulo Roberto Leandro apresenta uma reportagem feita a partir da visão da quarta geração de negros livres no Brasil, Hamilton aponta que, para ele, a percepção de racismo era diferente no tempo em que ele vivia do que no tempo de seus pais. Explica que, naquele tempo, quando eles moravam na roça, as relações eram diferentes. Afirma que, com a inserção no mercado de trabalho e à medida que acessavam as escolas e as instituições, os negros eram barrados. Como em sua época os afrodescendentes estavam acessando escolas e universidades, o olhar discriminatório se dava a partir do estranhamento da circulação do afro-brasileiro naquele ambiente. Para Hamilton, havia uma intensa tentativa de desorganizar a autoestima do negro a partir da crítica à sua autopercepção enquanto tal.

Hamilton Cardoso (1954-1999) e Beatriz foram amigos de longa data, tendo se cruzado tanto no ambiente acadêmico, como na luta política. Eles se conheceram nos anos 1970, quando ambos participavam de organizações Movimento Negro Unificado. Hamilton foi um intelectual orgânico da população negra brasileira, que refletiu desde a juventude sobre a urgência da representação dessa população nas diversas instâncias de poder. Ele esteve no centro da luta antirracista e impulsionou o movimento pela redemocratização durante a ditadura militar. Hamilton participou da campanha pela anistia, da articulação do movimento Diretas Já, do processo da Constituinte, da reorganização do movimento sindical e da construção do Partido dos Trabalhadores, além de atuar na esfera internacional.

³⁶ PRIOLLI, G.; FIGUEIREDO, A. O negro, da senzala ao soul. São Paulo: TV Cultura, 1977. vídeo (45 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso em: 03 jan. 2024.

É a partir dessas trocas de conhecimento e perspectivas reforçaram o poder do Movimento Negro e expandiram as discussões sobre as questões raciais no Brasil no interior das universidades, em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, essa movimentação provocou a organização da atuação desses ativistas e intelectuais negros no ambiente universitário, construindo o que o Ratts (2009) observa como Movimento Negro de Base Acadêmica.

2.3

BEATRIZ E O MOVIMENTO NEGRO DE BASE ACADÊMICA: ENCRUZILHADAS DE UMA TRAJETÓRIA.

O Movimento Negro de Base Acadêmica (RATTS, 2009) é uma expressão usada para designar um conjunto de organizações e grupos que se formaram no âmbito das universidades brasileiras a partir da década de 1970, com o objetivo de combater o racismo e promover a valorização da cultura e da história afro-brasileira. Esses grupos atuaram na produção de conhecimento, na mobilização política, na educação popular e na implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nos anos 2000.

Um traço comum a essa intelectualidade negra é a origem em famílias de classes baixas e médias urbanas, a formação acadêmica nas principais instituições de ensino superior, nas quais se envolvem no ambiente político de contestação à Ditadura Militar (RIOS, RATTS, 2020, p.4) Os agentes protagonistas do Movimento Negro de Base Acadêmica foram, em sua maioria, estudantes, professores e pesquisadores negros e negras que se organizaram em grupos, núcleos, institutos e coletivos dentro das universidades brasileiras, a partir da década de 1970. Eles buscavam combater o racismo, enfrentar o mito da democracia racial e valorizar a cultura e a história afro-brasileira, produzir conhecimento científico, mobilizar a sociedade, educar a população e mais tarde implementar políticas de ação afirmativa.

Outra contribuição no campo do Movimento Negro de Base acadêmica foi a Fundação em 1974, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), da Universidade Federal Fluminense, foi o primeiro grupo do movimento negro de base acadêmica do país a se dedicar à questão racial. Com o apoio da antropóloga Maria Maia Berriel, do sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira e de Beatriz, o

grupo realizou diversas atividades culturais, políticas e educacionais sobre a contribuição do negro na formação social brasileira. Entre elas, destacou-se a Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, que acontecia anualmente e reunia parte da intelectualidade brasileira e estrangeira, negra e branca, interessada nesse campo de estudo. O GTAR apresentou uma atuação que transcendeu o cenário de repressão política, buscando efetivamente desafiar a discriminação racial, promover a conscientização da comunidade negra no Brasil.

Com suas pesquisas, publicações, participações em eventos e organizações do movimento negro, e com sua própria trajetória de vida, nos convidou a pensar sobre o significado da liberdade e da paz para os que foram escravizados e seus descendentes. Beatriz também criticou a forma como a história brasileira se baseou no mito da democracia racial, um discurso que impedia um olhar mais complexo para a condição da população negra no pós-abolição, e que escondia as desigualdades de diferentes ordens que atingiam essa população. Para trazer à tona sua crítica à historiografia e para produzir outras epistemologias, Beatriz Nascimento investiu seus estudos no olhar para a história dos Quilombos no Brasil, revelando a humanidade, a diversidade e a criatividade dos quilombolas (NASCIMENTO, 2007, p. 13-24)³⁷.

Algumas das principais conquistas do Movimento Negro de Base Acadêmica foram a produção de conhecimento científico sobre a história, a cultura e a identidade afro-brasileira, contribuindo para o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial no país. A mobilização política e social em defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça racial, denunciando o racismo e a discriminação que afetam a população negra em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho, segurança e cultura³⁸. A educação popular e a formação de lideranças negras, promovendo o debate sobre as questões raciais nas universidades e nas comunidades, estimulando a participação cidadã e o empoderamento dos estudantes negros e negras.

³⁷ NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: NASCIMENTO, E.; NASCIMENTO, B. (Orgs.). *Cultura em movimento: matrizes africanas na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2007, p. 13-24.

³⁸ Carta Convocatória ao ato de Fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) contra a discriminação racial”, lançada em junho de 1978.

A implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, que ampliaram o acesso e a permanência de estudantes negros e negras no ensino superior, reduzindo as desigualdades educacionais e promovendo a inclusão social nos dias de hoje. Nesse contexto, a produção intelectual dos negros brasileiros ganha relevância e importância, especialmente a partir da década de 1970, quando uma nova geração de pensadores negros emergiu com uma perspectiva epistemológica distinta e politicamente engajada sobre o passado e o presente do país.

Os intelectuais negros que produziram principalmente a partir da década de 1970 foram fundamentais para o pensamento social brasileiro. Eles desafiaram a hegemonia branca na construção da história e da cultura brasileiras, valorizando as origens africanas e as expressões populares. Por exemplo, Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras em estudar o conceito de Amefricanidade³⁹, que busca resgatar a matriz africana na formação cultural brasileira. Denunciaram o racismo e as desigualdades sociais que afetam a população negra, propondo políticas públicas e ações afirmativas para a promoção da equidade racial. Por exemplo, Beatriz Nascimento defendeu a criação de territórios quilombolas como forma de garantir a autonomia e a identidade dos negros. Fortaleceram os movimentos negro e feminista, articulando-se com outras organizações sociais e acadêmicas, nacionais e internacionais, em defesa dos direitos humanos e da democracia.

Joel Rufino dos Santos, por exemplo, participou da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e foi um dos signatários da Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Produziram conhecimento científico e artístico de qualidade, abrindo espaços nos meios acadêmicos e culturais para a presença e a voz dos intelectuais negros. Por exemplo, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva coordenou a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em 2004.

³⁹ A amefricanidade é um conceito político-cultural proposto pela intelectual e ativista negra brasileira Lélia Gonzalez, que busca reconhecer e valorizar as contribuições dos povos negros e indígenas na formação do Brasil e da América Latina, rompendo com a visão eurocêntrica e colonialista que os silenciou e marginalizou. A amefricanidade também é uma forma de resistência e afirmação da identidade e da cultura afro-indígena, que se expressa na arte, na música, na religião, na linguagem e nas lutas sociais. (RATTS, 2006, p. 831-839)

Além desses, há outros intelectuais negros que foram fundadores e participantes dos movimentos negros e de favelas, como Elizabeth Viana, Rosália Lemos, Jurema Batista, Geralda Alcântara e Miramar da Costa Correia. Esses intelectuais também contribuíram para o pensamento social brasileiro com suas pesquisas, publicações e militâncias. Em síntese, os intelectuais negros que produziram principalmente a partir da década de 1970 foram fundamentais para o pensamento social brasileiro, pois contribuíram para desafiar, denunciar, fortalecer e produzir conhecimento sobre a realidade e a história dos negros no Brasil. Esses pensadores representam uma voz crítica e criativa que enriquece o debate acadêmico e político sobre as questões étnico-raciais no país.

O MNU foi um movimento negro que se deu no contexto da luta pela Anistia, em 1978, e que propôs que todos os “presos comuns” negros fossem considerados “presos políticos” e, portanto, anistiados. Essa proposta provocava a reflexão sobre os motivos da “escolha criminosa” de negros e pardos, dada à falta de oportunidades reais depois de quatro séculos de escravidão. O MNU se estruturou nacionalmente em seu 1º Congresso, no Rio de Janeiro, em 1979, e propôs apoio a candidatos em futuras eleições parlamentares. Seu Programa de Ação era composto por 16 itens, entre eles, a realização de uma reforma agrária radical, a proteção dos acampamentos dos sem-terra, o direito de sindicalização dos trabalhadores e uma reforma geral do ensino.

No 2º Congresso, em Belo Horizonte, em 1980, a denúncia contra a violência policial e o desemprego foi priorizada nas discussões e linhas de ação. Um dos paradoxos da “abertura” e da “redemocratização” é que a letalidade das polícias militares estaduais aumentou, atingindo sobretudo jovens de periferia, negros e pobres. Além disso, o MNU encampou as lutas específicas das mulheres negras, duplamente discriminadas, por serem negras e mulheres, numa sociedade racista e machista. O MNU também valorizou as “raízes africanas”, o Pan-Africanismo e a necessidade de se conectar com outros movimentos negros ao redor do mundo.⁴⁰

O MNU foi um movimento complexo e diverso em sua expressão política, e que buscou afirmar a identidade, a cultura e a história dos quilombolas e dos

⁴⁰ PINHO, B. Movimento Negro Unificado (MNU) – História e legado. Politize!, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro-unificado/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

afrodescendentes, além de denunciar e combater o racismo e as desigualdades no país. O movimento foi desafio para a ditadura militar, com a contribuição para o adensamento da “consciência negra” durante o regime militar, bem como para a conexão da questão social com a questão racial, que foram ganhos históricos importantes na luta contra o racismo e pela democratização efetiva da sociedade brasileira. Houve também conquistas simbólicas a partir de então, como a criação do “Dia da Consciência Negra” (20 de novembro), uma data que propõe uma reflexão sobre o racismo e sobre a igualdade racial, aproveitando da antiga efeméride que comemorava o “Dia de Zumbi”, o líder da revolta do Quilombo de Palmares, no século XVII.

Como citado anteriormente, o MNU se destaca como um marco fundamental na história do Brasil, sendo um exemplo significativo de resistência e luta contra a discriminação racial. Lançada durante um período turbulento sob a ditadura civil e militar, a "Carta Convocatória ao ato de Fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) contra a discriminação racial" refletiu o clamor de uma comunidade que há muito sofria com a exploração racial e desrespeito humano, trecho do documento de fundação do movimento diz:

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano”.⁴¹

Beatriz foi uma integrante ativa na formação e articulação do MNU, promovendo debates, conferências e discussões sobre questões raciais e sociais. Além disso, como professora e intelectual, Beatriz contribuiu para a construção de uma consciência crítica entre os membros do movimento. Ela esteve entre as pioneiras na inserção das discussões sobre as mulheres negras no interior da organização, articulando as questões de raça e gênero e defendendo os direitos humanos das mulheres negras. Ela participou da criação do Coletivo de Mulheres Negras do MNU⁴², que se tornou um espaço de debate, formação e mobilização das mulheres negras dentro do movimento. A formação do MNU ilustra a insubmissão e a determinação dos negros brasileiros em buscar mudanças

⁴¹ Documento 4 – Pasta 1- Caixa 19 – documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional.

⁴² Página 1- Pasta 1- Caixa 19 – Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional.

significativas em sua realidade. Vejamos através do seu primeiro documento, a carta convocatória para o ato público contra o racismo:

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da comunidade afro-brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano [...](GONZALES; HANSELBALG. 2022, p. 55-57)

Continua:

[...] Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia sem dar uma resposta. (GONZALES; HANSELBALG. 2022, p. 55-57)

As reflexões abordam a interseção entre cultura e política enfrentada pelo movimento negro contemporâneo. A diversidade de abordagens, desde aquelas que enfatizam a política até aquelas que valorizam a expressão cultural, demonstra a complexidade das lutas. O MNU, por exemplo, emergiu como uma força estritamente política, recusando a assimilação e colocando a igualdade racial no centro de suas demandas. Enquanto isso, outras organizações, como o Bloco Ilê Aiyê, adotaram a cultura como uma ferramenta de reafirmação da identidade negra. Essa interação entre estratégias distintas reflete a riqueza da diversidade de pensamentos dentro do movimento.

A importância do MNU reside na sua capacidade de unir diversas entidades negras em um esforço coletivo para combater a discriminação racial que permeava a sociedade brasileira, ratificando esse processo no seu nome preliminar “Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial”, entretanto no seu processo posterior de formulação da sua identidade e de fortalecimento da unificação da questão racial no Brasil mudou de nome. O movimento nasceu da necessidade de romper com o silêncio que cercava a discriminação racial, um fato que impactava não apenas o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, mas também corroía a dignidade e a capacidade de realização dos indivíduos negros como seres humanos. Ao convocar um Ato Público contra o Racismo, o MNU demonstrou sua determinação em confrontar os recentes episódios de discriminação divulgados pela imprensa, e reivindicou o direito dos homens negros a serem respeitados.

Nesse contexto, Beatriz emerge como uma figura crucial para a formação inicial do MNU. Criado em 1978, em São Paulo, em um momento conhecidamente marcado pelo permanente estado de violência advindo da instauração do Ato institucional de N° 5 (AI – 5)⁴³, que tornou ilegal as reuniões políticas que não fossem previamente permitidas pela polícia política, além da censura, suspensão dos direitos políticos dos cidadãos considerados subversivos e uma série de outros decretos que coíbiam todos os esforços de qualquer tipo de organização social, inclusive do movimento negro.

Ela foi uma integrante importante para o grupo de articulação e discussões de alternativas para se pensar o ser negro no Brasil. Em um momento em que a ditadura militar impunha restrições à organização social, sua atuação intelectual e sua presença como mulher negra e pobre acrescentaram uma perspectiva única ao movimento. Beatriz não apenas participou da formação do MNU durante um período de repressão, mas também contribuiu para a disputa de memória e representação de grupos sociais marginalizados. Como professora e intelectual, ela promoveu debates sobre a experiência negra no Brasil, desafiando narrativas hegemônicas e buscando dar voz aos silenciados. Sua presença no movimento exemplificou a importância da diversidade de vozes na luta contra a discriminação racial.

O papel de Beatriz também se estendeu para a defesa da Comunidade Afro-Brasileira contra a opressão policial, perseguições e desigualdades socioeconômicas. Ela destacou a necessidade de resistir às condições em que os negros viviam, enfrentando o desemprego, o subemprego e a vida nas favelas. Sua atuação contribuiu para o fortalecimento e a união das entidades afro-brasileiras, promovendo um senso de solidariedade que foi fundamental para a eficácia do MNU.

O Movimento Negro Unificado e a contribuição de Beatriz são peças essenciais na história recente do Brasil, destacando-se por desafiar a discriminação racial e promover a conscientização sobre a luta dos negros por

⁴³ O Ato Institucional nº 5, AI-5. Informações extraídas do verbete disponível no site do CPDOC – FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 03 jan. 2024.

igualdade e dignidade. O MNU representou um grito coletivo contra a exploração racial, enquanto Beatriz personificou a força intelectual e a dedicação à causa, contribuindo para a construção de um movimento resiliente que deixou um legado de empoderamento e resistência. Beatriz deu uma importante contribuição ao Movimento Negro brasileiro contemporâneo. Suas pesquisas acadêmicas puderam inaugurar, de alguma forma, um conjunto de debates no interior do movimento negro, como pode ser observado na conferência “Historiografia o quilombo”⁴⁴ proferida na Quinzena do negro na USP, organizada pelo professor Eduardo de Oliveira em 1977.⁴⁵

O percurso de Beatriz no âmbito acadêmico e seu envolvimento com o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) são testemunhos do seu compromisso com a conscientização e a transformação da realidade dos negros no Brasil. O grupo de estudos André Rebouças (GTAR) foi fundado em 1975 na Universidade Federal Fluminense (UFF) por um grupo de professores, estudantes e ativistas negros que lutavam contra o racismo e pela valorização da cultura afro-brasileira. O nome do grupo homenageia o engenheiro, abolicionista e republicano André Rebouças, que foi um dos primeiros negros a se formar em uma universidade brasileira. O GTAR teve uma atuação importante na academia e na sociedade, promovendo debates, cursos, seminários, publicações e manifestações culturais sobre a história e a identidade negra no Brasil.

A história de Beatriz no GTAR demonstra seu comprometimento contínuo com a luta contra a discriminação racial e a busca pela construção de autonomia da população negra. Apesar de seu papel fundamental na criação e coordenação inicial do grupo, seu nome não aparece no estatuto de fundação nem nas atas, refletindo uma tendência histórica de apagamento das contribuições de figuras negras. No entanto, sua dedicação e impacto no GTAR não foram esquecidos, e ela permaneceu conectada ao grupo ao longo dos anos, apoiando-o com palestras, conferências e orientações.

⁴⁴ NASCIMENTO, Maria B. Historiografia do quilombo. In: QUINZENA DO NEGRO, 1977, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 1977. Disponível em: http://querepublicaeessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88015879_d0001de0002.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

⁴⁵ PINHO, B. Movimento Negro Unificado (MNU) – História e legado. Politize!, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro-unificado/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

O grupo também participou de movimentos sociais e políticos pela democratização do país, pela reforma agrária, pela anistia e pelos direitos humanos. GTAR surgiu como uma iniciativa política e pedagógica para promover a continuidade geracional do trabalho voltado para a conscientização e fortalecimento da presença dos negros e negras na universidade. (SILVIA, 2018) Beatriz foi uma força motriz por trás desse projeto, juntamente com sua irmã Rosa, Marlene, Ana e o apoio de Eduardo Oliveira e Oliveira. O GTAR visava proporcionar aos alunos negros uma formação sólida e consistente, a fim de capacitá-los a enfrentar os desafios frequentemente enfrentados por estudantes negros em um ambiente acadêmico hostil.

O GTAR foi um dos precursores do movimento negro universitário no Brasil e influenciou a criação de outros grupos similares em outras instituições de ensino. O grupo encerrou suas atividades em 1995, mas deixou um legado de memória, resistência e intelectualidade negra na UFF e no país. A experiência pessoal de Beatriz influenciou suas abordagens pedagógicas. Ela instava seus alunos a não aceitarem o paternalismo intelectual, incentivando-os a desenvolver uma perspectiva crítica e a não se subordinarem às narrativas dominantes. Sua própria trajetória de superação e aquisição de conhecimento lhe proporcionaram os instrumentos para enfrentar os desafios da academia, e ela compartilhou esses instrumentos com seus alunos.

3

Capítulo II HISTÓRIAS QUE ELA (RE)CONTA: METODOLOGIAS, LEITURAS, EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS.

Ao debruçar nos Manuscritos e Obra de Maria Beatriz Nascimento, percebemos que sua trajetória acadêmica foi marcada por uma abordagem distintamente interdisciplinar e engajada. Nascimento foi influenciada por diversas correntes teóricas, entre elas o pós-estruturalismo, o marxismo, os feminismos e as lutas anticoloniais. Sua formação em história na UFRJ não apenas lhe proporcionou ferramentas metodológicas, mas também lhe conferiu uma base sólida para explorar temas complexos relacionados à história e às questões raciais. No entanto, ao analisar seus manuscritos⁴⁶ disponibilizados no Acervo documental no Arquivo Nacional, os documentos revelam as dificuldades enfrentadas por ela ao retornar à academia após uma década dedicada à literatura, poesia e prosa.

Nesse sentido, Nascimento acredita que “uma negação ao que é branco e ao que é europeu a coloca numa situação ambivalente”⁴⁷ e pontua a tensão entre sua formação artística e as demandas da academia, levantando questões sobre sua rejeição ao pensamento racional europeu do século XIX e sua ambivalência em relação ao domínio branco e europeu. A autora destaca que após tantos anos, ela ingressa num terreno do conhecimento que lida com conceitos inesperadamente novos para se pensar em problemáticas sociais. Em seu trabalho como historiadora, Nascimento aponta para uma dificuldade em adotar uma perspectiva totalizante, globalizante, que envolve o macrossistema e as macrossoluções, parte do pensamento político-clássico da grande História (século XIX).

Ela também marca que adotou a perspectiva da micropolítica na pós-graduação como forma de especialização acadêmica e ativismo político. Nesse sentido, ela cita seu conhecimento sobre os conceitos de Deleuze e Guattari, no campo de estudo social. Com base nas teorias de Deleuze e Guattari se deu por

⁴⁶ Página 2 – Pasta 1- Caixa 19 – Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional.

⁴⁷ Caixa 19, Pasta 1, Página 5 – Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional.

meio de uma busca por uma linguagem e uma epistemologia que desafiam os discursos dominantes e as formas de opressão. Compreendo que Beatriz se aprofundou nas leituras de Deleuze e Guattari, no campo de estudo social, porque ela encontrou neles uma fonte de inspiração para pensar a história e a cultura afro-brasileira de uma forma mais complexa. Beatriz se interessou pela abordagem esquizoanálise⁴⁸ e sociologia da intervenção⁴⁹, que buscavam desafiar as formas tradicionais de pensar e conhecer.

A partir da esquizoanálise, Beatriz identificou a possibilidade de fundamentar sua crítica à sociedade capitalista, ao Estado e às formas de dominação e opressão. Ela passou cinco anos analisando psicanalistas que seguem a esquizoanálise e sociologia da intervenção, que são formas de intervenção clínica e social que visam liberar os fluxos de desejo e de criação (ROLNIK, 2006). Ela mobilizou esses conceitos para analisar o desenvolvimento dos escravizados e seus descendentes, suas expressões corporais livres, os quilombos como espaços de resistência contínua na história, libertação após a Abolição da escravidão. Ela também se questionou sobre a sua própria posição de mulher negra que tinha acesso aos mestres europeus e ocidentais, e que buscava uma linguagem que não pertencesse a enunciados dominantes.

Compreendo que Maria Beatriz Nascimento se aprofundou nas leituras de Deleuze e Guattari, no campo de estudo social, porque ela encontrou neles uma fonte de inspiração para pensar a história e a cultura afro-brasileira de uma forma mais ampla e complexa. Ela pode ter mobilizado os conceitos deleuze-guattarianos para analisar os quilombos como espaços de resistência, libertação e desenvolvimento dos escravizados e seus descendentes, não apenas de conflito

⁴⁸ A esquizoanálise é um campo de práticas e saberes que foi proposto pelo filósofo Gilles Deleuze e pelo psicanalista Félix Guattari, como uma forma de crítica e de intervenção na realidade social, cultural e subjetiva. Essa teoria se baseia em conceitos como rizoma, devir, esquizoanálise, máquina de guerra, linha de fuga, entre outros, que buscam desafiar as formas tradicionais de pensar e conhecer, baseadas em uma perspectiva arborescente, organizada e centralizada. A esquizoanálise articula conhecimentos de diversas disciplinas, como a pragmática, a filosofia da diferença, a micropolítica, a estratoanálise, a nomadologia, a utopia ativa e a pop análise. A esquizoanálise visa liberar os fluxos de desejo e de criação, e combater as formas de dominação e de opressão que são impostas pela sociedade capitalista, pelo Estado e pelas instituições. (Escola nômade. 2020).

⁴⁹ Caixa 19, Pasta 1Página 5 – Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional.

com o Estado e a sociedade. Ela também pode ter usado a ideia de rizoma⁵⁰ para compreender a continuidade das articulações quilombolas, mesmo após a Abolição, mostrando que o quilombo permanecia como um recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, ainda que com outro nome e sofrendo outro tipo de repressão.

Compreendo que ela pôde ter se identificado com a noção de devir, que expressa uma transformação constante e imprevisível da vida, e que pode ser aplicada à identidade, à cultura e à história dos quilombolas e dos afrodescendentes. Já as reflexões possibilitadas pela esquizoanálise, que é uma forma de intervenção clínica e social que visa liberar os fluxos de desejo e de criação pode ser relacionada à sua própria experiência como historiadora e militante.

Inspirada por Michel Foucault, Nascimento (1992) segue, então, para as suas reflexões sobre “As palavras e as coisas”, obra em que o autor discute o desaparecimento do discurso e a dispersão da linguagem. Partindo dessa leitura, ela se pergunta o que falar e escrever sobre minorias, estando num lugar minoritário de mulher negra. Ela se pergunta, ainda, qual a linguagem que não pertence a enunciados dominantes

Nesse contexto, Beatriz se questiona por que, em um país subdesenvolvido e colonizado como o Brasil, o saber efetivo vem de sujeitos que atuam em instituições como as igrejas e as Academias. Além disso, ela se indaga sobre a necessidade da imposição de leitura de autores europeus considerados canônicos e lidos apenas por motivo. Beatriz entende que a sua produção é fragmentária, porque, apesar de tudo, ainda tem uma cumplicidade com os mestres, europeus e ocidentais. “É aí que está o drama. Como indivíduo minoritário, tive e ao mesmo tempo não tive acesso aos mestres”. Tenho e não tenho cumplicidade com o seu dito.” Beatriz realiza então, uma importante reflexão:

⁵⁰ A ideia-imagem de rizoma é oriunda da botânica e consiste em uma haste subterrânea com ramificações em todos os sentidos, como os bulbos e os tubérculos. De forma antitética tem-se a árvore, com o caule e ramificações que se desdobram desse eixo central (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

Os autores utilizam a imagem do rizoma para explicar como se processa o pensamento, trazendo à tona as bases para a compreensão do que podemos chamar de teoria da multiplicidade. Isso remete, basicamente, à discussão sobre a incapacidade do modelo de pensamento pautado na imagem da árvore (caule central do qual partem ramificações) de dar conta da realidade contemporânea, que é múltipla, não binária e permeada por rupturas e incertezas.

Não posso me debruçar com isenção sobre um selvagem. Este sou eu. Não posso me debruçar sobre o rebelde. O rebelde sou eu. Não posso me debruçar sobre o minoritário sem procurar fragmentá-lo. Pois nele estou, como fragmento.⁵¹

Em seu trabalho, a autora revela uma compreensão aguda da complexidade que envolve o ato de falar e escrever sobre minorias quando se está situada dentro dessa mesma realidade minoritária. Sendo uma mulher negra, ela confronta a interseção de várias camadas de marginalização, discriminação e silenciamento. Isso a leva a uma intrincada reflexão sobre como sua voz pode ser autêntica e significativa, sem ser diluída ou filtrada pelos padrões hegemônicos que frequentemente dominam os discursos e narrativas.

Diante disso, ela compreende que a busca por uma “linguagem não dominante” é uma busca por uma forma de expressão que vá além das estruturas e normas impostas pelas vozes hegemônicas. Ela anseia por uma linguagem que não seja apenas uma mera repetição dos enunciados dominantes, mas que capture e transmita a complexidade das experiências das minorias. Essa busca se alinha ao seu compromisso em desafiar as narrativas unilaterais e desequilibradas, ao mesmo tempo em que promove uma ressonância com a realidade vivida por aqueles que são marginalizados.

Nesse contexto, a luta de Beatriz contra os enunciados hegemônicos é uma luta pela descolonização das narrativas e pela reivindicação de uma voz que foi historicamente subjugada e silenciada. Ela busca romper com o poder das estruturas discursivas que têm perpetuado estereótipos e distorções sobre as minorias, especialmente as mulheres negras. Sua resistência em relação a esses enunciados é, portanto, uma forma de empoderamento e uma afirmação da dignidade e humanidade das minorias.

Em sua obra, Beatriz reconhece que a própria experiência vivida é uma fonte legítima de conhecimento e compreensão. Ao explorar as complexidades da identidade e pertença, ela recusa a noção de que apenas as vozes hegemônicas têm autoridade para falar sobre minorias. Em vez disso, ela reivindica a validade da perspectiva das minorias e enfatiza a importância de uma pluralidade de vozes na construção de uma narrativa verdadeiramente inclusiva e representativa. Dessa forma, a exploração de questões de identidade por Beatriz Nascimento não é apenas um mergulho intelectual, mas também uma afirmação da necessidade de

⁵¹ Alguns dados já foram revistos por pesquisas mais recentes.

desafiar o status quo, confrontar os enunciados hegemônicos e moldar narrativas que respeitem as experiências complexas dos diversos sujeitos, em particular das mulheres negras.

3.1 CONTEMPORÂNEOS DO PENSAR QUILOMBOLA: MARIA BEATRIZ, CLÓVIS MOURA E ABDIAS NASCIMENTO.⁵²

Utilizando o termo “Aquilombar-se”, que é amplamente usado entre os grupos ativistas negros até os dias atuais, podemos caracterizar o quilombo como uma “tecnologia social de resistência” (BATISTA, 2019, p. 399)⁵³ que promove a união para fortalecer conhecimento, cultura, identidade e tradições ancestrais. Nos tempos da escravidão, os quilombos representavam um movimento de repúdio à vida ditada pelos senhores. Nesse sentido, a conceituação de Quilombo por Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Abdias Nascimento é uma fonte importante para entender a resistência negra e a (re) escrita da História na metade final do século XX.

Esses autores fazem parte de uma geração de pensadores que apresentaram uma visão autêntica acerca dos processos históricos e sociais. Eles eram originários de movimentos de resistência à ditadura militar, do movimento estudantil e movimento negro. Além disso, eram estudiosos – principalmente negros – que se dedicaram à tarefa de contar a história pela perspectiva que até ali não era priorizada, a dos negros (RATTS, 2021, p.8). A história do negro no Brasil ganha novos contornos com a emergência de intelectuais negros que se dedicam a estudar e valorizar a sua própria trajetória, cultura e identidade.

Esses intelectuais, que atuam em diversas áreas do conhecimento, como história, sociologia, geografia e teoria social, buscam aproximar métodos científicos à pesquisa que ressalta a importância da experiência e vivência na

⁵² BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 405-432, jul./dez. 2018.

⁵³ Publicado originalmente em: *Afrodíaspóra* Nos. 6-7, pp. 41- 49. 1985 – NASCIMENTO, Maria Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. In: RATTS, Alex (Org.). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2006, p. 137-144.

construção de uma teoria diversa, que rompe com os paradigmas eurocêntricos e racistas que dominaram o pensamento social brasileiro.

Essa abordagem, que enfatiza o papel do sujeito na produção do conhecimento, não é novidade na teoria social e história social, como mostra Peter Burke (2004)⁵⁴ o uso dessa perspectiva partir do movimento negro trouxe uma contribuição diferente. Para Beatriz Nascimento, os quilombos são a verdadeira manifestação da cultura negra no país. Mesmo após a abolição da escravidão, a tradição dos quilombos permaneceu exemplificada pela ocupação dos morros que mais tarde se tornaram favelas. Nesse cenário, é possível destacar três proeminentes teóricos: Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, cujos estudos abrangem os quilombos do período de escravidão e sua aplicação na mobilização política contemporânea.

Em sua obra, Clóvis Moura se dedicou a estudar a história e a luta dos afrodescendentes no Brasil desenvolveu o conceito de “quilombagem” como parte de sua abordagem crítica à formação social brasileira. Esse conceito está intrinsecamente relacionado à resistência e à ação dos afro-brasileiros no contexto da escravidão e pós-abolição. Para isso, é essencial ressaltar a trajetória de estudo e análise das formas de resistência e lutas empreendidas por afrodescendentes para a superação do regime escravista, realizada por Clóvis Moura.

O exame minucioso de Moura abarca um espectro amplo, englobando desde as fugas coletivas até as revoltas, as guerrilhas e a própria criação dos quilombos. Seu trabalho evidencia uma narrativa histórica que transcende o simples registro de eventos, adentrando na compreensão profunda das relações econômicas, políticas, sociais e culturais que permearam os quilombos enquanto núcleos de resistência. Nesse sentido, a quilombagem, sob a perspectiva de Clóvis Moura, emerge como uma expressão de enfrentamento à opressão escravista (MOURA,1993, p. 10). Ela denota a perseverança e a combatividade dos afrodescendentes ao longo do tempo, abrangendo desde as lutas cotidianas de rebelião individual até a insurgência coletiva em comunidades organizadas.

A quilombagem constitui uma resposta ativa, pautada pela disposição constante de desafiar as estruturas de exploração e violência colonial. Em sua

⁵⁴ Peter Burke, *Testemunha Ocular: História e Imagem* (São Paulo: Edusc, 2004).

obra, a persistência dos quilombos como centros ativos de luta destaca a agência⁵⁵ e protagonismo dos escravizados na busca por liberdade e dignidade. Ao reconhecer essa herança de resistência, somos desafiados a reavaliar as narrativas históricas que, por muito tempo, omitiram a profundidade e a amplitude das lutas dos negros. A disseminação dessas comunidades de resistência não apenas contradiz a narrativa de que a luta era circunscrita a regiões específicas, mas também revela a universalidade do anseio por liberdade e justiça que perpassa a experiência das pessoas escravizadas. A continuidade da resistência é posta em evidência pelo fato de as comunidades quilombolas terem se mantido como espaços de desafio e contestação, ao longo dos séculos e até mesmo às vésperas da Abolição.

Nesse contexto, os escravizados desafiavam persistentemente seus senhores por meio de fugas individuais e formação de quilombos, em uma demonstração constante de rebeldia. Essa mudança de dinâmica, com o tempo, refletiu uma adaptação às mudanças históricas, passando de rebelião individual para evasões coletivas. Esse movimento evidencia a maleabilidade das táticas de resistência, que se expressam de maneiras variadas, mas sempre assertivas. Por fim, no panorama da história brasileira, um capítulo fundamental emerge com a figura de Abdias Nascimento, um notável ativista e intelectual que se destacou como defensor incansável da cultura negra, não somente no Brasil, mas também internacionalmente. Sua trajetória inspiradora está enraizada em uma época marcada pela prevalência do racismo científico, uma ideologia que procurava sustentar a suposta inferioridade dos negros em todos os aspectos da sociedade.

No entanto, Abdias Nascimento não apenas rejeitou essas noções, mas também moldou uma realidade transformadora. Em sua trajetória Abdias fundou instituições pioneiras como o Teatro Experimental do Negro, o Museu da Arte Negra e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. Com isso, ele não apenas lançou as bases para o resgate e a celebração das contribuições culturais afrodescendentes, mas também estabeleceu plataformas de conscientização que ecoaram além das fronteiras do Brasil. Em um período em que o racismo

⁵⁵ A perspectiva de Anthony Giddens (2003) sobre a construção do sentido de agência enfatiza a influência direta da agência na consciência da ação coletiva e na habilidade dos atores sociais de articular mudanças estruturais. Ele entende que essas mudanças, resultantes da ação dos atores sociais, não ocorrem instantaneamente. Ao invés disso, elas se manifestam de maneira processual e, em certos momentos, podem necessitar de novas gerações de atores para avançar.

científico imperava, ele defendeu a igualdade intelectual, moral e física dos negros, desafiando as falsas narrativas que buscavam justificar a opressão.

O legado mais duradouro desse artista, intelectual e ativista negro é encapsulado no conceito de quilombismo, uma filosofia que recupera a história das primeiras experiências de liberdade nas Américas: os quilombos. Essas comunidades não apenas representavam um refúgio contra a opressão, mas também encarnavam princípios de organização comunitária, econômica e política que se opunham de maneira notável ao modelo colonial vigente. Ao propor o quilombismo como uma referência para a mobilização política da população afrodescendente, Abdias vislumbrou um Brasil multiétnico e pluricultural, uma visão que ressoa mesmo nas discussões contemporâneas sobre diversidade e inclusão.

Em sua obra, as ideias de Abdias encontram uma notável ressonância nas décadas subsequentes, como evidenciado pelo Movimento Negro que culminou na Marcha Zumbi dos Palmares de 1995 e na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Seu conceito de quilombismo não só antecipou muitas discussões atuais, como multiculturalismo e interseccionalidade, mas também introduziu princípios que parecem mais relevantes do que nunca. A propriedade coletiva da terra, a igualdade de gênero, a preservação ambiental e a busca por uma transformação pacífica e democrática da sociedade permanecem como pilares incontestáveis na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva (NASCIMENTO, 2019, p. 13-23).

Nesse sentido, a obra e o ativismo de Abdias efetivamente traçaram fios de pensamento mais amplo para o entendimento da opressão e da busca por justiça racial. Sua perspectiva sobre o “quilombismo” transcende a simples análise histórica e se estendeu à construção de um movimento de autoconsciência, enfrentamentos políticos pragmáticos e construção de políticas públicas. Por fim, foi examinado até aqui a convergência das ideias de três contemporâneos notáveis no contexto do pensamento social no Brasil: Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Abdias Nascimento. Essa justaposição, e não comparação, pode ser ampliada pelo fato de compartilharem de uma perspectiva crucial no estudo da formação do pensamento social no Brasil, contribuindo para um entendimento mais profundo das experiências históricas e das lutas contemporâneas dos negros.

Ao abordar os quilombos como tema central de seu projeto de pesquisa, intitulado “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas”⁵⁶, a autora nos imerge em um campo de estudo que transcende os limites convencionais. Enquanto questiona a adequação dos termos “sobrevivência” e “resistência cultural” para abordar o fenômeno em questão, ela nos conduz ao cerne de seu propósito: revelar uma linha contínua de desenvolvimento histórico. Mesmo que a noção de continuidade histórica pareça desafiadoramente abstrata, ela nos instiga a considerar a evolução da vida humana ao longo do tempo, marcada por cortes e entrelaçada por complexos processos e formas de dominação.

Em seu manuscrito a autora nos apresenta seu projeto de pesquisa sobre os quilombos, que são sistemas sociais alternativos organizados pelos negros, desde o período colonial até as favelas contemporâneas. Ela questiona os conceitos de sobrevivência e resistência cultural, e propõe revelar uma linha contínua de desenvolvimento histórico, que considera a evolução da vida humana ao longo do tempo, marcada por cortes e entrelaçada por complexos processos e formas de dominação. O título do texto é maleável, pois se trata de um estudo prolongado e exaustivo, baseado na experiência da autora na pesquisa sobre quilombos. Ela diz:

Gostaria de dar a esse trabalho o título de a memória ou a história oral como instrumento político. Melhor ainda se disséssemos a memória e a esperança de recuperar o poder. O título é maleável porque se trata de um estudo prolongado e exaustivo, baseado na minha experiência na pesquisa sobre quilombos, que faz parte do projeto “sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas”. O meu sonho, cientificamente falando, é que os homens e seus grupamentos que formam os quilombos possam continuar a fazê-los, resistindo às formas de dominação. O objetivo do trabalho é demonstrar uma continuidade histórica, ainda que esse termo pareça abstrato, da vida do homem que se expressa nos quilombos, apesar dos aparentes cortes impostos pelos processos e formas de dominação ao longo do tempo.

No entanto, ela marca que o objetivo do trabalho é demonstrar uma continuidade histórica, ainda que esse termo pareça ainda mais abstrato que os primeiros. “É a vida do homem continuando aparentemente em cortes, mas

⁵⁶ Caixa 25, Pasta 76, Página 1, Documento 1 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

achataada pelos vários processos e formas de dominação, processo que acontece ao longo do tempo.”⁵⁷

Dessa forma, Beatriz apresenta uma visão do quilombo como um instrumento político e de esperança de ressignificar o poder. Ela propõe investigar os sistemas sociais alternativos como “instituições” e procura estabelecer continuidade histórica, destacando que a vida humana evolui continuamente, apesar das mudanças em formas de dominação ao longo do tempo. Assim, ela oferece uma contribuição original e relevante para o estudo da história e da cultura negra no Brasil.

Em seu projeto de pesquisa, Beatriz Nascimento busca criar uma tipologia dos Quilombos, considerando diferenças institucionais e diferentes significados atribuídos a esse termo ao longo do tempo. Ela destaca que o conceito de quilombo se desenvolve historicamente e apresenta múltiplos significados, desde reuniões de escravos fugidos até a representação contemporânea de resistência política. Além disso, Nascimento também explora as características dinâmicas dos quilombos entre os séculos XVII e XIX, enfatizando seu desenvolvimento em contextos econômicos, ecológicos e sociais, bem como sua função de sobrevivência e defesa cultural e econômica⁵⁸.

Nesse sentido, Beatriz reforça a importância da compreensão da continuidade histórica como a hipótese fundamental do estudo. Assim, os quilombos desempenham um papel crucial no trabalho de Beatriz Nascimento, sendo conceituados como “sistemas sociais alternativos organizados pelos negros”⁵⁹. Ela busca explorar a diversidade de arranjos sociais que se encaixam na categoria de quilombos na história do Brasil, ao mesmo tempo em que destaca a

⁵⁷ O materialismo histórico, segundo Thompson, é uma forma de compreender a história a partir das relações sociais e materiais que os homens estabelecem entre si e com a natureza. Thompson rejeita o determinismo econômico e o mecanicismo que reduzem a história a uma sucessão de modos de produção e de lutas de classes. Para ele, a história é feita pelos homens, que são sujeitos ativos e criativos, dotados de consciência e cultura. Thompson defende que a classe é um fenômeno histórico, que se forma a partir da experiência comum dos trabalhadores, que se reconhecem como uma comunidade de interesses e valores, e que se opõem a outras classes. Thompson também valoriza a cultura popular, que é a expressão das formas de vida, das crenças, das tradições e das resistências dos trabalhadores. Thompson busca, assim, resgatar a história dos camponeses, trabalhadores, dos marginalizados e dos esquecidos, que são os verdadeiros protagonistas da história. (1987)

⁵⁸ Caixa 25, Pasta 76, Documento 1- Página 1 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁵⁹ Caixa 25, Pasta 76, Página 1 – Documento 1 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

continuidade histórica desse conceito. Nascimento (2006)⁶⁰ defende que o quilombo é um instrumento ideológico para a luta negra, evoluindo de uma noção de resistência física para uma compreensão de independência e organização social. Para isso, a autora estabelece quatro pontos centrais para sua abordagem, caracterizando o quilombo em diferentes contextos históricos e ideológicos, desde sua origem africana até sua função na conscientização racial do século XX.

Para isso, a autora se propõe a realizar uma análise crítica e esclarecedora dos conceitos utilizados, bem como de seu ponto teórico central, que é delineado por cinco hipóteses do projeto inicial. Ela considera que uma parte significativa desse caminho reside em estabelecer uma ligação entre a tipologia dos quilombos do período escravista e aqueles que foram objeto de sua pesquisa. Ela destaca que o título do projeto não sugere diferenças substanciais entre os diversos quilombos, reconhecendo que nem todos atenderam aos requisitos para se tornarem “sistemas sociais”. Por isso, a autora empreende o esforço de estabelecer uma tipologia dos quilombos abordados na literatura dos séculos XVII ao XIX. Ela apresenta seu objetivo no relatório narrativo final do projeto:

Fazer uma crítica e esclarecimento aos conceitos utilizados e seu ponto teórico principal, mobilizado por cinco hipóteses do projeto inicial. Parte importante desse caminho, para a autora, é estabelecer uma conexão entre a tipologia dos quilombos do período escravista, com os quilombos visitados na pesquisa. Ela pontua que o título não busca sugerir que haveria diferenças marcantes entre os vários quilombos, até porque nem todos eles tiveram os requisitos necessários para tornarem-se “sistemas sociais”. Por isso, a autora busca, estabelecer em seguida uma tipologia dos quilombos conhecidos na bibliografia dos séculos XVII ao XIX.⁶¹

Em seu relatório, Beatriz Nascimento conta que já havia esboçado o conceito inicial de quilombo ao comitê de ciências sociais da *Ford Foundation*. Para esclarecer o que vem sendo desenvolvido, ela traz à luz a primeira hipótese do projeto, de que haveria diferenças institucionais entre os quilombos. Para isso, ela cita dois trechos. Um é parte de um documento da consulta do Conselho Ultramarino, de 02 de dezembro de 1740⁶², que define o que é quilombo ou

⁶⁰ Página 1 – Documento 1 que consta na Pasta 76. – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁶¹ Caixa 1, Pasta 76, Documento 1, Página 4 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁶² Caixa 1, pasta 1, documento 1 – Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino.

mocambo⁶³. Outro é o verbete do dicionário de língua portuguesa de autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Ambos resumem quilombo à reunião de escravos fugidos, sendo o documento colonial, especificado que é uma habitação que passasse de cinco “negros fugidos”.

Um aspecto interessante é que, a autora ressalta que no mesmo verbete, fica registrado “quilombo do quimbundo, união”. Ela percebe então, que no mesmo dicionário o termo surge com duplo sentido. Pensando nas várias significações da categoria quilombo, ela coloca que poderia partir desses três significados apresentados, passando ainda pelo conceito popular sul-americano, de casa de prostituição, até chegar no momento atual, em que é mobilizado como alegoria política para um momento político de reação dos afro-brasileiros à subordinação de classe e racial. Ela aponta que de acordo com a concepção dialética do materialismo histórico, o conceito é historicamente determinado. Ela considera, então, que o quilombo é uma categoria histórica, que muda sua semântica de acordo com o tempo e o espaço em que é utilizado. Mas, isso não significa, de acordo com ela, uma perda total no seu significado etimológico. Assim a autora defende que: “o conceito e o seu significado estão diretamente ligados ao significante no qual tal conceito se cristaliza, através da História.”. Dessa forma, ela percebe a necessidade de compreender nos vários aspectos, o quilombo.⁶⁴

Nascimento considera, então, que o quilombo é uma categoria histórica, que muda sua semântica de acordo com o tempo e o espaço em que é utilizado e, sobretudo, de acordo com a concepção dialética do materialismo histórico⁶⁵, o conceito é historicamente determinado. Todavia isso não significa uma perda total no seu significado etimológico. Assim, a autora defende que: “o conceito e o seu significado estão diretamente ligados ao significante no qual tal conceito se cristaliza, através da História”. Dessa forma, ela percebe a necessidade de compreender-nos vários aspectos, o quilombo. (NASCIMENTO, 1980, p. 45-46)

⁶³ Pasta 76, Documento 1, Página 4 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁶⁴ Pasta 76, Documento 1, Página 4 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁶⁵ Caixa 1, Pasta 76, Documento 1, Página 5 – Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Em sua pesquisa, Nascimento segue, então, apresentando sua perspectiva de quilombo, enquanto sociedades dinâmicas, entre os séculos XVII e XIX, em contínua evolução, inseridos em um contexto econômico, ecológico e social, que tinha como função a sobrevivência de sujeitos, em sua maioria negra. Defende que essa sobrevivência poderia englobar o campo econômico, como também a defesa de um sistema econômico, cultural e institucional mais abrangente. Além disso, cita a construção de uma ordem social que forneceria um espaço alternativo entre dois polos sociais, a aristocracia agrária e os trabalhadores compulsórios.

A historiadora esclarece que isso não quer dizer que o quilombo não se relacionasse com esses dois polos sociais, tanto através do tempo quanto do espaço geográfico brasileiro. A partir dessa elaboração, a autora diz que vai construir uma tipologia desses quilombos, já expostos nas fontes secundárias. Por fim, ela encerra, marcando a necessidade de dissecar o conceito de continuidade histórica, para explicar por que ele é um ponto crucial, para não dizer, a hipótese única do seu estudo.⁶⁶

Em seu estudo, Beatriz Nascimento aborda os quilombos como uma questão fundamental para entender as pesquisas sobre a história dos negros no Brasil. E conceitua esses agrupamentos como “sistemas sociais alternativos organizados pelos negros” (NASCIMENTO, 1985, p. 45), englobando diversos arranjos sociais que existiram na história do Brasil, especialmente no período colonial, que tinham características distintas, mas que entraram na historiografia com o mesmo nome. Observa que o quilombo era tratado no singular como se fosse homogêneo, um agrupamento de negros fugidos que corriam para esse lugar, supostamente seguro e organizado, que começava a se mostrar um espinho doloroso e encravado no âmago do sistema colonial.

Para questionar essa visão, Nascimento iniciou o debate acerca deste conceito em seu artigo *O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra*, publicado originalmente em *Afrodíaspóra*, 1985. O objetivo de Beatriz era investigar historicamente núcleos do passado em relação ao presente, para

⁶⁶ A respeito da etimologia da palavra quilombo, Flávio Gomes (2015) sinaliza que, em África, tanto Mocambo como Quilombo já eram termos conhecidos por diversas populações africanas. Para os Imbangalas (Jagas) grupo de tendência guerreira que habitavam na África Central sendo responsável por diversas invasões na região de Angola ao longo do século XVII, o quilombo fazia referência aos rituais de iniciação na guerra, já os mocambos ou *Mukambu*, para diferentes grupos da África Central, representavam uma espécie de estrutura de madeira utilizada na construção de choupanas em acampamentos.

encontrar a continuidade da História ou o *continuum histórico* na concepção dos Quilombos. Ela mobiliza a noção de Quilombo como um “instrumento ideológico para a luta do negro”, que apresenta sua continuidade no século XX. Ela diferencia o passado da luta física do presente da compreensão de que o homem negro [a mulher negra] é um homem [mulher] capaz como qualquer homem [mulher] de formar agrupamentos sócio-políticos que não se orientam apenas pela fuga dos castigos físicos (NASCIMENTO, 1977, p. 131). Dessa forma, ela oferece uma contribuição original e relevante para o estudo da história e da cultura negra no Brasil. Ela disse:

O quilombo não é como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato de os negros existirem a tentativa dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si. (NASCIMENTO, 1977, p. 129).

Nessa compreensão, Beatriz Nascimento, colocou quatro objetivos basilares:

1) Caracterizar o quilombo como instituição africana, de origem angolana, na história da pré-diáspora; 2) Indicar as conotações que tal instituição recebe no período colonial e Imperial no Brasil; 3) Caracterizar a instituição quilombo na passagem para princípios ideológicos como forma de resistência cultural e 4) Historicizar a ideologia junto às etapas do movimento de conscientização do negro e da sociedade brasileira no século XX. (NASCIMENTO, 2006, p.117).

O quilombo como instituição africana: Nesse texto, Beatriz Nascimento aborda o quilombo como uma forma de organização social e política dos povos bantus da região de Angola, antes da diáspora provocada pelo tráfico de escravos. Ela mostra como esses espaços eram de resistência, solidariedade e autonomia dos africanos, que mantinham suas tradições culturais e religiosas. Em seguida, ela debate os sentidos do quilombo como instituição africana, remetendo ao contato dos portugueses com o continente, mais especificamente sobre a colônia em Angola. Ela explica que o interesse dos lusitanos era explorar o minério precioso e as terras do território, mas que a maior fonte de lucros viria do tráfico escravista, já no século XVI (NASCIMENTO, 2006, p. 117).

A autora relata que cada vez mais os europeus adentravam o continente em busca de escravos e que a região privilegiada para a busca de africanos para a

escravidão era a região mbundu, no norte de Angola. Nascimento descreve, que foram desenvolvidos três principais métodos de apresamento dessas pessoas: a compra nos mercados dos povos afastados nas fronteiras do Congo com Angola; o tributo imposto aos chefes mbundus conquistados; ou as guerras diretas (Nascimento, 2006, p. 118). Assim, ela oferece uma visão histórica e crítica sobre o conceito de quilombo e sua importância para a cultura negra.

O quilombo como instituição no período colonial e Imperial no Brasil: o texto indica as conotações que o quilombo recebeu no contexto brasileiro, onde era visto como uma ameaça à ordem escravista e colonial. São relatadas formas de perseguição, repressão e destruição dos quilombos pelas autoridades portuguesas, bem como as estratégias de sobrevivência, defesa e luta dos quilombolas. É destacado o caso do Quilombo dos Palmares, o maior e mais duradouro quilombo da história brasileira, e seu líder Zumbi, símbolo de resistência e liberdade.

O quilombo como passagem para princípios ideológicos: o texto caracteriza o quilombo como uma ideologia que transcende a dimensão territorial e temporal, e que se manifesta como uma forma de resistência cultural e política dos negros no Brasil. O texto historiciza a ideologia quilombola junto às etapas do movimento de conscientização do negro e da sociedade brasileira no século XX, desde a abolição da escravatura até os movimentos sociais contemporâneos. O texto cita o quilombismo, proposto por Abdias do Nascimento, como um projeto político que busca a emancipação e a participação efetiva dos negros na democracia brasileira.

Nascimento buscou destacar o lugar desprivilegiado da África na historiografia, ora como um continente exótico, ora como sem história até o encontro com a civilização ocidental. Um dos perigos dessa abordagem, para a Beatriz, é a perda da identidade de negros e negras, tanto com relação ao passado, quanto à sua posição na história de países que participaram do tráfico de escravizados. Mas, ela pontua que a população negra elaborou diversas formas de luta pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Dentre esses movimentos no âmbito social e político, o Quilombo é o foco de estudo da autora, como um marco da capacidade de resistência e organização do negro no Brasil (NASCIMENTO, 2006, P 117).

No continente africano, os europeus encontraram sociedades diversas, permeadas por conflitos, no momento de organização de Estados. Ela destaca que

o reino do Congo, por exemplo, tinha conflitos com algumas formações tradicionais, como o modo de produção de linhagem típico dos Mbundu. A autora destacou a resistência de algumas etnias à penetração portuguesa, como por exemplo, os Imbangalas ou Jagas. Esse grupo de caçadores do Leste começou a invadir o Reino do Congo por volta de 1560, expulsando em 1569 o rei e os portugueses da capital. Entre 1571 e 1574, os europeus reagiram e fizeram os Jagas recuar, até que mais tarde o grupo se uniu com os Mbundu contra a penetração portuguesa. A autora marca que os Imbangalas eram considerados um povo terrível, que viviam do saque, não criava gado, nem possuía plantação (NASCIMENTO, 2006, p.118)⁶⁷.

Foi no bojo desse grupo nômade, que é formado o Kilombo, instituição Imbangala aberta a todos os estrangeiros desde que iniciados a partir de um rito de passagem. A iniciação era baseada na prática de circuncisão que consolidava o pertencimento à comunidade guerreira. É importante ressaltar que os Jagas não criavam seus filhos, frequentemente os matavam quando nasciam para não atrapalhar nos deslocamentos. Eles adotavam como filhos os adolescentes do grupo derrotado. Assim, em um ritual de iniciação, o rito de passagem assume o sentido de pertencimento àquele grupo. Nesse caso, o Kilombo pode ser compreendido como instituição em si; como os próprios indivíduos que foram incorporados à sociedade Imbangala; pelo território ou campo de guerra jaga; a casa sagrada onde se processava o ritual de iniciação; o acampamento de escravos fugitivos; e mais tarde no século XIX, como as caravanas de comércio em Angola (NASCIMENTO, 2006, p. 119)⁶⁸.

⁶⁷ Décio Freitas (2004) levantou a hipótese diferente sobre a origem étnica de Ganga Zumba, o primeiro grande rei de Palmares. Segundo Freitas, Ganga Zumba poderia ter sido um Ambundo, um grupo étnico que habitava o sul de Angola e que era inimigo dos Jagas, outro grupo que invadiu o Reino do Congo no século XVII. Essa hipótese explicaria por que Ganga Zumba aceitou o tratado de paz com os portugueses em 1678, pois ele teria uma visão mais pragmática e menos idealista da luta contra a escravidão, diferente de Zumbi, que seria um Jaga e que teria uma postura mais radical e combativa. No entanto, essa hipótese não é aceita pela maioria dos estudiosos, que consideram que Ganga Zumba era mesmo um congolês e que sua decisão de aceitar o tratado foi motivada por outros fatores, como o cansaço das guerras, a pressão dos seus parentes presos e a esperança de uma vida melhor para o seu povo. Ele foi, sim, um grande líder do Quilombo dos Palmares e um símbolo da resistência negra contra a opressão colonial.

⁶⁸ A formação de quilombos foi a principal característica da fuga de rompimento, todavia pesquisas posteriores aos escritos de Maria Beatriz apresentam que as comunidades de fugitivos da escravidão, também são conhecidas como mocambos, têm uma história complexa de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. No século XVIII, havia informações sobre a existência de mocambos na região de Bacaxá. Essas comunidades eram formadas em locais isolados e de difícil acesso, e

A historiadora marca também a dificuldade de estabelecer um contato direto entre o Kilombo em África e o Quilombo no Brasil. Por exemplo, saber se a formação de um quilombo no território americano tem suas origens na composição étnica de Angola, se seus componentes eram descendentes diretos dos envolvidos dos quilombos em África, ou se havia uma relação direta entre os quilombos desse lado do atlântico e aqueles que lutavam na zona de guerra em África no mesmo momento (NASCIMENTO, 2006, p. 119). Nascimento aborda o quilombo como uma instituição no período colonial e imperial no Brasil, onde era visto como uma ameaça à ordem escravista e colonial. Seu texto relata as formas de perseguição, repressão e destruição dos quilombos pelas autoridades portuguesas, bem como as estratégias de sobrevivência, defesa e luta dos quilombolas. Nascimento destaca o caso do Quilombo dos Palmares, o maior e mais duradouro quilombo da história brasileira, e seu líder Zumbi, símbolo de resistência e liberdade. Em seguida, desenvolve sua pesquisa, pensando o quilombo como instituição no período colonial e imperial.

Segundo Beatriz Nascimento, primeira referência a quilombo surgiu num documento oficial português de 1559, mas apenas em dois de dezembro de 1740, as autoridades portuguesas definiram o que significa quilombo, como: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (NASCIMENTO, 2006, p. 119). Essa iniciativa de definição partiu de uma preocupação com outros núcleos de população negra livre, depois da destruição do Quilombo dos Palmares (NASCIMENTO, 2006, p. 119)

Nascimento destaca o paralelismo entre o Quilombo de Palmares e os acontecimentos em Angola no final do século XVI e XVII. Ela levanta a hipótese de esse ser o único caso que possibilite uma correlação com o Kilombo, instituição angolana. Ela conta que o auge da resistência Jaga acontece em 1584 e meados do outro século, quando esse povo se torna uma aliada do empreendimento negreiro português.

Nesse mesmo momento no Brasil está se estruturando o quilombo dos Palmares. Alguns fatores que também se relacionam com uma realidade angolana

grande parte dos membros de um mocambo eram escravos fugidos de uma mesma região ou de um mesmo senhor. (GOMES, 1996, p. 10)

é a nomeação do chefe de Palmares como Ganga Zumba, uma variação do título dado ao rei Imbangala, Gaga. O adorno na cabeça do rei palmarino, também era próximo de um costume do Imbangala Calando, o cabelo em tranças longas, adornadas com conchas. O estilo da guerra também pode ser observado como uma frente de aproximação, além do uso do mesmo nome para a instituição (NASCIMENTO, 2006, p. 120).

A historiadora aponta que os demais quilombos vão se distanciando do modelo africano e constroem suas formas de regulação, conforme o território brasileiro. Ela destaca uma falta de esforço historiográfico de estudar os quilombos brasileiros a partir das suas estruturas e dinâmicas no tempo, longe de uma transposição de aldeias africanas onde os negros se refugiavam para o banzo. Ela pontua que no período colonial, o quilombo se caracterizou por grandes Estados, destacando o da Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, desmembrado em 1750 (NASCIMENTO, 2006, p. 120).

Em seu texto, a autora compara dois tipos de escravidão: a colonial, imposta pelos europeus aos africanos, e a africana, praticada pelos próprios africanos na Antiguidade⁶⁹. Ela destaca que a escravidão africana não tinha o caráter de propriedade, mas sim de proteção ou punição, dependendo das circunstâncias que levavam um homem livre a se tornar escravo. (NASCIMENTO, 2006, p. 81-92.) Por exemplo, um homem poderia se tornar escravo por causa de guerras, de transgressões de normas grupais ou de pedido de proteção em outra linhagem por perigo de vida. Nesse último caso, a autora sugere que alguns quilombos podem ter reproduzido essa lógica africana da escravidão voluntária, como forma de garantir a segurança dos fugitivos. Ela também diferencia os quilombos do século XVII dos demais, pois eles reuniam grupos e etnias comuns, com uma economia própria, que representavam uma ameaça ao sistema colonial. (NASCIMENTO, 2006, p. 120).

A autora defende que estes quilombos podem ser considerados o primeiro momento da história do Brasil em que se identifica um Estado centralizado. Por outro lado, o Código de Processo Penal em 1835 caracterizou o quilombo como

⁶⁹ Aqui o uso de “África antiga” respeita a transcrição documental segundo as palavras de Maria Beatriz Nascimento (2006, p. 120). O termo “África antiga” usado pela autora se refere à África pré-colonial, ou seja, ao período anterior à chegada dos europeus ao continente. Nesse período, a África foi palco de diversas civilizações, culturas, reinos e impérios que se desenvolveram em diferentes regiões e épocas. (HENRIQUES, 2003, p. 13-30).

reduto de bandidos para perigar a estabilidade e integridade do Império, sendo a pena para os participantes, a degola. O quilombo aqui se insere no perigo negro, momento de tensões depois das guerras da Bahia e Maranhão. Os quilombos de grande porte se encontram todos em morros e periferias dos centros urbanos. No Rio de Janeiro, ela dá como exemplo o Catumbi, Corcovado, Manuel Congo. Nesse período a organização dos quilombos já perpassa um arcabouço ideológico, da fuga como reação ao colonialismo, assim como já existe a tradição oral com referências ao passado, de acordo com a autora (NASCIMENTO, 2006, p.120).

Beatriz caracteriza o quilombo como uma ideologia que transcende a dimensão territorial e temporal, e que se manifesta como uma forma de resistência cultural e política dos negros no Brasil. Ela historiciza a ideologia quilombola junto às etapas do movimento de conscientização do negro e da sociedade brasileira no século XX, desde a abolição da escravidão até os movimentos sociais contemporâneos. Ela cita o quilombismo, proposto por Abdias do Nascimento, como um projeto político que busca a emancipação e a participação efetiva dos negros na democracia brasileira.

Beatriz defende que é no século XIX que o quilombo ganha o significado de instrumento ideológico contra formas de opressão, muitas vezes a partir da retórica abolicionista. O quilombo é mais uma vez redefinido, a partir da passagem de instituição em si, para um símbolo de resistência. No século XX, o quilombo se consolidou enquanto uma caracterização ideológica (NASCIMENTO, 2006, p. 122). Por ter sido concretamente uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, o quilombo foi mobilizado para um discurso de liberdade em termos da consciência nacional. Assim, a intelectualidade se debruçou sobre esse fenômeno, destacando seus aspectos positivos para reforçar uma identidade histórica brasileira e uma utopia.

Nesse contexto, a figura de Zumbi como herói é marcante, ganhando ao mesmo tempo a imagem de chefe e de uma nova alma nacional (NASCIMENTO, 2006, p. 123). Tratando do Movimento Negro, Beatriz aponta que de 1888 até 1970, a população negra teve poucas oportunidades de se expressar e de participação social no Brasil. Mas, no momento de grande repressão, nos anos 70, foi o momento em que o negro se viu lutando pelo reconhecimento da participação social. Nesse sentido, o quilombo serviu como símbolo principal na trajetória desse movimento, o que ela chama de correção da nacionalidade.

Nascimento defende que a ausência de cidadania plena, de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira de povo, desencadeou “a rejeição do que era considerado nacional e dirigiu este movimento para a identificação da historicidade heroica do passado.” (NASCIMENTO, 2006, p. 123-124).

Nascimento destaca, nesse caminho, a publicação do grupo Palmares no *Jornal do Brasil* em novembro de 1974 no Rio Grande do Sul, que reivindicava o dia 20 de novembro em oposição ao dia 13 de maio. A argumentação seguia no sentido de rememorar um acontecimento que simbolizava a resistência dos antepassados negros, uma identificação mais positiva do que a abolição da escravidão, vista como uma dádiva da Princesa Isabel. Sua sugestão foi rapidamente aceita e o quilombo passou a ser símbolo de comportamento negro e esperança de uma sociedade melhor, assim como sede de todas as formas de resistência cultural (NASCIMENTO, 2006, p. 124). Por fim, Beatriz defende que o quilombo representa um símbolo para o reconhecimento da identidade negra brasileira, contribuindo para uma autoafirmação étnica e nacional (NASCIMENTO, 2006, p. 125).

Nascimento analisa como o quilombo foi se transformando ao longo dos séculos, desde uma instituição concreta de libertação dos escravizados, até um símbolo ideológico de afirmação da consciência nacional e da utopia. Para Beatriz, conceitualmente o quilombo abrange não apenas o território geográfico, mas também o território existencial e psíquico, onde os negros podem preservar os seus valores, costumes e modos de vida. Na dimensão simbólica o Quilombo transpassa as dimensões territoriais e temporais, ele é a resistência cotidiana, o processo de reconstrução da identidade individual e coletiva da população negra.

3.2

A REIMAGINAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL POR MARIA BEATRIZ: UMA PERSPECTIVA DIFERENTE SOBRE A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E DO NEGRO

A História Social Brasileira das últimas décadas do século XX e início do século XXI revela uma trajetória de redefinições e expansões, enfatizando a

importância das experiências da população negra e dos movimentos sociais. Esse período foi marcado por revisões historiográficas significativas, que ampliaram o escopo da disciplina e desafiaram interpretações preexistentes. Uma breve análise da História Social nesse contexto proporciona uma compreensão mais rica e complexa das dinâmicas sociais e políticas do Brasil, abordando questões cruciais relacionadas ao trabalho, aos trabalhadores e aos movimentos sociais.

A história da escravidão no Brasil foi um tema que recebeu muita atenção dos historiadores ao longo do século XX. No entanto, até a década de 1970, predominava uma abordagem que apresentava muitas limitações e problemas, tanto teóricos quanto metodológicos. Essa abordagem era marcada por uma visão eurocêntrica, colonialista e elitista da história, que ignorava ou minimizava a participação e a experiência dos negros escravizados e libertos na formação da sociedade brasileira. Alguns dos principais autores e obras que representam essa abordagem são: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e outros.

Em um momento em que as teorias sociais ainda se fundamentavam no racismo científico, Gilberto Freyre deu importantes contribuições ao formular acerca das originalidades e da riqueza da cultura luso-tropical. No entanto, sua tese principal⁷⁰ era baseada na ideologia da democracia étnica e cultural, que analisava a escravidão enfatizando a miscigenação e a harmonia entre as raças. Essa visão falseada sobre as relações sociais no Brasil foi duramente criticada por ocultar as contradições e os conflitos gerados pelo sistema escravagista e pelo racismo estrutural. A tese de Freyre foi alvo de muitos debates e críticas, especialmente por parte de autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Abdias do Nascimento, os quais questionaram a validade e o alcance da noção de democracia racial no Brasil. Eles apontaram as contradições, os conflitos e as desigualdades que marcaram e marcam as relações raciais no país, e denunciaram a tese de Freyre como uma forma de ocultar ou minimizar o problema do racismo e da discriminação. Beatriz Nascimento também contestou duramente essa ideia,

⁷⁰ Essa tese foi formulada por Freyre em suas obras mais conhecidas, como *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959), que são consideradas clássicos da sociologia e da antropologia brasileira. Freyre foi influenciado por diversos pensadores, como Franz Boas, Arthur Ramos, Manuel Querino e Oliveira Vianna, e também por sua própria experiência de vida, como descendente de senhores de engenho e estudante nos Estados Unidos.

que foi usada como meio de propaganda na ditadura militar e silenciou os saberes, as memórias e as lutas dos negros no Brasil.

Caio Prado Júnior, autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), analisou a escravidão a partir de uma perspectiva marxista, destacando o papel do modo de produção colonial na exploração dos negros. Em uma passagem do livro, ele discorre sobre a formação étnica do Brasil, dos indígenas e negros. Segundo ele, no caso dos índios, o avanço da colonização, a ocupação do território, a maior ou menor facilidade com que prestam seu concurso ao colono branco, com ele coabitam e se amalgamam, contribuindo assim para as características étnicas do país, são outras tantas circunstâncias da maior importância, sem dúvida, para a História, que derivam de particularidades étnicas próprias a cada um daqueles grupos e povos. O mesmo se pode dizer dos africanos, e para não se estender sobre o assunto, ele lembra o caso tão conhecido da particular insubmissão dos escravos baianos, devida, sem dúvida, não apenas ao estado servil em que se encontravam, mas também, e em maior proporção talvez, aos caracteres próprios dos povos africanos que contribuíram para esta parte da população civil da colônia.⁷¹

Florestan Fernandes, autor de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), que estudou a transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil, enfocando as dificuldades de inserção dos negros na sociedade pós-abolição, mas tratando-os como vítimas passivas do preconceito e da discriminação racial. Emília Viotti da Costa, autora de *Da Senzala à Colônia* (1966), que investigou as transformações da escravidão no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, ressaltando as contradições internas do sistema escravista e as resistências dos negros, mas sem problematizar as relações de poder e as identidades raciais.

Esses autores foram influenciados por diferentes correntes teóricas e metodológicas, como o funcionalismo, o estruturalismo, o marxismo etc. No entanto, eles compartilhavam de uma visão que privilegiava as fontes oficiais e quantitativas, como documentos administrativos, legislativos e estatísticos, em detrimento das fontes qualitativas e subjetivas, como testemunhos orais, narrativas

⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

literárias e manifestações culturais. Essa visão também tendia a adotar uma perspectiva macro-histórica e nacionalista, que buscava explicar os processos históricos a partir de grandes categorias abstratas e homogêneas, como classe, raça e nação, sem levar em conta as especificidades regionais, locais e individuais.

A historiografia, que inicialmente negligenciou a história da população negra e os movimentos sociais, passou por um processo de transformação notável, impulsionado por acadêmicos como Silvia Hunold Lara, João José Reis, Sidney Chalhoub, Hebe Mattos, Marcelo Ridenti, Almilcar Araujo Pereira, Flávio de Santos Gomes e outros. Esse movimento de reexame e reconceitualização permitiu uma compreensão mais abrangente e sofisticada da sociedade brasileira e de suas complexas dinâmicas.

O reconhecimento da importância das experiências dos negros durante a escravidão e após a abolição ampliou as narrativas historiográficas, desafiando conceitos preexistentes e destacando a centralidade do racismo nas tensões sociais. A pesquisa sobre Palmares exemplificada por Silvia Hunold Lara, ilustra a riqueza das contribuições oferecidas pela história social, desvelando histórias anteriormente obscurecidas e fornecendo uma base sólida para estudos futuros.

Neste livro⁷², a autora apresenta uma pesquisa extensa sobre Palmares, o maior e mais duradouro assentamento de fugitivos da história da escravidão no Brasil. Ela incorpora novos documentos à análise de fontes já conhecidas e revela detalhes dos acontecimentos que levaram os habitantes dos Palmares a se instalar na região de Cucaú, no sertão da vila de Sirinhaém, onde permaneceram até o início de 1680, quando foram atacados e reescravizados. O livro contribui, assim, para mostrar o ponto de vista dos escravos na história da escravidão e dos habitantes dos Palmares na história dos mocambos. A pesquisa de Lara ilustra a riqueza das contribuições oferecidas pela história social, que reconhece a importância das experiências dos negros durante a escravidão e após a abolição, ampliando as narrativas historiográficas, desafiando conceitos preexistentes e destacando a centralidade do racismo nas tensões sociais.

A partir da década de 1980, ocorreu um movimento de renovação dos estudos sobre a escravidão no Brasil, que trouxe novas perspectivas e

⁷² LARA, Silvia Hunold. Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp, 2021.

contribuições para o tema. Esse movimento foi impulsionado por uma geração de historiadores que incorporou novas fontes, abordagens e temas em suas pesquisas, buscando ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a história dos negros escravizados e libertos na sociedade brasileira. Essa perspectiva se insere em um contexto de reconhecimento da importância das experiências dos negros durante a escravidão e após a abolição, que ampliou as narrativas historiográficas, desafiou conceitos preexistentes e destacou a centralidade do racismo nas tensões sociais.

Alguns dos principais autores e obras que representam esse movimento são: João José Reis, autor de *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835* (1986), que reconstituiu a história de uma das maiores revoltas de escravos urbanos na Bahia, enfocando as redes de sociabilidade, as identidades étnicas e religiosas e as motivações políticas dos envolvidos. Sidney Chalhoub, autor de *Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1986), que analisou as condições de vida e trabalho dos trabalhadores pobres, em sua maioria negros e mestiços, no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, destacando as formas de resistência, organização e cultura popular desses sujeitos.

Hebe Mattos, autora de *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista (Brasil, século XIX)* (1998), e Eduardo França Paiva, autor de *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789* (2001), são dois historiadores que se dedicaram a estudar a escravidão e a cultura dos negros no Brasil. Enquanto a primeira investigou as trajetórias de libertos e seus descendentes na região cafeeira do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ressaltando as estratégias familiares, as redes de solidariedade e as identidades raciais desses indivíduos, o segundo estudou as relações entre escravidão e cultura na sociedade mineira do século XVIII, evidenciando as expressões artísticas, literárias e religiosas dos negros escravizados e libertos. Em seu livro, Hebe Mattos analisou, a partir de inventários post-mortem e testamentos, como os escravos e seus filhos lidaram com as tensões sociais e raciais no período da Abolição e do Pós-Abolição, buscando construir espaços de liberdade e cidadania. Ela também destacou o silêncio na documentação pública sobre as cores dos brasileiros livres afrodescendentes, prevalente desde meados do século XIX, e refletiu sobre o significado desse silêncio para a história e a memória da escravidão no Brasil.

Esses autores foram influenciados por diferentes correntes teóricas e abordagens metodológicas, como a micro-história, a história social da cultura, a história das mentalidades, entre outras, esses autores se basearam em processos, inventários, testamentos, fontes oficiais, etc. Tais correntes também adotavam uma perspectiva micro-histórica e localista, que buscava compreender os processos históricos a partir das especificidades regionais, locais e individuais. Um exemplo é Eduardo França Paiva, que, em seu livro *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*, publicado em 2001, estudou as relações entre escravidão e cultura na sociedade mineira do século XVIII, evidenciando as expressões artísticas, literárias e religiosas dos negros escravizados e libertos. O autor examinou, a partir de processos criminais e eclesiásticos, como os negros criaram e recriaram suas formas de cultura, resistência e sociabilidade, em meio à opressão e à violência da escravidão. Ele também mostrou como os negros participaram e influenciaram a cultura colonial, contribuindo para a formação de uma identidade nacional brasileira.

A história social, enquanto a história que estuda as relações que os homens estabelecem entre si e entre as instituições, a sociedade, tem se mostrado um campo fértil para a análise dos movimentos sociais, que são expressões da sociedade civil que lutam por direitos, reconhecimento e participação política. A interseção entre essas duas áreas tornou-se um ponto de convergência crucial, ampliando a compreensão da política e da sociedade brasileira. Essa interação resultou na análise aprofundada dos movimentos sociais, suas raízes históricas e influências globais, bem como as estratégias adotadas para a promoção de mudanças sociais. No entanto, o estudo dos movimentos sociais contemporâneos continua a apresentar desafios, refletindo a complexidade das lutas atuais e a necessidade de abordagens multidisciplinares e sensíveis ao contexto.

A busca por novas abordagens historiográficas, que fornecessem metodologias inovadoras, foi incessante desde os anos 1970. Nesse contexto, o surgimento da história social, história cultural e micro-história representou uma guinada na historiografia, com cada “escola” oferecendo uma perspectiva única. A visão de Carlo Ginzburg e Carlo Poni (GINZBURG, 1989, p. 169-178), sobre a troca desigual no mercado historiográfico entre Itália e França, por exemplo, ressalta como as tradições historiográficas nacionais influenciaram o desenvolvimento dessas abordagens. Enquanto isso, no Brasil, essas inovações

foram recebidas sem o problema da desigualdade nas trocas com outras historiografias.

A abertura desse debate também ressalta como o racismo e as relações raciais foram muitas vezes relegadas a outras áreas das ciências sociais, como antropologia e sociologia, enquanto os historiadores focaram mais na formação da sociedade brasileira. No entanto, o racismo é um tema crucial e complexo que não pode ser ignorado pelos historiadores. A crítica à ideia de democracia racial, proposta por Gilberto Freyre (1933), e a revisão das interpretações que atribuíam o racismo como um "legado da escravidão" contribuíram para uma compreensão mais sofisticada das relações raciais e como o racismo era uma parte intrínseca das tensões entre escravidão e liberdade.

Beatriz Nascimento criticou o mito da democracia racial e denunciou o racismo estrutural na sociedade brasileira, contrapondo-se à visão que nega ou minimiza a existência do racismo e das desigualdades raciais no Brasil. Ela mostrou como o mito da democracia racial era uma ideologia que servia para ocultar e legitimar a opressão e a exploração dos negros no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Ela também evidenciou como o racismo estrutural se manifestava em diversas esferas da sociedade brasileira, como a educação, a saúde, a política, a mídia e afins, gerando exclusão e violência contra os negros⁷³.

Os estudos mostram uma mudança de paradigma, afastando-se das explicações simplistas e estáticas sobre o racismo. Em vez disso, a abordagem histórica social investiga as lutas, tensões e conflitos que moldaram as experiências dos negros e sua interação com os processos de liberdade e abolição. Isso resultou em uma compreensão mais dinâmica e contextualizada das relações raciais, desafiando interpretações anteriores e contribuindo para um enriquecimento do campo de estudo. Além disso, a análise das lutas contra a discriminação em contextos específicos e a reavaliação das ideias de democracia racial trouxe à tona a complexidade das experiências históricas e incentivaram uma abordagem mais detalhada e contextualizada do tema do racismo no Brasil.

A partir da década de 1990, a historiadora Silvia Hunold Lara chamou a atenção para a historiografia dominante que identificava a história do trabalho

⁷³ NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In*: RATTS, Alex (org.). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 117-132.

com o trabalho livre e assalariado, relegando as experiências dos negros à margem (mas os negros também foram/são trabalhadores livres e assalariados). A autora questiona a teoria da substituição do escravo pelo imigrante e aponta para a necessidade de explorar as implicações políticas e historiográficas dessa abordagem. Esse debate contribuiu para um amadurecimento do campo de estudo ao incentivar uma reavaliação das perspectivas dominantes, explorando as experiências dos negros, tanto durante a escravidão quanto após a abolição⁷⁴.

A virada do século XXI trouxe uma nova dimensão ao estudo da escravidão. Luiz Felipe de Alencastro e Robin Blackburn foram alguns dos autores que exploraram as relações globais e transnacionais da escravidão, considerando diferentes espaços e tempos. Essa abordagem nos permite entender a escravidão como parte de sistemas mais amplos e complexos, que envolvem aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Por exemplo, Alencastro mostrou como o sistema colonial português integrava o Brasil, a África e a Ásia, criando um circuito atlântico de escravos, açúcar e especiarias. Blackburn, por sua vez, examinou como a escravidão influenciou a formação dos Estados Unidos, da América Latina e do Caribe, bem como a ascensão e a queda do império britânico⁷⁵. Outros exemplos de conexões globais e transnacionais da escravidão são as formas de escravidão moderna, que atingem mais de 40 milhões de pessoas no mundo, em atividades como a indústria da pesca, as fábricas de maconha, os salões de unha e a prostituição.⁷⁶

Flávio Gomes, em seu artigo sobre o registro de "nações africanas" (2012), mostra como a análise comparativa de registros paroquiais enriquece nossa compreensão das origens e identidades dos africanos escravizados no Brasil e em Cuba. Martha Santos examina a importância da reprodução escrava e a ressignificação do princípio de *Partus sequitur ventrem*, destacando como isso influenciou a dinâmica de gênero e poder. Já Norberto O. Ferreras, por sua vez,

⁷⁴ LARA, Silvia Hunold. A historiografia do trabalho escravo e livre no Brasil. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 13-36.

⁷⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. **A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas**. *The global history of Atlantic slavery: evaluation and perspectives*. Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019v26n41p14/38434>. Acesso em: 08 jan. 2024.

⁷⁶ MATTOS, Hebe Maria. Novas perspectivas na história da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-16, 2016.

investiga a construção legal e discursiva da escravidão em um contexto global, explorando as tensões entre o local e o global na regulamentação do trabalho forçado.

A escravidão é um tema fundamental para o aprofundamento do pensamento social e da historiografia brasileira. Ao longo das décadas, as abordagens históricas sobre esse tema mudaram a forma como entendemos o passado e, conseqüentemente, o presente. O conceito de agência ⁷⁷ ganhou destaque na historiografia, colocando os sujeitos históricos no foco das narrativas. Assim, o estudo da escravidão não só oferece reflexões sobre o passado, mas também levanta questões epistemológicas e metodológicas importantes. Em resumo, a escravidão tem um papel essencial no desenvolvimento do pensamento social e da historiografia brasileira. Ela não só enriquece nossa compreensão do passado, mas também estimula debates metodológicos e epistemológicos, além de fornecer apontamentos para a compreensão de estruturas globais e transnacionais.

Dentro do contexto da História Social do Brasil, Beatriz reconheceu a lacuna existente na historiografia em relação à História do Negro e da escravidão. Ela compreendeu que as perspectivas eurocêntricas e masculinas frequentemente deixavam de lado as experiências e subjetividades das pessoas negras. Nesse sentido, ela questionou o viés predominante da história social da época, que muitas vezes negligenciava as vozes, as ações e as resistências dos negros escravizados e libertos.

O texto *Por uma História do Homem Negro*, publicada em 1974 na Revista de Cultura Vozes ⁷⁸ é um trabalho que aborda questões históricas, sociais e culturais relacionadas à população negra no Brasil, especialmente focado em criticar a forma como essa história tem sido estudada e compreendida. A autora propõe uma nova forma de entender a história do Brasil a partir da perspectiva dos negros, rompendo com a visão eurocêntrica e colonialista que predominava na historiografia brasileira. Ela critica a abordagem fragmentada e superficial da

⁷⁷ A agência, para Anthony Giddens (2003), é a capacidade dos indivíduos de agir criativa e reflexivamente sobre as circunstâncias sociais. Ele afirma que os indivíduos não são apenas produtos, mas também agentes das estruturas sociais, que podem reproduzi-las ou transformá-las. A agência envolve intencionalidade, racionalidade, responsabilidade e risco, pois os indivíduos devem escolher entre diferentes possibilidades de ação e lidar com as incertezas e os desafios da modernidade.

⁷⁸ NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 68, n. 1, p. 41-45, 1974.

história da população negra no Brasil, que se limitava aos aspectos etnográficos, econômicos, sociais e religiosos, sem considerar a questão racial. Ela propõe uma nova leitura da história do Brasil a partir da perspectiva dos negros, enfocando as relações entre África e Brasil, a desumanização dos negros na história e a redefinição da identidade negra.

A autora aponta a importância de enfrentar os complexos e recalques que resultaram de uma história de opressão e marginalização. Ela defende que a história do homem negro deve ser estudada a partir de uma perspectiva consciente e crítica, abordando tanto o passado quanto o presente da população negra no Brasil. Beatriz Nascimento diz:

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. [...] (NASCIMENTO, 2021, p. 45)

A abordagem de Beatriz se destaca por sua ênfase na importância das ações coletivas, das formas de resistência e das estratégias adotadas pelos negros ao longo da história. Ela redefiniu a narrativa ao colocar em foco não apenas a opressão, mas também a resiliência e a luta contínua por justiça e reconhecimento. Sua visão reimaginada da História do Brasil não apenas trouxe à tona as vozes silenciadas, mas também destacou a complexidade das relações sociais e políticas que moldaram a experiência do negro no país.

Beatriz argumenta que é essencial resgatar a história e a identidade racial do homem negro, compreendendo suas características próprias. Ela questiona abordagens simplistas que tentam embranquecer ou minimizar a importância dessa identidade, como a ideia de que a miscigenação resolveria as questões raciais no país. A autora também ampliou a discussão sobre as relações transatlânticas no contexto da escravidão atlântica. Ela desafiou a ideia de que a escravidão era apenas um fenômeno local, argumentando que as conexões globais e as trocas culturais foram fundamentais para a construção das identidades e das lutas dos negros no Brasil. Sua abordagem global ressalta as interações complexas entre diferentes regiões e sociedades, desafiando as narrativas simplistas e localizadas.

Nesse texto, Beatriz reflete sobre a necessidade de uma abordagem mais completa e profunda ao estudar a história do homem negro, indo além das perspectivas fragmentárias que muitas vezes prevalecem nos estudos históricos. Ela critica a tendência de analisar apenas aspectos socioeconômicos ou etnográficos da história negra, negligenciando a dimensão racial e individual. A autora também discute a complexidade das relações raciais no Brasil, destacando como o preconceito racial se manifesta de maneira sutil, mas impactante, na sociedade. Beatriz afirma que os estudos da época eram fundamentais, mas por vezes limitador e apresentava uma fragmentação perigosa:

Um dos trabalhos mais sérios sobre o negro no Brasil é o de Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes*. É uma das fontes primordiais para o estudo do negro no país. Outros de igual cunho abordam também o problema do negro do ponto de vista da classe ou da mobilidade social. Esse tipo de abordagem, rico em dados, em números, leva a que alguns estudiosos, e mesmos aqueles que buscam só nesses trabalhos um conhecimento maior da nossa problemática, constatem somente o negro de uma perspectiva social. (NASCIMENTO. in RATTTS 2006, p. 117-132)

E continua:

[...] Esse tipo de abordagem é a forma primordial dos estudos históricos atuais. Considero-o para a história do negro brasileiro uma fragmentação um tanto perigosa, porque pretende, na constatação de aspectos, explicar o todo. Um trabalho que trate de um povo como nós tem que levar em conta aspectos não apenas socioeconômicos como também raciais. Não se pode incorrer na perpetuação de mistificações, de estereótipos que remontam às origens da vida histórica de um povo que foi arrancado de seu hábitat, escravizado e violentado na sua história real. (RATTTS 2006, p. 117-132)

A historiadora critica a forma como a história do negro no Brasil era estudada, focando apenas nos aspectos sociais e econômicos, sem considerar a dimensão racial e individual. Ela defende que é preciso ir além das visões fragmentadas e superficiais, e buscar uma visão mais completa e profunda, que leve em conta a história real, a cultura e a identidade dos negros. Ela também mostra como o racismo se manifesta de forma sutil, mas impactante, na sociedade brasileira, e como é preciso desfazer as falsas ideias sobre a democracia racial e a integração do negro. Ela propõe, assim, uma nova forma de entender a história do negro no Brasil, a partir da perspectiva dos próprios negros.

Beatriz rompe com a visão eurocêntrica e colonialista que predominava na historiografia brasileira sobre as relações entre África e Brasil, e propôs uma

abordagem que valorizava a participação, a cultura e a identidade dos negros na formação da sociedade brasileira. Ela também abordou a desumanização dos negros na história, mostrando como eles foram submetidos à escravidão, ao racismo e à violência, mas também como eles resistiram, se organizaram e se afirmaram como sujeitos e protagonistas da sua própria história. Ela ainda redefiniu a identidade negra, defendendo a construção de uma consciência negra crítica e emancipatória, baseada no reconhecimento, na valorização e no empoderamento dos negros.⁷⁹

A reimaginação da história do Brasil por meio da perspectiva de Beatriz é profundamente arraigada nas experiências negligenciadas da população negra e nos movimentos sociais representa uma mudança interpretativa profunda. Essa transformação interpretativa realça as vozes silenciadas e desafia narrativas tradicionais. As análises críticas de Beatriz lançam luz sobre a resistência e a resiliência dos negros, desafiando a marginalização histórica.

Suas ideias dialogam com outras abordagens contemporâneas sobre a história racial, tanto no Brasil quanto no mundo. Ela estabeleceu pontos de convergência e divergência com essas abordagens, contribuindo para o debate teórico e político sobre a questão racial. Ela se relacionou com autores como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Luiz Felipe de Alencastro, Stuart Hall, Paul Gilroy, entre outros, que também analisaram as relações entre cultura, identidade e poder na sociedade contemporânea, enfocando as experiências, as lutas e as resistências dos negros na diáspora africana.⁸⁰

A obra e a perspectiva de Maria Beatriz Nascimento tiveram uma grande importância e um grande impacto para o debate sobre a questão racial no Brasil e no mundo. Ela ajudou a articular os fundamentos intelectuais das lutas afro-brasileiras a partir da década de 1970, e tem influenciado o ativismo antirracista, a teoria social negra e o pensamento historiográfico contra-hegemônico desde então. Ela também foi uma voz crítica e influente na resistência ao regime autoritário no Brasil, e uma das pioneiras na inserção das discussões sobre as

⁷⁹ NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização Alex Ratts. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. ISBN 978-65-5979-006-7.

⁸⁰ RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez: intelectual, ativista e mulher negra. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

mulheres negras no movimento negro e feminista. Ela deixou um legado de conhecimento, de militância e de inspiração para as gerações futuras.

3.3 QUILOMBO COMO SÍMBOLO: ORÍ A RESISTÊNCIA CULTURAL NEGRA

Beatriz foi militante ativa na década de 1970, especialmente durante a ditadura militar. Depois de sua intensa participação, Beatriz se voltou para os grupos de estudos que coordenava GTAR e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, esse retorno aos estudos, foco em pesquisa e docência fez com que ela deixasse o *front* da ação política e conjunturalmente não liderasse mais marchas ou articulações militantes ao longo da década de 1980. No entanto, sua trajetória não escapou de estigmas originados no caminho dual entre a produção acadêmica e as atividades políticas. A desvalorização ou deslegitimação a partir do esquecimento na política se manifestou poucos anos após a escolha de Beatriz por se afastar da linha de frente da ação política e se dedicar a vida acadêmica.

Beatriz enfrentou inúmeros obstáculos ao longo de sua jornada de pesquisa, e muitos deles deixaram marcas profundas em seu corpo e em sua mente. Seus traumas são evidentes em suas palavras e escritos, e apesar de todo o esforço empregado para dar nome ao seu conhecimento, as tensões persistem e se multiplicam em meio a um clima político instável, repleto de dificuldades como a ditadura militar, falta de financiamento às pesquisas e violências raciais. No ambiente acadêmico ela enfrentou uma grande dificuldade na reinserção, seja pelas exigências da norma formal de escrita ou a discriminação da sua atuação agenda política anterior. Esses estigmas afetaram a autoestima, mas não destituíram a sua identidade, bem como a sua produção de conhecimento e a sua relação com os seus pares foram fundamentais para sua recondução em ambos os espaços de atuação.

Para enfrentar esses estigmas, Beatriz recorreu a diferentes estratégias, como afirmar a sua coerência e a sua autonomia, dialogar com a sua diversidade e a sua complexidade, todavia foi na política que ela reconhecendo a sua atuação política a partir de um *repertório de ação* diferente, ela busca resgatar a sua memória de resistência. Em entrevista concedida após a Marcha do Movimento Negro em 1988 o repórter Januário Garcia faz uma fala de introdução e diz:

Pessoa que todas nós da comunidade negra conhecemos, e eu qualifico como uma das mais importantes quando se trata de movimento negro, mas ao mesmo tempo há algo triste. A nova geração de militantes do movimento (negro) não tem conhecimento do valor do trabalho que ela desenvolveu junto ao movimento negro. É uma coisa que é importante deixar nítido, é que Beatriz foi uma pessoa que lutou só, ela lutou sozinha sem apoio de instituições, de patrocínio, e, no entanto, quando essas entidades foram criadas, tomaram corpo e hoje tomam as rumos, e raros momentos se ouve falar de Beatriz Nascimento. Essa entrevista tem como propositos dar espaço de visibilidade a Beatriz e trazer para nova geração o que representa Beatriz a nível de cultura brasileira.

O repórter segue com a pergunta: Beatriz, porque você não está enganada a frente da Luta atual (1988) do movimento?

Beatriz responde: Contribuí com o movimento negro no seu início e naquele momento eram necessários pessoas como eu ou Eduardo oliveira oliveira, ali em 1974 havia pouco trânsito de pessoas e havia necessidade que tivessem pessoas que pudessem ser porta voz das questões raciais, mas sem expor ou colocar em risco outras pessoas. Buscávamos um lugar enquanto professores, enquanto acadêmicos. Esse foi um processo importante também muito duro, mas busquei ter uma atitude como a dos nossos ancestrais, talvez como faria Zumbi, a atitude de recuar em momento de grande perigo e avançar quando os outros pudessem agir. Então me baseando em toda essa “prática quilombola” que é a de estar em volta, estar ao lado, estar atrás e só estar de fato a frente quando as coisas se tornam difíceis e haja necessidade da nossa presença a frente. Eu fiquei muito envolvida nos meus estudos acadêmicos, mas continuo na proposta de seguir acompanhando as pessoas, principalmente quem está lá na Universidade Federal Fluminense.

Ao longo da entrevista Beatriz é questionada sobre sua pesquisa e apresenta brevemente as reflexões em andamento e diz que um dos principais problemas que enfrenta no desenvolvimento de sua tese é a falta da documentação acerca de quilombos. A primeira questão é que a documentação até ali trabalhada por ela era apenas as organizadas pelos opressores e que documentavam apenas as fugas e repressões. Ela cita um documento de 1559, escrito a partir da então Capitania de Pernambuco, foi veiculado como notícia logo depois da primeira “partida” (exportação) de cana de açúcar do Brasil para a Europa.

Beatriz Nascimento explica que o quilombo foi uma forma de resistência cultural dos negros contra a opressão colonial e imperial. Ela afirma que os quilombos foram um marco na história do povo negro no Brasil, pois representaram uma forma de afirmar sua cultura africana e sua dignidade humana. Ela defende que os quilombos são uma fonte de conhecimento sobre a história do negro no Brasil e no mundo, e que devem ser valorizados como parte da memória coletiva. Nesse ínterim de participação da Quinzena do Negro da USP (1977), em que Beatriz participou de uma série de conferências de debates é que se dá o início

do diálogo que resultará na construção do documentário *Ôrí*⁸¹. A intenção de produzir esse projeto, dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber não se deu de maneira não proposital, está vinculado a um anterior projeto de pesquisa – na época, em fase de conclusão – e que veio a dar na sua dissertação de mestrado.

Tratava-se de um estudo sobre cinema novo, com ênfase na obra do cineasta Glauber Rocha. Munida das reflexões teóricas defendidas pelo mesmo que propunha o que o cinema se debruçasse acerca de grandes temas nacionais (1982). Raquel decidiu acompanhar os debates da Quinzena do Negro que ocorreu na USP e que Beatriz foi uma das oradoras. Nessa mesa ela levantou como tema de discussão o Quilombo e sua interseção preconceituosa na historiografia oficial. No conjunto dos debates realizados na USP em 1977, autores e debatedores conduziram seu discurso por uma temática comum: às formas culturais e históricas que os descendentes de africanos constituíram no país, apesar da dominação colonialista. Enquanto alguns pontos foram suscitadas acirradas polêmicas entre eles e com o público, a crítica à historiografia oficial congregava opiniões. Mais tarde, as pesquisas de Raquel Gerber e Beatriz Nascimento convergiram nesse ponto.

Foi o interesse despertado pelos estabelecimentos territoriais chamados Quilombos que provocou outra mudança na ideologia do movimento negro a partir daquela década. Visto esse preâmbulo, as sequências de origem acompanham as etapas tomadas para a consciência histórica em que se propôs o Movimento Social Negro a partir de 1977. (RATTS, 2022, p. 80-82) Documentário apresenta um documentário sobre os movimentos negros no Brasil, entre 1977 e 1988 e tem como fio condutor a história da Beatriz Nascimento. A Beatriz foi uma personagem relevante não só pela sua trajetória pessoal, mas também pelas suas produções acadêmicas. Ela estudou o negro e produziu documentos importantes para pensar na formação do Brasil.

O documentário *Ôrí* (GERBER, 1989) começa com uma afirmação da Beatriz Nascimento: “Eu sou atlântica”. Com essa frase, ela expressa sua identidade como parte de um continente formado pela transmigração de culturas. A mistura dos europeus, dos negros, dos indígenas e de todos os povos presentes

⁸¹ 00: 41: 18 – 00: 41: 50 – ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Raquel Gerber. Brasil: Transvideo, 1989. 93 min. DVD.

na América caracteriza a diversidade e a riqueza desse continente. Além disso, o documentário também traz questões sobre a experiência do exílio, que implica uma perda de imagem e um sequestro da terra natal. Os mercadores de escravos vendiam não só corpos negros, mas também almas dessas pessoas. A mercantilização dos negros se inicia também pela venda dos seus direitos.

O documentário tem traços de intimidade ao narrar e trazer imagens da vida pessoal da Beatriz. Ela mostra fotos dela e da irmã, traçando também uma comparação com a vestimenta da artista branca estadunidense Marilyn Monroe. Beatriz Nascimento diz que não reconhece quem ela é na foto da carteira de identidade, e usa esse fato para exemplificar a imagem fragmentada de si mesma. Ela chama atenção para a questão da subjetividade implicada no fortalecimento coletivo, exemplificada também pela expressão do corpo através da dança, dos cabelos e de rituais religiosos. Ela afirma: “É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro, e em cada um o reflexo de todos os corpos.” (1989).

Beatriz conta como se sente grande ao permanecer em cima de uma serra, e essa imagem realiza uma síntese das complexidades do ser em relação à terra. A terra de cor marrom, a terra de oferecer o ebó e guardar alimentos para os que estavam escravizados e conseguiram fugir, a terra de ter direito a morar e ocupar o espaço na nação. Ela declara: “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.” (1989)

Outro ponto importante abordada é a discussão sobre o pacto da branquitude⁸² (BENTO, 2022), que é o conjunto de normas e valores que privilegiam a branquitude em detrimento das outras etnias. A Beatriz Nascimento faz essa discussão quando vê as assembleias do movimento negro e percebe como os estudos acadêmicos sempre relacionam o negro ao passado escravocrata. Isso não reconhece a sua contribuição para a sociedade brasileira. *Orí* é uma produção que antecede a formulação da tese de Cida Bento (2022), mas que dialoga com as principais ideias e argumentos da autora. O documentário também traz questões sobre a experiência do exílio, a discussão sobre o pacto da branquitude, o conceito

⁸² 00: 29:40 – 00:30: 14 – ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Raquel Gerber. Brasil: Transvideo, 1989. 93 min. DVD.

de quilombo, a importância dos espaços onde os negros afirmam sua identidade e sua cultura, e a colonialidade branca.⁸³

O documentário de Beatriz possibilita também o resgate dessa história e a construção de novas histórias. Ela centraliza o conceito de quilombo para mostrar como os negros resistiram à opressão colonial e criaram comunidades livres e autônomas. Um exemplo disso é o quilombo da minha rainha, onde ela toma banho de ervas e dorme na esteira. Além disso, ela mostra como os povos bantus, que eram povos guerreiros que se fixaram nas regiões onde se instalavam, influenciaram as nações quilombolas na sua organização política e cultural. Ela também fala da relação desses povos com a África, onde eles mantinham laços com seus irmãos escravizados.

O documentário destaca a importância dos espaços onde os negros afirmam sua identidade e sua cultura, como as escolas de samba, os bairros funk e hip hop e os terreiros espirituais. Esses espaços são lugares onde os negros podem se expressar livremente e desafiar os mitos impostos pela colonialidade branca. A colonialidade branca é um sistema que subordina as outras etnias à branquitude como medida da verdade, do bem e do belo. Ela também impõe um modelo de natureza que valoriza apenas os aspectos positivos da vida selvagem. Esses mitos são usados para justificar a exploração dos recursos naturais e dos povos indígenas.

Para superar esses mitos, os negros precisam criar narrativas sobre si mesmos e sobre sua história. Eles precisam recuperar sua imagem positiva e afirmativa, sem se colocar em um lugar mítico ou sexualizado. Eles precisam colocar-se no outro lugar, ou seja, no lugar do outro ser humano. Esse processo de resistência vem desde que o espaço europeu começou a se expandir pelo território brasileiro desde o período colonial até os dias atuais. Por isso, é necessário romper com essa ideologia universalista onde o branco é visto como superior ao resto das etnias.

O *Orí* é importante, porque ele mostra as formas que já existem de descolonização do corpo negro e pensa em novas formas de resistir à opressão

⁸³ A tese do “pacto narcísico da branquitude”, apresentada no livro *O pacto da branquitude* de Cida Bento (2022), se articula com as reflexões postas no documentário porque ambas abordam a questão dos privilégios brancos e das formas como eles são mantidos por meio de acordos tácitos entre os diferentes grupos sociais. A autora defende que a branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.

racial. O documentário discute a dor e a angústia causadas pela ruptura da imagem dos sujeitos negros e suas histórias. A narrativa destaca a importância do corpo na construção da identidade. O corpo individual como um marco que traz marcas e lembranças da subalternização histórica coletiva. Um registro de sua história e de suas migrações. É a memória, que revive em ritmo e movimento, seja nos bailes funks, no carnaval ou na linguagem do transe espiritual. Por isso, Beatriz afirma:

[...] a memória é o conteúdo de um continente, da sua vida, da sua história, do seu passado. Como se o corpo fosse o documento. Não é à toa que a dança para o negro é um fundamento de libertação. O negro não pode ser liberto, enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo.⁸⁴

Beatriz que assume o lugar de personagem e mostra sua condição como sujeita que sofre com a falta de referência, tendo estas sendo perdidas na diáspora. Ao relacionar imagem e corpo à construção da identidade, Beatriz reflete sobre sua busca por visibilidade:

É preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade, então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi, que pra mim era o herói.⁸⁵

Essa invisibilidade descrita pela narrativa de Beatriz remete ao lugar social da população negra no Brasil. O ir e vir de corpos, imagens e memórias entre territórios do passado e do presente, a exemplo do que se observa nas falas, nos textos e nos movimentos, compõem a bagagem cultural negra para se ver/ser visto, encontrar, trocar e prosseguir. O corpo-território ampliou seus espaços, processo que continua, ainda que existam barreiras – encontrada, por exemplo na hegemonia branca nos espaços econômicos, políticos, culturais, artísticos e acadêmicos, sobretudo nos segmentos de gestão de empresa, órgãos públicos, partidos, mercado editorial e sociedades científicas, apesar de por exemplo, em face de ações afirmativas e cotas raciais, o corpo discente tenha se diversificado étnico- racialmente nos cursos de graduação. Apesar de mais um século pós-

⁸⁴ O NEGRO DA SENZALA AO SOUL. Direção: Gabriel Priolli Netto e Armando Figueiredo Netto. Produção: TV Cultura. Brasil: TV Cultura, 1977. 45 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A> Acesso em: 09 jan. 2024.

⁸⁵ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Jornal: Última Hora**. Rio de Janeiro Publicação: 25 de julho de 1976.

abolição da escravatura no Brasil e décadas de organização em movimento social permanecem invisibilidades.

Continua a ser importante encontrar o terreno comum de reflexão sobre as transgressões de fronteiras do pensamento de Maria Beatriz. O corpo-território é um espaço de resistência e criação, onde as identidades negras podem se afirmar e se expressar livremente. No entanto, esse espaço ainda é limitado e marginalizado pelas estruturas de poder que privilegiam a hegemonia branca e silenciam as outras vozes. Por isso, é necessário criar lugares de poder que valorizem a pluralidade de culturas, conhecimentos e formas de vida que compõem o Brasil. Esses lugares podem ser espaços físicos, como escolas, universidades, museus, centros culturais e afins, mas também espaços simbólicos, como livros, filmes, músicas, artes, etc.⁸⁶

O documentário também mostra como os negros resistiram à opressão colonial e criaram comunidades livres e autônomas, como os quilombos. Esses quilombos foram exemplos de negação do pacto narcísico da branquitude, pois desafiaram as normas impostas pelos colonizadores e afirmaram sua identidade cultural. E destaca a importância dos espaços onde os negros afirmam sua identidade e sua cultura, como as escolas de samba, os bairros funk e hip hop e os terreiros espirituais. Esses espaços são lugares onde os negros podem se expressar livremente e desafiar os mitos impostos pela colonialidade branca.

O documentário é um disparador de muitas questões que podem ser discutidas em sala de aula ou em espaços públicos. Em outra obra sobre o tema *Quilombos e da resistência cultural negra* (RATTS, 2006), Beatriz parte do contexto histórico em que os portugueses chegaram à África em busca de escravos e se estabeleceram em Angola, onde encontraram os mercadores de escravos chamados pombeiros. Segundo ela, os quilombos eram comunidades formadas por escravos fugidos ou libertos, que viviam em áreas isoladas ou protegidas pelos nativos. Outra definição de quilombo foi baseada na origem angolana da palavra, que significa “lugar onde se reúne”.⁸⁷

⁸⁶ SILVA, Ana Claudia Cruz da. Maria Beatriz Nascimento: transgressões de fronteiras e diásporas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2008.

⁸⁷ NASCIMENTO, Beatriz. Quilombos e da resistência cultural negra. In: RATTS, Alex (Org.). *Beatriz Nascimento: intelectual quilombola*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011, p. 55-64.

Nascimento destaca as diferentes formas de resistência dos quilombos diante da opressão colonial, como a rebelião, a aliança, a autonomia e a criação de novas formas de organização social, econômica e política. Em análise sobre as consequências da resistência quilombola para a formação da identidade nacional brasileira, segue afirmando que os quilombos representavam uma forma de afirmar sua cultura africana e sua dignidade humana.

Esse esboço de estudo tentou trazer uma unidade no tempo do fenômeno quilombo. Foi escolhido um método histórico descritivo por acharmos que caberia esse esforço, na medida em que as variantes do quilombo são negligenciadas oficialmente. Por outro lado, seria necessário um corpo analítico para se compreender porque este fenômeno sobrevive ao inconsciente coletivo dos negros e da inteligência brasileira.

Durante sua trajetória, o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. Como instituição, guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política, apregoa ideais de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções importantes pelos poderes dominantes. O fato de existido como uma brecha no sistema em que os negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que as instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural. (NASCIMENTO. 2011, p. 48)

Beatriz conclui com uma reflexão sobre a importância do estudo dos quilombos para a educação antirracista, defendendo que eles são uma fonte de conhecimento sobre a história do negro no Brasil e no mundo, e que devem ser valorizados como parte da memória coletiva.

Em diálogo com as questões apresentadas no texto, a intelectual concedeu uma conversa ao jornalista e escritor Paulo Sérgio dos Santos para a revista Tempo (1977), da TV Cultura. Essa conversa compõem o documentário “Da senzala ao soul” que registra a rearticulação do movimento negro brasileiro no final da ditadura militar. Nela, Beatriz fala sobre como o *soul music* norte-americana influenciou a juventude negra do final dos anos 1970 e serviu como eixo articulador de um sentimento de orgulho e pertencimento. Ela também defende que os quilombos são uma fonte de conhecimento sobre a história do negro no Brasil e no mundo.

A conversa se articula com o texto porque ambas apresentam depoimentos de intelectuais e ativistas importantes, como Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira, e Hamilton Bernardes Cardoso. Esses personagens são referências para o estudo dos quilombos e da resistência cultural negra no Brasil, pois eles contribuíram com suas pesquisas, produções e limitações para a conscientização do povo negro sobre sua história e sua identidade. Beatriz faz parte de um documentário “Da senzala ao soul” que registra a rearticulação do movimento negro brasileiro no final da ditadura militar, com depoimentos de intelectuais e ativistas importantes, como Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira, e Hamilton Bernardes Cardoso.⁸⁸

O objetivo da conversa é mostrar como a soul music norte-americana, seus temas e sua cultura (gestual, vestuário, hábitos etc.) influenciaram a juventude negra do final dos anos 1970 e serviram como eixo articulador de um sentimento de orgulho e pertencimento, que impulsionou a mobilização política contra o racismo e em favor dos direitos raciais. Os quilombos foram uma forma de resistência cultural dos negros contra a opressão colonial e imperial, e como eles representaram uma forma de afirmar sua cultura africana e sua dignidade humana.

⁸⁸ PRIOLLI NETO, Gabriel. **O negro, da senzala ao soul**. São Paulo: TV Cultura, 1977. 1 DVD (45 min), son., color. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A> Acesso em: 09 jan. 2024.

CAPÍTULO III

TECER A HISTÓRIA INVISÍVEL: ANÁLISE DAS LUTAS E IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS ATRAVÉS DAS REFLEXÕES DE MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

O desenvolvimento deste capítulo é um convite, a partir dos manuscritos da Maria Beatriz Nascimento, para refletir sobre o processo de produção de conhecimento, especialmente para mulheres negras. O objetivo aqui é questionar as interdições que foram estabelecidas historicamente, que por muito tempo excluiu vozes e perspectivas de grupos minoritários, atuando como legitimadores de uma visão hegemônica da História. A partir daí, torna-se urgente pensar em novos lugares de poder, que valorizem e incluam a diversidade de experiências e saberes. Explorando diferentes formas de acesso às histórias que dão sentido aos processos de produção de conhecimento e as nossas vidas.

O objetivo deste capítulo terá como propósito explorar a construção da identidade subversiva de Beatriz, dando ênfase a sua experiência pessoal e sua atuação militante, destacando o papel de sua escrita como ferramenta de resistência e transformação. Para tanto utilizarei a análise documental, de trechos de entrevistas concedidas, trechos do roteiro de seu documentário *ORÍ* e seus dois textos publicados “A mulher negra e o mercado de trabalho” (1976) e “A mulher negra e o amor” (1990).

Sem pertencer a coletivos específicos, ao consultar seu acervo é perceptível que Beatriz Nascimento tinha interesse pela questão das mulheres e também do feminismo, recebendo convites para participar de debates no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo — Comissão da Mulher Advogada e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher —, no Programa da Mulher Negra e do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), consultando ensaios e artigos de autoras como Fúlvia Rosemberg, Sonia Giacomini, Mary Garcia Castro, Mireya Suarez, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, além de manifestos de grupos feministas de Berlim e Caracas. Em 1986, ela recebeu o título de Mulher do Ano do Conselho Nacional da Mulher Brasileira. (RATTS, 2021, p. 13 e 14).

Os estudos e reflexões de Beatriz, apresentados em seu trabalho *A mulher negra no mercado de trabalho*⁸⁹, desempenham um papel crucial no contexto dos movimentos negro e feminista no Brasil. Através de sua análise histórica, ela destaca as complexas interseções entre gênero e raça, revelando a posição marginalizada e subalternizada da mulher negra na sociedade brasileira. Essa contribuição histórica ressoa profundamente com os movimentos que buscam igualdade, justiça e empoderamento para mulheres e negros.

No período em que o texto foi originalmente publicado, em 1976, a interseccionalidade entre raça e gênero ainda era frequentemente negligenciada nos debates feministas e antirracistas. A visão de Beatriz traz uma perspectiva disruptiva e desafia a tendência dominante de analisar apenas um aspecto dessas identidades. Ao explorar a história da mulher negra no mercado de trabalho, Nascimento lança luz sobre as interações complexas entre opressões históricas e presentes que moldaram as vidas dessa população.

A primeira contribuição significativa de Beatriz é sua análise do papel da mulher negra na sociedade colonial brasileira (1976). Ela contextualiza a estrutura hierárquica da época, revelando como a mulher negra desempenhava papéis multifacetados como produtora, reprodutora e força de trabalho. Nesse ponto, a autora destaca as discrepâncias entre a mulher branca, associada a um ideal de ociosidade e maternidade, e a mulher negra, cuja produtividade era instrumentalizada para atender aos interesses econômicos da elite dominante. Beatriz afirma:

A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada. Num país em que somente nas últimas décadas do século XX, o trabalho passou a ter significado dignificante – o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura – reproduz-se na mulher negra um “destino histórico”. É ela quem desempenha, majoritariamente, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos cujas relações de trabalho evocam a mesma dinâmica da escravocracia. (NASCIMENTO, 1990, p. 266)

Além disso, Beatriz reconhece que as desigualdades históricas persistem na sociedade industrializada moderna. Seu olhar crítico sobre a transição para a industrialização ressalta como as populações marginalizadas, particularmente a

⁸⁹ NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*. Última Hora, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976. Caderno Mulher, p. 4.

mulher negra, são relegadas a empregos de baixa remuneração e status. Sua análise revela a continuidade das estruturas discriminatórias, onde o critério racial ainda atua como um mecanismo de seleção que perpetua a segregação.

Seus estudos também lançam luz sobre a exploração sexual da mulher negra, revelando como os estereótipos raciais contribuíram para a legitimação dessa opressão. A autora desafia a visão de que a mulher negra é mais "desreprimida sexualmente" (NASCIMENTO, 1976), destacando a exploração e o fetichismo associados a essa imagem. Essa análise contribui para uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas de poder e opressão que moldam as experiências das mulheres negras.

No contexto dos movimentos negro e feminista, os estudos de Nascimento são valiosos porque oferecem uma base histórica e analítica para a compreensão das lutas contemporâneas. Eles desafiam estereótipos e oferecem uma perspectiva que não apenas reconhece a discriminação, mas também destaca as formas como ela é construída e perpetuada por fatores sociais, econômicos e culturais.

Em suma, as reflexões de Beatriz, como apresentadas em *A mulher negra no mercado de trabalho* (1976), desempenham um papel importante na análise histórica e interseccional entre gênero e raça, iluminam as lutas enfrentadas pelas mulheres negras e ressoam com as batalhas por igualdade e justiça. A historiadora nos lembra que a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva deve considerar as complexas interações entre as várias formas de opressão e desigualdade.

O artigo *A mulher negra e o amor*, publicado no *Jornal Maioria Falante* em fevereiro e março de 1990, é um retrato incisivo das interseções complexas entre gênero, raça e sociedade no contexto brasileiro. Beatriz Nascimento explora a relação entre a mulher negra e o conceito de amor, aludindo a padrões de dominação e exploração enraizados na sociedade. Para compreender plenamente a importância desta análise, é fundamental situar o texto dentro do contexto histórico no qual foi escrito.

Na década de 1990, o Brasil estava passando por uma fase de transição política e social, após décadas de ditadura militar os Movimentos sociais emergiram como agentes de mudança, desafiando estruturas hierárquicas e demandando igualdade e justiça. No entanto, a interseccionalidade entre gênero e raça frequentemente estava ausente dos debates predominantes, e é neste contexto que a análise perspicaz de Beatriz Nascimento ganha destaque.

Beatriz começa destacando a contradição subjacente entre ideais e realidades, em particular no que diz respeito à posição das mulheres na sociedade. Ela menciona uma citação de Martinho Lutero, que associa a razão à astúcia feminina, sinalizando como a sociedade ocidental historicamente subjugou o papel da mulher e atribuiu a ela um status inferior, que diz:

A razão é a maior inimiga da fé; ela nunca chega a lidar com as coisas divinas, mas sempre luta contra elas. A razão é e deve ser morta em todo cristão. A mulher, porém, recebeu uma mente astuta e uma inteligência sutil, para que possa enganar o homem. A natureza fez isso porque ela é fraca no corpo e, portanto, precisa de ajuda; caso contrário, ela não poderia sobreviver. (LUTERO, 1987, p. 249-256)⁹⁰

Esse ponto de partida revela a preocupação de Beatriz em elucidar as complexidades das construções ideológicas que moldaram as percepções de gênero e raça. Ao abordar a relação entre a mulher negra e o trabalho, ela destaca o legado da escravidão e sua influência nas condições socioeconômicas dessa população. A autora enfatiza que as mulheres negras frequentemente ocuparam empregos mal remunerados e semelhantes à escravidão, perpetuando uma exploração econômica arraigada. Nesse ponto, a visão crítica dela evidencia como estruturas históricas persistentes continuaram a marginalizar e explorar a mulher negra, mesmo após o fim da escravidão.

Além disso, Nascimento examina as relações de poder entre homens e mulheres negras, destacando o desequilíbrio resultante da desvantagem econômica enfrentada pelas mulheres. Ela argumenta que a busca de exploração por parte dos homens, em vez de um compartilhamento equitativo de afeto e responsabilidades, compromete o conceito de amor. Esta observação lança luz sobre as complexidades das relações afetivas nas quais as mulheres negras estavam inseridas, ilustrando como padrões arraigados de dominação e submissão permeiam todas as esferas da vida.

Ao rejeitar a fantasia da submissão amoroso pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduz o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu ethos. (NASCIMENTO, 1990, p. 268)

⁹⁰ Essa citação foi extraída de um sermão que Lutero pregou em 1523, sobre o livro de Gênesis, onde ele comentou sobre a criação e a queda da humanidade. Essa citação mostra como Lutero foi influenciado pelo contexto histórico e cultural em que viveu, e como ele reproduziu alguns dos estereótipos e preconceitos da sua época. Embora ele tenha sido um reformador religioso que desafiou a autoridade da Igreja Católica, ele também foi um conservador social que defendeu a ordem estabelecida e a submissão das mulheres aos homens.

Beatriz também explora a família negra como um elemento central na vida das mulheres negras, muitas vezes desafiando os padrões patriarcais e nucleares predominantes. Ela ressalta que as condições econômicas precárias levaram as mulheres negras a assumirem papéis de sustentadoras econômicas, invertendo as normas tradicionais. Ao fazer isso, ela não apenas contextualiza a realidade das mulheres negras, mas também fornece uma perspectiva analítica sobre como a desvantagem econômica afeta as dinâmicas familiares e de gênero.

O ensaio de Beatriz (1990) é uma contribuição significativa para o entendimento das relações complexas entre gênero, raça e sociedade no Brasil. A autora apresenta sua reflexão apontando que:

Pode parecer estranho que tenhamos escolhido a condição amorosa e não a sexual para nos referir ao estado de ser mulher e preta no meu país. A escolha do tema funda-se em histórias de vida e na observação de aspectos da afetividade da mulher diante da complexidade das ligações heterossexuais. (NASCIMENTO, 1990, p. 265)

A autora apresenta que a mulher negra enfrenta uma dupla opressão de gênero e raça, que limita sua expressão amorosa e sua autonomia (NASCIMENTO, 1990, p. 266). Sua análise histórica e crítica revela como estruturas históricas continuaram a moldar as experiências das mulheres negras, perpetuando a exploração e a marginalização. Em suma, o artigo de Beatriz Nascimento, *A mulher negra e o amor*, oferece um olhar profundo sobre as complexas interações entre gênero, raça e sociedade, enraizadas na história brasileira. A partir dessa perspectiva, ela busca lançar luz sobre as experiências das mulheres negras, desafiando narrativas hegemônicas e promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais.

O texto de Nascimento continua a ser uma fonte valiosa para a análise historiográfica e o entendimento das lutas persistentes das mulheres negras por equidade, justiça social e emancipação. Ao situar historicamente o artigo no cenário da década de 1990, fica nítido que as reflexões de Beatriz eram precursoras, destacando questões que só recentemente ganharam maior visibilidade e relevância nos debates sociais e acadêmicos.

4.1

A FORASTEIRA DE DENTRO: RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO ATRAVÉS DA ESCRITA DE BEATRIZ COMO UMA FERRAMENTA PARA POTENCIALIZAR VOZ ÀS MULHERES NEGRAS.

A trajetória intelectual de Beatriz mostra um conhecimento que aliado ao saber científico e a subjetividade, nos apresentam alguém que estava na margem dos chamados estabelecidos, os de “dentro”. Nesse sentido, em que Beatriz sendo forasteira, pode ser lida como uma *outsider within*, nas palavras de Patrícia Hill Collins:

Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um *status* de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (COLINS, 2016, p. 101).

Patrícia Hill Collins busca teorizar acerca da subjetividade das mulheres negras como central nas análises sociais. Examinado o conhecimento do cotidiano, ela aborda o pensamento feminista negro como parte de um contexto de ideias ligado a realidade política e econômica, diz ela:

A experiência passa pelo fato de elas serem mulheres *e* negras, uma epistemologia alternativa utilizada para rearticular um ponto de vista das mulheres negras deve refletir a convergência dos conjuntos de experiências (COLLINS, 2019, p. 429).

É necessário traçar apontamentos sobre a transgressão de fronteiras estabelecidas na intelectualidade e produção do conhecimento, para podermos compreender com mais clareza, esse lugar de resistência intelectual de Beatriz Nascimento, como uma das escritoras brasileiras que fomentaram através da sua obra questionamentos e denúncias. A partir das suas experiências pessoais coletiviza percepções que serviam como referencial para uma análise ampla. Há de se destacar a trajetória intelectual e política de Beatriz como uma forma de chamar atenção para a importância da sua contribuição para a produção do conhecimento historiográfico no Brasil, que assim como outras pensadoras negras não tiveram seus estudos visibilizados, por fazerem da sua inserção nos ambientes de estudo formal um local de denúncias das sistemáticas racistas e excludentes da

sociedade brasileira. Dessa forma, o centro do conhecimento é deslocado dos espaços hegemônicos para o cotidiano das mulheres intelectuais marginais.

Nesse sentido, refletindo sobre a situação da subalternidade feminina, chamo Gayatri Chakravorty Spivak, em “Pode o subalterno falar?” (1985), para atentarmos para esse lugar de subalternidade, *quasi* intrínseco a condição socioeconômica do povo negro; assim, chama atenção a marginalização da mulher no cenário da produção colonial dominado pelo gênero masculino. Não obstante seu visível desconforto quanto à posição subalterna que a mulher ocupa, Spivak não aponta caminhos para que a mulher se liberte do estigma da subalternização.

Em que pese a constatação do poder masculino no âmbito da produção colonial, a autora sinaliza que refletir sobre a “mudez” feminina não pode se restringir a uma simples questão idealista, mas configura-se um exercício de fala e de reposicionamento da mulher no espaço social, portanto, de ação enunciativa. Nesse cenário, portanto, o silêncio é resistência. Spivak fala diretamente à mulher, especialmente, à “pobre e de cor” (SPIVAK, 1985, p. 85), que preenche todos os requisitos que lhe conferem a condição de subalternidade, suas marcações sociais: a da pobreza, a do gênero, a da cor, que fazem com que a mulher negra permaneça “no lugar” demarcado ideologicamente e que lhe foi reservado. Um lugar que é periférico, fora do círculo. Não só pode um subalterno falar, como sempre falou, embora o seu lugar de protagonismo na produção do conhecimento tenha sido marginalizado. O retorno desses sujeitos aos espaços de formulação emerge como uma disputa da hegemonia de poderes por parte dos marginalizados que hoje assumem lugares na produção científica.

Beatriz Nascimento foi uma mulher negra que viveu em uma sociedade marcada pelo racismo, pelo sexismo e pela violência. Ela enfrentou diversos desafios em sua jornada pessoal, desde a migração de sua família do Nordeste para o Rio de Janeiro, passando pela dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho, até a sua atuação como militante e intelectual no movimento negro e feminista. Ela também sofreu com a discriminação e a invisibilidade no meio acadêmico, onde teve que lutar para ter seu trabalho reconhecido e respeitado. Ela foi assassinada pelo companheiro de uma amiga⁹¹, que ela tentou

⁹¹ GRAMADO, Paulo. **Professora pode ter sido morta por racismo**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 jan. 1995. Caderno Cidades, p. 3. Disponível em:

ajudar a se livrar de um relacionamento abusivo. Sua experiência pessoal como mulher negra influenciou sua escrita, que se caracterizou pela crítica ao racismo estrutural e ao mito da democracia racial, pela valorização da cultura e da identidade negras, pela defesa dos direitos humanos e pela busca de uma história do negro no Brasil a partir da perspectiva dos próprios negros.

Em um cenário em que as vozes das mulheres negras foram historicamente silenciadas, a análise e reflexão proporcionadas pelos textos de Beatriz Nascimento são fundamentais para ampliar nossa compreensão das interseções entre gênero e raça. Ao contextualizar as experiências das mulheres negras no Brasil, Nascimento nos convida a confrontar o legado de exploração, discriminação e marginalização que permeia a sociedade.

Portanto, o objetivo do próximo eixo de desenvolvimento deste capítulo é refletir sobre o processo de produção de conhecimento, especialmente para mulheres negras na História do Brasil. Os estudos de Nascimento servem como um chamado para incluir perspectivas interseccionais em nossas análises históricas e contemporâneas.

Para as intelectuais negras⁹² contemporâneas, os estilos de suas escritas são críticas contínuas ao racismo e ao sexismo, a exemplo disso trago bell hooks, que usa a escrita de seu pseudônimo em letras minúsculas, onde ela apresenta que o nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa. Essas intelectuais exploram e impactam a produção do conhecimento quando assumem as intersecções necessárias entre raça, classe e gênero, insurge a compreensão das permanências de um passado marcado pela escravidão moderna.

A historiadora Mariléia Almeida (2018) afirma que os aspectos da memória que são elementos na percepção de uma consciência histórica⁹³, onde o passado se torna presente e orienta as perspectivas, sendo esse próprio presente

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>. Acesso em: 09 de janeiro de 2014.

⁹² SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão Rezende (orgs.) *Jorn Rusen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

⁹³ Pasta 1 – documento 4, página 1- Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

articulando com a memória. Já hooks, lecionar, educar e escrever para a comunidade negra também é um ato político, fincado nas lutas antirracistas.

Nessa esteira de análise, a escrita de Maria Beatriz Nascimento é um exemplo de resistência e transformação, que potencializou vozes junto a outras às mulheres negras e intelectuais contemporâneas, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Beatriz questionou as interdições que foram estabelecidas historicamente, que por muito tempo excluíram vozes e perspectivas de grupos minoritários, atuando como legitimadores de uma visão hegemônica da História. A partir daí, tornou-se urgente pensar em novos lugares de poder, que valorizem e incluam a diversidade de experiências e saberes. Beatriz explorou diferentes formas de acesso às histórias que dão sentido aos processos de produção de conhecimento e as nossas vidas.

Todavia, Beatriz enfrentou inúmeras dificuldades ao longo de sua jornada de pesquisa, e muitas delas deixaram marcas profundas em seu corpo e em sua mente. Seus traumas são evidentes em suas palavras e escritos, e apesar de todo o esforço empregado para dar nome ao seu conhecimento, as tensões persistem e se multiplicam em meio a um clima político instável, repleto de obstáculos como a ditadura militar, falta de financiamento às pesquisas e violências raciais.

Ao acessar o fundo da Maria Beatriz no arquivo nacional⁹⁴, foi possível analisar diversos registros manuscritos que expõem e expressam suas angústias e reflexões acerca das dificuldades enfrentadas na elaboração da sua pesquisa de conclusão em Pós-graduação. Uma delas é o retorno à Universidade e ao discurso acadêmico depois de 10 anos de dedicação à literatura livre, à poesia e à prosa. Beatriz conta que na ocasião tinha quase 300 poemas escritos. Outro aspecto que ela cita como uma dificuldade é a rejeição ao racionalismo do pensamento ocidental do século XIX. Ela acredita que “Uma negação ao que é branco e ao que é europeu me coloca numa situação ambivalente”. Ela destaca que após tantos anos, ela ingressa num terreno do conhecimento que lida com conceitos inesperadamente novos para se pensar em problemáticas sociais.⁹⁵

⁹⁴ Pasta 1 – documento 4, página 5 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁹⁵ Pasta 1 – documento 4, página 5 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Ela entende que a sua escrita é fragmentária, porque apesar de tudo, ainda tem uma cumplicidade com os mestres, europeus e ocidentais. Em um de seus manuscritos ⁹⁶ ela diz: “É aí que está o drama. Como indivíduo minoritário tive e ao mesmo tempo não tive acesso aos mestres. Tenho e não tenho cumplicidade com o seu dito.”. Ela realiza então, uma importante reflexão que aponta que o futuro não será dos mestres europeus da filosofia, mas sim das minorias. Então, ela se coloca no texto como agente social do seu tempo e descreve que: “Não posso me debruçar com isenção sobre um selvagem. Este sou eu. Não posso me debruçar sobre o rebelde. O rebelde sou eu. Não posso me debruçar sobre o minoritário sem procurar fragmentá-lo. Pois nele estou, como fragmento.”⁹⁷. Nesse sentido, ela conta que convive com Guattari e Deleuze, mas a situação se mostra mais tensa ao ler Lévi Strauss e Pierre Clastres. Nascimento problematiza a técnica de compreender o mundo de um particular para o geral, algo típico do pensamento pragmático coletivo da Europa no século XIX.⁹⁸

Ela segue, então, para as suas reflexões sobre Michael Foucault em "*As palavras e as coisas*" (1966), ao se referir ao desaparecimento do discurso e à dispersão da linguagem. Partindo dessa leitura, ela se pergunta o que falar e escrever, sobre minorias, estando num lugar minoritário de mulher negra. Ela se pergunta, qual a linguagem que não pertence a enunciados dominantes.⁹⁹

Ela se questiona por que em um país subdesenvolvido e colonizado como o Brasil, o saber efetivo vem de sujeitos que atuam em instituições como as igrejas e as Academias. Ela se questiona o porquê da leitura de autores europeus que são considerados canônicos, mitos, e apenas por isso são lidos.¹⁰⁰

Beatriz identifica nesse panorama intelectual europeu moderno, a perspectiva do colonizador se conhecendo através do colonizado. Ela cita Albert Memmi em seu livro *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* (1966), apontando para o momento em que o colonizador capturava no seu reflexo

⁹⁶ Pasta 1 – documento 4, página 5 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁹⁷ Pasta 1 – documento 4, página 3 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁹⁸ Pasta 1 – documento 4, página 4 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

⁹⁹ Pasta 1 – documento 4, página 6 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

¹⁰⁰ Pasta 1 documento 4, página 7 – Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

o retrato do colonizado. Assim, ela defende que é importante a América não se subordinar mais, no pensamento, à Europa, rompendo atrelamentos culturais, raciais e psicossociais. A autora diz que o Cinema *Splendor* retratou isso no cinemascópio na última cena. Ela defende que a civilização ocidental pode ser feita na América e em outras partes do planeta, além de demarcar a sua insatisfação com a opressão norte-sul. Ela indica que depois da queda do muro de Berlim, passamos a nos perguntar “o que se passa com eles?” e não mais “o que se passa conosco – minorias, primitivos, selvagens, ladrões, corruptos etc.”¹⁰¹

Nascimento segue apontando que a Europa está no centro das análises enquanto o objeto a ser estudado, dessa vez. “O que aconteceu ou está acontecendo na Europa após 1968. Após Baader-Meinhof? Após as Brigadas Vermelhas! Após tortura e o terrorismo. Ainda temos muitos Vietnãs? Ou já passamos este tempo histórico?”¹⁰² Ela observa então, uma fragmentação europeia, também em voga.

Fazer parte de uma coletividade nacional foi uma crítica e tentativa de integração do Movimento Negro nas décadas de 70/80, como marca a autora, até a vitória do sufrágio universal nas eleições de 1989.¹⁰³ Ela defende que o movimento “Black Power foi a manifestação precoce das revoluções tribais no seio dos Grandes Estados e grandes sociedades Nacionais”. Ela cita então a Palestina, Líbia, Che Guevara e as Brigadas Vermelhas, perguntando-se “Será que se instaurou o novo? Ao mesmo tempo, a autora marca a fala de Daniel Cohn-Bendit, em que afirmou não ser mais possível a mudança como transformação coletiva.

Por fim, ela defende que o ato de pensar seja considerado tecnologia. Ela cita uma entrevista de Timothy Leavy em que o psicólogo e neurocientista, marca que o cérebro humano sobreviverá à morte física da espécie, podendo agir politicamente agora como seu próprio controlador (e único) e “fugir ao olho do grande irmão”. (HOOKS, 1995, p. 469.)

¹⁰¹ CAIXA 19, Pasta 1 – documento 4, página 8 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

¹⁰² CAIXA 19, Pasta 1 – Pasta 1 – documento 4, página 9 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

¹⁰³ CAIXA 19, Pasta 1 – Pasta 1 – documento 4, página 10 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

4.2

"A MULHER NEGRA E O AMOR" E A ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E SOCIEDADE.

Os textos de Beatriz Nascimento, em particular seu ensaio “A mulher negra no mercado de trabalho” (1976) e “A mulher negra e o amor” (1990), são fundamentais para ampliar a compreensão das interseções entre gênero e raça e para vislumbrar um futuro mais igualitário e inclusivo. Nesses textos, a autora analisa como a mulher negra foi submetida a uma dupla opressão, de raça e de gênero, que afetou suas relações afetivas, sua autoimagem e sua inserção social. Beatriz mostra como a sociedade brasileira, baseada na escravidão, no patriarcado e na ideologia da democracia racial, negou à mulher negra o direito à sua identidade, à sua cultura e ao seu território. Ela também revela como a mulher negra resistiu e se expressou através de diversas formas de amor, que envolvem solidariedade, liberdade e participação política. Esses textos são uma contribuição importante para o pensamento feminista negro no Brasil, pois denunciam as violências sofridas pelas mulheres negras e apontam caminhos para a sua afirmação e valorização.

Um texto que complementa essa análise é o de Sueli Carneiro “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”, que reúne artigos publicados pela ativista e feminista negra entre 2001 e 2010. Nesse texto, a autora nos convida a refletir criticamente sobre a sociedade brasileira, explicitando de forma contundente como o racismo e o sexismo têm estruturado as relações sociais, políticas e de gênero. Ela também aborda temas como a violência contra a mulher negra, as políticas de ação afirmativa, a saúde da população negra, a cultura afro-brasileira, entre outros. Esse texto é uma fonte valiosa para entender as lutas persistentes das mulheres negras por igualdade e empoderamento.

O texto de Beatriz Nascimento, “A mulher negra e o amor”¹⁰⁴, é um ensaio que aborda as relações afetivas das mulheres negras no Brasil, considerando o contexto histórico, social e cultural em que elas estão inseridas. A autora analisa como a escravidão, o racismo, o sexismo e a pobreza afetaram a autoestima, a identidade e a subjetividade das mulheres negras, bem como suas formas de

¹⁰⁴ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: LOPES, Nei (Org.). Enciclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 549-552.

resistir e de se expressar. O texto é uma reflexão crítica sobre as interações entre gênero, raça e sociedade, que revela as contradições, as opressões e as possibilidades de emancipação das mulheres negras.

O texto se divide em três partes: na primeira, a autora discute como a razão foi atribuída ao homem branco, enquanto a mulher negra foi relegada à condição de objeto de trabalho e de desejo. Na segunda, ela explora como a mulher negra foi vista como uma ameaça à família patriarcal e à moral burguesa, sendo estigmatizada como promíscua, infiel e desonesta. Na terceira, ela propõe uma nova forma de entender o amor, baseada na solidariedade, na liberdade e na participação política das mulheres negras.

O texto é uma contribuição importante para o pensamento feminista negro no Brasil, pois denuncia as violências sofridas pelas mulheres negras e aponta caminhos para a sua afirmação e valorização. O texto também é um convite para que as mulheres negras se reconheçam como sujeitos históricos e culturais, capazes de criar e transformar a sociedade.

Os textos de Maria Beatriz Nascimento, como “A mulher negra no mercado de trabalho” (1976) e “A mulher negra e o amor” (1990), são fundamentais para ampliar nossa compreensão das interseções entre gênero e raça, e para vislumbrar um futuro mais igualitário e inclusivo. Ao contextualizar as experiências das mulheres negras no Brasil, Nascimento nos convida a confrontar o legado de exploração, discriminação e marginalização que permeia a sociedade. É crucial que a academia e a sociedade em geral valorizem e reconheçam as contribuições das mulheres negras na (re) construção da nação. Os estudos de Nascimento servem como um chamado para incluir perspectivas interseccionais em nossas análises históricas e contemporâneas. Instituições de ensino e pesquisa devem promover o estudo dessas vozes subalternizadas e incorporar essas narrativas em seus currículos. Além disso, é necessário um esforço contínuo para desconstruir as estruturas opressivas que perpetuam a marginalização das mulheres negras. Isso envolve uma análise crítica das normas sociais e culturais arraigadas que perpetuam desigualdades de gênero e raça. A criação de espaços seguros e inclusivos para o diálogo e a colaboração entre mulheres de diferentes origens étnicas é essencial para a construção de uma solidariedade que possa desafiar os sistemas de opressão.

Em “A mulher negra e o amor”, Beatriz Nascimento explora as vivências das mulheres negras, questionando as histórias dominantes e estimulando uma reflexão mais aprofundada sobre as relações sociais. A autora expõe como as mulheres negras enfrentaram uma dupla discriminação, de raça e de gênero, que prejudicou seus vínculos afetivos e sua autoestima. Ela conta como as mulheres negras se rebelaram e se manifestaram por meio de várias formas de amor, que incluem solidariedade, liberdade e engajamento político.” (NASCIMENTO, 2004, p. 549-552)

Bell hooks em “Tudo sobre o amor” (2022), assim como Beatriz Nascimento, defende que o amor é mais do que um sentimento, é uma ação capaz de transformar a sociedade. Ela propõe uma ética amorosa, baseada em valores como carinho, respeito, compromisso e confiança, que contraria a lógica dominante do niilismo, da ganância e da obsessão pelo poder. Ela também analisa como o racismo, o sexismo e a pobreza impedem o exercício do amor verdadeiro, especialmente para as mulheres negras. Ambas as autoras concordam que é preciso questionar as interdições históricas que excluíram as vozes e as perspectivas das mulheres negras, e valorizar suas experiências e seus saberes como fontes de inspiração e de transformação social.

O silenciamento histórico das vozes das mulheres negras é uma forma de violência epistêmica, que nega a existência e a validade dos seus conhecimentos e experiências. As mulheres negras foram excluídas dos espaços de produção e circulação de saber, sendo consideradas incapazes de pensar, criar e transformar a realidade. Esse silenciamento tem consequências para a autoestima, a identidade e a subjetividade das mulheres negras, que são desvalorizadas e invisibilizadas pela sociedade.

No entanto, as mulheres negras não se conformaram com essa situação, e buscaram formas de resistir e de se expressar através de diversas linguagens e práticas. Elas criaram redes de solidariedade, de cuidado e de educação, que possibilitaram o diálogo entre elas e com outros sujeitos. Elas também produziram conhecimentos a partir das suas vivências, memórias e ancestralidades, que contribuíram para a construção de uma epistemologia negra e feminista. Esses conhecimentos são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas do Brasil, bem como para a promoção da diversidade, da democracia e da justiça.

Para mulheres negras, é raro que novas reivindicação de conhecimento sejam elaboradas de maneira isolada de outros indivíduos e em geral são desenvolvidas em diálogo com outros membros da comunidade. bell hooks afirma que “O diálogo implica uma conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto, um discurso humanizado, que confronta e resiste à dominação”, (HOOKS, 1989, p. 131).

Um dos pressupostos epistemológicos básicos subjacentes ao uso do diálogo na avaliação das reivindicações de conhecimento é o de que a conexão, e não a separação, é um componente essencial do processo de validação do conhecimento.

É principalmente no contexto da comunidade que as pessoas se tornam mais humanas e empoderadas, e somente quando buscam “o tipo de conexão, interação e encontro que promove a harmonia”. O poder da palavra, em geral, e os diálogos, em particular, permitem que isso aconteça.

Erudição e ciência estão intrinsecamente ligadas ao poder e à autoridade racial. O centro acadêmico não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. (KILOMBA, 2019, Pág. 50).

Qualquer forma de saber que não se enquadra na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo político da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam a que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade branca. (KILOMBA, 2019, Págs. 53-54).

Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizados para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias

das/os dominantes. Essa “diferença”, no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. (KILOMBA, 2019, Pág. 54)

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. (KILOMBA, 2019, Pág. 56). Sendo assim, a autora demanda uma epistemologia que inclua o pessoal e subjetivo como parte do discurso acadêmico, por todas nós falamos de um tempo e lugar específico, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros.

Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante, é um lugar de poder. (KILOMBA, 2019, p. 58).

Quando produzimos conhecimento, argumenta bell Hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. E ao ouvir nossos discursos, pode-se também ouvir a dor e a emoção contidas em sua precariedade: a precariedade, ela argumenta, de ainda sermos excluídas/os de lugares aos quais acabamos de “chegar”, mas dificilmente podemos “ficar”. (KILOMBA, 2019, p. 59). Estar dentro da besta anunciada é, de alguma forma, o lugar de perigo a partir do qual ele escreve e teoriza, o perigo de ser da margem e falar no centro. A margem e o centro referem-se aos termos usados por bell hooks. Estar na margem, ela argumenta, é ser parte do todo, mas fora do corpo principal.

hooks vem de uma pequena cidade do estado de Kentucky, onde trilhos de trem eram lembranças diárias de sua marginalidade, lembretes que ela estava realmente do lado de fora. Através daqueles trilhos se chegava no centro: lojas em que ela não podia entrar, restaurantes onde ela não podia comer e pessoas que ela não podia olhar nos olhos. Esse era um mundo onde ela poderia trabalhar como doméstica, criada ou prostituta, mas onde ela não podia viver; ela sempre tinha de retornar à margem. Havia leis para garantir seu retorno à periferia e severas punições para quem tentasse permanecer no centro. (KILOMBA, 2019, p. 67).

Nesse contexto de marginalização, hooks argumenta, que mulheres e homens negros desenvolvem uma maneira particular de ver a realidade: tanto “de

fora para dentro” quanto de “dentro para fora”. Focamos nossa atenção tanto no centro como na margem, pois a nossa sobrevivência depende dessa consciência. (KILOMBA, 2019, p. 67 -68). É o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo sujeito. (KILOMBA, 2019, p. 69).

Nesse sentido, Grada Kilomba (2019) se dedica a pensar como a subalternidade é uma forma de opressão que silencia e exclui as vozes dos colonizados, impedindo-os de falar e de serem ouvidos e compreendidos pelos que estão no poder. Kilomba diz:

não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas como conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas em nossa cultura, e, até mesmo, em nós. (KILOMBA, 2019, p. 51)

A subalternidade é uma consequência direta do colonialismo, que impõe uma hierarquia entre os povos colonizadores e colonizados, baseada na raça, na cultura e no conhecimento. A subalternidade é uma condição complexa e persistente, que não pode ser facilmente superada. Os subalternos são frequentemente desqualificados, considerados como conhecimento inválido, ou representados por pessoas brancas, que se tornam “especialistas em nossa cultura, e, até mesmo, em nós” (KILOMBA, 2019, p. 50).

Nesse contexto, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. O centro acadêmico não é um local neutro. É um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde elas têm estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que, formalmente, **as/os** construíram como as/os “outras/os” inferiores, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. (KILOMBA, 2019, p. 50).

Segundo Kilomba (2019), a subalternidade é também uma forma de violência, que se manifesta na academia, que não é um espaço neutro, mas um espaço branco, onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. A academia é um espaço onde os discursos teóricos das/os brancas/os têm construído as/os negras/os como as/os “outras/os” inferiores, colocando-as/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Qualquer forma de saber que não se enquadra na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente

rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. Assim, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de violência. (KILOMBA, 2019, p. 51). Logo, qualquer forma de saber que não se enquadra na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível.

A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo político da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam a que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade branca. (KILOMBA, 2019, p.53-54).

4.3

CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIR CAMINHANDO: O DESAFIO DAS INTELLECTUAIS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS

A historiadora Marileia de Almeida, em sua tese de doutorado intitulada “Território de afetos práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro” (2021), apresenta um estudo sobre as formas de resistência e criação das mulheres quilombolas no contexto brasileiro contemporâneo. Ela analisa o “pensar quilombola de mulheres negras”, que é uma forma de acesso às histórias que dão sentido aos processos de produção de conhecimento¹⁰⁵. Esse pensamento é baseado na experiência vivida, na memória coletiva e na ancestralidade, que permitem às mulheres quilombolas construir uma identidade étnica e uma consciência política.

¹⁰⁵ Mariléa também pondera que, antes mesmo do conceito ser cunhado como uma ferramenta analítica, no final de 1980, por Kimberlé Crenshaw, várias feministas negras já estavam adotando tal abordagem em suas análises (Almeida, 2018, p.51). No Brasil, ela cita Lélia Gonzalez em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1980), que marca a importância de levar em consideração as opressões de raça e gênero para a análise das mulheres negras no Brasil (Almeida, 2018, p.52). Além disso, o livro “Mulher negra” de Sueli Carneiro e Thereza Santos, também é abordado por sinalizar que apesar do aumento das produções sobre gênero, a variável cor não foi incorporada nas produções teóricas (Almeida, 2018, p.52).

Dentro das teorizações feministas contemporâneas, o corpo ocupa um papel central, como fonte de saber, local de resistência e espaço de subjetividade (ALMEIDA, 2018, p. 60). Nesse sentido, a pesquisadora se utiliza da concepção de “subjetividade corporificada”, que alia as problematizações do sujeito, questionando a noção liberal, branca e masculina (ALMEIDA, 2018, p. 60). Mariléa afirma que a abordagem da subjetividade corporificada permite questionar a narrativa predominante de que as mulheres negras suportam e resistem a tudo (ALMEIDA, 2018, p. 60). Ela argumenta:

Esse discurso, camuflado pela semântica da valorização, exprime uma forma de violência, já que nega às mulheres negras o direito à fragilidade e a valorização de suas criações intelectuais.” (ALMEIDA, 2018, p. 60).

Nesse contexto, Almeida identificou a abordagem das teorias feministas sobre práticas de subjetivação sob a égide da semântica da falta e da invisibilidade (ALMEIDA, 2018, p. 60). Ela destaca Lélia Gonzalez nessa perspectiva, percebendo, que por meio de uma abordagem psicanalítica, a socióloga observou como a falta tem pautado as análises das experiências femininas negras. (ALMEIDA, 2018, p. 60).

Outro aspecto relevante é a cultura escrita e o fazer-se intelectual das mulheres, em particular a experiência das mulheres negras, que consiste historicamente num legado de “corpo sem mente” (2018). As atribuições femininas orquestradas pelo colonialismo e posteriormente pelo capitalismo justificaram a exploração do corpo feminino na escravidão, representando-as numa iconografia de corpos hipersexualizados, a encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

Do outro lado das representações das negras como selvagens sexuais desqualificadas e/ou prostitutas há o estereótipo da mãe preta. Mais uma vez essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso a construção de mulher como mãe, peito amamentando e sustentando a vida dos outros. Significativamente a proverbial mãe preta, cuida de todas as necessidades dos demais, em particular dos mais poderosos.¹⁰⁶

As intelectuais negras têm um estilo de escrita que expressa críticas contínuas ao racismo e ao sexismo, que explora e impacta a produção do

¹⁰⁶ XAVIER, Giovana. (Org.). *Intelectuais Negras Visíveis*. Rio de Janeiro: Malê, 2017. Disponível em: <https://www.editoramale.com.br/product-page/cat%C3%A1logo-intelectuais-negras-vis%C3%ADveis>. Acesso em: 05 jan. 2024.

conhecimento quando elas assumem as intersecções necessárias entre raça, classe e gênero, que insurge a compreensão das permanências de um passado marcado pela escravidão moderna. Esses aspectos da memória são elementos na percepção de uma consciência histórica, onde o passado se torna presente e orienta as perspectivas, sendo esse próprio presente articulado com a memória. Uma das formas de expressar essa consciência histórica é a experiência do “pensar quilombola de mulheres negras”, que é uma forma de resistir ao silenciamento e à invisibilização das histórias e dos saberes das comunidades quilombolas, que foram marginalizadas e oprimidas pelo sistema colonial e escravocrata.

Ao se reconhecerem como descendentes de africanos e de escravizados, essas mulheres reivindicam o direito à sua identidade, à sua cultura e ao seu território. Elas também se articulam em redes de solidariedade, de cuidado e de educação, que fortalecem os laços entre as gerações e as diferentes comunidades. Tais experiências de trocas de conhecimento são preciosas e pouco documentadas, mas fundamentais para a análise das diferentes formas de acesso às histórias. Elas revelam as memórias, as lutas, as conquistas e as aspirações das mulheres quilombolas, que contribuem para a construção de uma sociedade mais plural, democrática e antirracista.

Elas também desafiam os paradigmas dominantes de produção de conhecimento, que desconsideram as epistemologias negras e as perspectivas femininas. Por isso, é importante valorizar e divulgar o “pensar quilombola de mulheres negras”, que é uma fonte de inspiração e de transformação social. Outro aspecto relevante para essa transformação é a história, que se tornou um campo privilegiado para visibilizar experiências femininas silenciadas no passado, permitindo observar como as identidades de gênero foram construídas (ALMEIDA, 2018, p. 45).

Uma das questões que se coloca na atualidade é pensar o sentido histórico da experiência hoje. Como fazer isso sem colocar a pessoa distante da realidade que estava inserida? Como evitar o que foi denunciado por Paul Gilroy (2012, p 403) “um processo de em que as vítimas “primeiro são abençoadas, depois são obrigadas a desempenhar um papel de iluminação e transformação do mundo”? Nesse sentido, Marileia Almeida nos ajuda a pensar a relação entre história e experiência nas discussões feministas.

Em sua obra, Almeida cita diversas autoras que abordam a experiência feminina a partir da História, como Simone de Beauvoir no final da década de 1940 e a historiadora Joan Scott, ressaltando que são as experiências que constituem os sujeitos, que passam a se reconhecer como portadores de uma prática (ALMEIDA, 2018, p. 46). Ela situa o momento da terceira onda do feminismo, em que o tema da experiência ganhou destaque no final dos anos de 1980 e início de 1990, aliado a questões de agência, resistência e identidade (ALMEIDA, 2018, p. 47)

Nesse contexto, destacam-se as feministas negras que tinham como mote dar visibilidade às práticas das mulheres negras, a partir, principalmente do retorno ao passado escravista, ora para produzir novas narrativas sobre o período, ora para dar visibilidade à produção intelectual de mulheres negras no século XIX (ALMEIDA, 2018, p. 47). Dessa forma, se destacam Angela Davis em 1981, ao lançar, *Mulheres, raça e classe*, e bell hooks, que também parte de uma nova tese sobre a escravidão (ALMEIDA, 2018, p. 48).

Outras autoras também são citadas, como Gloria Anzaldúa e Cherríe Moraga (1981), em “The Bridge called my back: writings by radical women of color”¹⁰⁷, que apontavam para a necessidade de encontrar uma linguagem que superasse a naturalização da opressão (ALMEIDA, 2018, p. 50). Elas defendiam que era necessário encontrar outras formas de narrar as experiências femininas de diferentes origens sociais, étnicas e sexualidades, para além da semântica da opressão (ALMEIDA, 2018, p. 50).

A autora mostra a década de 1980, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, como um momento marcante para o uso da interseccionalidade¹⁰⁸ como ferramenta teórica e política das práticas dos feminismos negros (ALMEIDA, 2018, p.55). As produções de ambos os países também marcam práticas de “assujeitamento” das mulheres negras, a partir de 3 perspectivas: a construção de estereótipos que fazem com que o corpo se torne um objeto sexual, os estereótipos

¹⁰⁷ Essa é uma coletânea de ensaios, teorias, ficções, poemas e transcrições sobre as experiências de mulheres de cor e mulheres do Terceiro Mundo, principalmente no contexto dos Estados Unidos. A obra foi editada por Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa, duas escritoras e ativistas feministas que abordam as interseções de raça, classe, gênero e sexualidade na opressão e na libertação das mulheres de cor.

¹⁰⁸ Artigo publicado no jornal *Última Hora*, em julho de 1976. A partir da leitura desse artigo é possível observar a correlação dos aspectos de gênero, raça e classe. Nesse momento ainda não havia a estruturação das ferramentas analíticas de interseccionalidade, mas os estudos acerca das desigualdades raciais e entre homens e mulheres já estavam ganhando força.

sobre uma domesticidade dos corpos negros femininos, e por fim, os estereótipos concernentes às formas como as mulheres negras se relacionam com as práticas racistas (ALMEIDA, 2018, p. 55).

Busquei apresentar as principais ideias de Beatriz Nascimento, uma intelectual negra que se destacou por sua voz subversiva na construção da identidade das mulheres negras no Brasil. A partir de seus textos, analisamos como ela abordou temas como o corpo-território, o amor, o trabalho, a cultura e a política, revelando as interseções entre gênero e raça e as formas de resistência e de criação das mulheres negras.

Concluo que Beatriz Nascimento foi uma intelectual subversiva, que desafiou as narrativas hegemônicas e promoveu uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais. Ela também foi uma fonte de inspiração e de transformação para as mulheres negras, que se reconhecem como sujeitos históricos e culturais. Por isso, é importante dar visibilidade às vozes silenciadas e valorizar as experiências e os saberes das mulheres negras, que contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Esse é o desafio da intelectualidade subversiva, que continua a caminhar com Beatriz.

Faço alguns apontamentos para as intelectuais negras que buscam construir uma história transgressora, assim como Beatriz Nascimento foi em seu tempo. Para isso, dialoga com as obras e as trajetórias de outras seis autoras negras que se destacaram em diferentes campos do conhecimento: bell hooks, Mariléa de Almeida, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Giovana Xavier e Conceição Evaristo. A partir dessas referências, procuro identificar os desafios, as estratégias e as contribuições das intelectuais negras na produção de novas narrativas sobre si mesmas e sobre a sociedade.

Um dos principais desafios que as intelectuais negras enfrentam é a invisibilidade e a desvalorização de seus saberes no espaço acadêmico e na cultura dominante. Como afirma Patrícia Hill Collins (2019), as mulheres negras são frequentemente tratadas como objetos de estudo, e não como sujeitos produtores de conhecimento. Elas são silenciadas, marginalizadas e estereotipadas por uma epistemologia que privilegia a perspectiva dos homens brancos, ocidentais e de classe média ou alta. Nesse sentido, as intelectuais negras precisam resistir à opressão e à alienação impostas pelo racismo, pelo sexismo e pelo classismo, e

afirmar suas vozes, suas experiências e suas identidades como fontes legítimas e relevantes de conhecimento.

Uma das estratégias que as intelectuais negras utilizam para resistir e se afirmar é a criação de redes de solidariedade, apoio e colaboração entre si. Essas redes permitem o compartilhamento de informações, recursos, oportunidades e afetos, além de fortalecer a autoestima, a confiança e a visibilidade das intelectuais negras. Um exemplo de rede de intelectuais negras é o Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras, coordenado por Giovana Xavier, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse grupo reúne pesquisadoras, professoras e estudantes negras de diversas áreas e instituições, que se dedicam a estudar e divulgar as obras e as trajetórias de mulheres negras que se destacaram como intelectuais, ativistas, escritoras, artistas, entre outras.

Em 2017, o grupo lançou o catálogo *Intelectuais Negras Visíveis*¹⁰⁹, que elenca 181 profissionais mulheres negras de diversas áreas em todo o Brasil. Outra estratégia que as intelectuais negras empregam é a inovação e a transgressão na forma de produzir e comunicar seus conhecimentos. Elas utilizam diferentes linguagens, mídias, gêneros e estilos para expressar suas ideias, questionar as normas hegemônicas e alcançar diferentes públicos. Elas também recorrem a conceitos, metodologias e teorias que valorizam as especificidades, as diferenças e as interseccionalidades das experiências das mulheres negras.

Por exemplo, a Historiadora Collins (2019), propõe uma teoria do pensamento feminista negro, que reconhece a diversidade e a complexidade das vivências das mulheres negras, e que busca transformar as relações de poder que as oprimem. Collins defende que as intelectuais negras devem usar sua posição privilegiada na academia para criar e disseminar conhecimentos que contribuam para a justiça social e para a emancipação dessas mulheres.

Essa é uma das inúmeras e significativas contribuições das intelectuais negras para a construção de novas narrativas. Elas ampliam, aprofundam e enriquecem o conhecimento sobre a história, a cultura, a política, a economia, a educação, a saúde, a arte, a literatura, entre outros aspectos da sociedade. Além disso, elas oferecem novas perspectivas, críticas, reflexões e propostas para enfrentar os problemas, os desafios e as demandas da atualidade. Não só isso, elas

¹⁰⁹ XAVIER, Giovana. *Catálogo Intelectuais Negras Visíveis*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

ainda inspiram, motivam e empoderam outras mulheres negras a se reconhecerem como intelectuais, a se expressarem com liberdade e criatividade, e a participarem ativamente na construção de um mundo mais justo, democrático e diverso.

Em resumo, intelectuais negras desempenham um papel fundamental na construção de novas narrativas sobre si mesmas e a sociedade. Enfrentando diversos desafios, desenvolvem estratégias para superá-los e se afirmarem como produtoras de conhecimento. Sua contribuição é significativa para o avanço do saber, da cultura, da política e da cidadania. Seguindo o exemplo e o legado de Beatriz Nascimento – historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres – essas intelectuais continuam a luta. Nascimento foi pioneira no estudo dos quilombos como espaços de resistência, liberdade e identidade dos povos negros no Brasil. Como uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras e do Movimento Negro Unificado, foi uma intelectual transgressora que ousou pensar, escrever e agir contra as opressões e injustiças que marcaram sua vida e a de tantas outras mulheres negras. Sua trajetória inspira a caminhada de muitas, com coragem, criatividade e solidariedade.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de mestrado se dedicou a uma análise aprofundada da trajetória de Beatriz Nascimento (1942-1995), abordando aspectos cruciais como o contexto político e social em que ela se inseriu, suas reflexões e propostas para o movimento negro de seu tempo, e os intercâmbios intelectuais que realizou. Através do uso de fontes documentais, foi possível observar suas ações políticas, sua produção teórica e suas escolhas individuais dentro de seu contexto histórico.

É importante destacar que os conceitos utilizados neste estudo não se enquadram em um quadro teórico-metodológico tradicional, mas sim em instrumentos de pensamento que nos permitiram compreender algumas das escolhas, trajetórias e diálogos de Beatriz Nascimento com os intelectuais de sua geração e o repertório historiográfico que a cercava em determinado momento de sua carreira acadêmica-ativista.

A pesquisa que busca resgatar e valorizar o legado de Maria Beatriz na resistência cultural negra no Brasil se insere no campo da História Social da Cultura. Esta pesquisa se baseia na abordagem teórico-metodológica da História Intelectual de Mulheres Negras, que visa construir alternativas epistemológicas ao paradigma eurocêntrico e patriarcal que domina a produção do conhecimento.

Os textos analisados revelam a importância de Maria Beatriz Nascimento como uma referência para as mulheres negras que buscam ter a sua voz ouvida e reconhecida no meio acadêmico e na sociedade, bem como para a compreensão da história e da cultura afro-brasileira. Beatriz foi influenciada pela luta anticolonial africana, pelo pensamento da Negritude e pelo movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Ela se propôs a escrever uma historiografia disruptiva que retratasse o negro como um homem livre, e não como um escravo submetido e inferiorizado.

Como intelectual orgânica dos movimentos sociais, Beatriz também se baseou em sua experiência pessoal e em sua memória, que foram registradas em seu acervo no Arquivo Nacional. Seus textos mostram a diversidade e a riqueza da produção de Beatriz, que abrange textos teóricos, poéticos, ensaísticos e biográficos, que expressam as suas múltiplas facetas e transgressões.

A análise de como Beatriz Nascimento (re)escreveu a história do Brasil a partir da perspectiva dos quilombos, usando fontes manuscritas, permitiu compreender o seu processo de pesquisa, as suas dificuldades, metodologias, leituras e experiências. Também foi possível examinar os diálogos que ela estabeleceu com seus contemporâneos do pensamento quilombola, como Maria Beatriz, Clóvis Moura e Abdias Nascimento, e como eles influenciaram a sua reimaginação da história do Brasil.

A obra de Maria Beatriz Nascimento é apresentada como uma contribuição fundamental para o estudo da história e da cultura afro-brasileira. Ela revela a diversidade e a riqueza dos quilombos como sistemas sociais alternativos organizados pelos negros, desde o período colonial até as favelas contemporâneas. Ela questiona a visão homogênea e simplista dos quilombos na historiografia, e propõe uma abordagem mais complexa e dinâmica, que considera as origens, as conotações, as funções e as ideologias dos quilombos em diferentes contextos históricos e sociais.

Este trabalho também se dedicou a analisar a contribuição de Maria Beatriz para a compreensão da condição das mulheres no Brasil, especialmente das mulheres negras, a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e pós-colonial. Foi explorada a sua trajetória pessoal, o seu ativismo e a sua escrita, que se articularam como ferramentas de resistência e transformação.

Por fim, este estudo propõe que o trabalho de Maria Beatriz Nascimento seja reconhecido e valorizado como uma fonte de inspiração e de resistência para as mulheres negras e para todas as pessoas que se comprometem com a transformação epistemológica e social. Através desta dissertação, esperamos ter contribuído para a valorização e o reconhecimento do legado de Beatriz Nascimento, e para a continuação de sua luta.

5 Fontes

A – Arquivos

Arquivo Nacional (Brasil). Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA. Código de referência: BR_AN_BSB_VAZ_082_0063. Relatório sobre o acidente aéreo envolvendo o voo 1907 da Gol. 29 set. 2006. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/centro-de-informacoes-de-seguranca-da-aeronautica-1981>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_082_0063.

ARQUIVO NACIONAL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Código de referência: BR.DFANBSB. H4. MIC. GNCEEE. 910025760.

ARQUIVO NACIONAL. Serviço Nacional de Informações (SNI) – Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.88015879.

ARQUIVO NACIONAL. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Código de referência: AC_ACE_60234/87 (Confidencial).

Caixa 19 - Pasta 1, Documento 4, Página 1 - documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional

Caixa 19 - Pasta 1, Documento 4, Página 1- Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional

Caixa 19 - Pasta 1, Documento 4, Página 2 - Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional

Caixa 19, Pasta 1 - documento 4, página 1- Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

CAIXA 19, Pasta 1, documento 4, página 10 - sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 1 - Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino.

Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 2 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, Documento 1, Página 3 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 3 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 4 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 5 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 5 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 5 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 6 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, documento 4, página 7 - Manuscritos sem título, sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

CAIXA 19, Pasta 1, documento 4, página 8 - sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

CAIXA 19, Pasta 1, documento 4, página 9 - sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 1, Página 5 - Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional

Caixa 19, Pasta 76, Documento 1, Página 1 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 76, Documento 1, Página 4 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 76, Documento 1, Página 4 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 76, Documento 1, Página 4 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 19, Pasta 76, Documento 1, Página 5 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 25, Pasta 76, Documento 1- Página 1 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 25, Pasta 76, Documento 1, Página 1 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Caixa 25, Pasta 76, Documento 1, Página 5 - Documentos manuscritos disponibilizados no Acervo documental da Maria Beatriz Nascimento no Arquivo Nacional

Caixa 25, Pasta 76, Página 1 - Documento 1 - Manuscritos sem título, sem local, sem data, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

Nascimento, Abdias. Entrevista concedida à Revista Acervo do Arquivo Nacional. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 5-14, jul/dez 2009, pág. 14.

O Ato Institucional nº 5, AI-5. Informações extraídas do verbete disponível no site do CPDOC – FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 03 jan. 2024.

B – Periódicos

FERREIRA, Ricardo Alexino. Alex Ratts fala sobre a intelectual negra Beatriz Nascimento. **Jornal da USP**, São Paulo, 15 mar. 2021. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/atualidades/alex-ratts-fala-sobre-a-intelectual-negra-beatriz-nascimento/>. Acesso em 03 jan. 2024.

GRAMADO, Paulo. Professora pode ter sido morta por racismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1995. Caderno Cidades, p. 3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html> Acessado: 09 de janeiro de 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Última Hora**, Rio de Janeiro Publicação: 25 de julho de 1976.

_____. A mulher negra no mercado de trabalho. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976. Caderno Mulher, p. 4.

_____. **O Quilombo da Jabaquara (1979)**. Texto datilografado, introdutório ao relatório final do projeto de pesquisa financiado pela Casa Léopold Senghor e pela Fundação Ford, 1981.

_____. Por uma história do homem negro. **Revista África**, 1978. Ed.: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

_____. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura**, Vozes, Petrópolis, v. 68, n. 1, p. 41-45, 1974.

_____. A mulher negra e o amor. **Última Hora**, julho, 1976.

O negro visto por ele mesmo. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, setembro, 1976b.

OLIVEIRA, E. de. Eduardo de Oliveira e Oliveira sobre a USP: “nós temos direito a essa instituição”. **Geledés**, 05 ago. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eduardo-de-oliveira-e-oliveira-sobre-usp-nos-temos-direito-essa-instituicao/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PINHO, B. Movimento Negro Unificado (MNU) - História e legado. **Politize!**, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro-unificado/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

C – Documentos

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Relatório sobre a atuação do movimento negro no Brasil**. Brasília, 1980. 2 p. Disponível em: http://querepublicaessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88015879_d0001de0002.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

Carta Convocatória ao ato de Fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) contra a discriminação racial. Junho, 1978. Disponível em:

<https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

D – Audiovisuais

O NEGRO DA SENZALA AO SOUL. Direção: Gabriel Priolli Netto e Armando Figueiredo Neto. Produção: TV Cultura. Brasil: TV Cultura, 1977. 45 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A> Acesso em: 09 jan. 2024.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Raquel Gerber. Brasil: Transvideo, 1989. 93 min. DVD. Trecho: 00: 29:40 – 00:30:14.

_____. Direção: Raquel Gerber. Produção: Raquel Gerber. Brasil: Transvideo, 1989. 93 min. DVD. Trecho: 00: 41: 18 – 00: 41: 50.

PRIOLLI NETO, Gabriel. O negro, da senzala ao soul. São Paulo: TV Cultura, 1977. 1 DVD (45 min), son., color. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso em: 09 jan. 2024.

E – Outras fontes

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933; 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Ordem e Progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase colapso. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4. ed. São Paulo: Global, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. "Um retrato". In: RATTIS, Alex; GOMES, Bethânia (Org.). **Todas [as] distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015, p. 36.

_____(Org.). **Cultura em movimento:** matrizes africanas na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2007, p. 13-24.

_____. A mulher negra e o amor. *In:* LOPES, Nei (Org.). **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 549-552.

_____. **A mulher negra e o mercado de trabalho.** Última Hora, Rio de Janeiro, (25 jul. 1976), p. 4-5.

_____. Historiografia do quilombo. *In:* **QUINZENA DO NEGRO**, 1977, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 1977. Disponível em: http://querepublicaessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_88015879_d0001de0002.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

_____. *In:* OLIVEIRA, Eduardo de (Org.). **Quem é quem na negritude brasileira.** v. 1. São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998, p. 192.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In:* RATTS, Alex; GOMES, Flávio (Orgs.). **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 51-64.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In:* RATTS, Alex (org.). **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 117-132.

_____. O conceito de quilombo e resistência negra. *In:* RATTS, Alex. **Eu sou atlântica.** São Paulo: Imprensa oficial, 2006.

_____. Quilombos e da resistência cultural negra. *In:* RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento:** intelectual quilombola. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011, p. 55-64.

_____. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. *In:* RATTS, Alex (Org.). **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2006, p. 137-144; Afrodiáspora. Nos. 6-7, pp. 41- 49. 1985.

_____. **Uma história feita por mãos negras:** relações raciais, quilombos e movimentos. *In:* RATTS, Alex (org). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. ISBN 978-65-5979-006-7.

6

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Mariléa. **O dever quilombola**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

ASANTE, Molefi Kete. **A ideia afrocêntrica em educação**. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 31: mai.-out./2019, p. 136-148.

BARRETO, Raquel de Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais**. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-16, jul./set. 2020.

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em Espaços Urbanos - 130 anos após a abolição. *In: Extra prensa*, São Paulo, v.12, n. esp. 2019.

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 405-432, jul./dez. 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. São Paulo: Edusc, 2004.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Dissertação de Mestrado – PPGH/UFMG. Belo Horizonte, 2001.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____(Org.). **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal**. ed. França: Honoré Champion, 1939. 128 p.

CHALHOUB, Sidney. **Os mitos da Abolição**. *Trabalhadores*, Campinas, p. 36-40, 19.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

COLLINS, P. H. **Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Revista Estado e Sociedade*. Volume 31 Número

1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf> Acesso em: Janeiro de 2023.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** São Paulo: Difel, 1966.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. **Revista Territórios e fronteiras**, v. 3, n. 01, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. **Frente Negra/Legião Negra.** In: Dicionário da escravidão e Liberdade. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática, 1965.

FLORES, Elio Chaves. **Réquiem para uma historiadora negra: morte e invisibilidade de Beatriz Nascimento.** Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, v. 25, n. 43, p. 1-18, jan./mar.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 2007.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência.** São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), 1993.

_____. *The Black Atlantic: Modernity and Double-Consciousness.* Verso, 1993.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. In: **A representação do eu na vida cotidiana.** 2011, p. 231-231

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Flávio. **A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 81-106.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, nº 92/93, 1988.

_____; HASENBALG, Carlos (Orgs.). **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001

HENRIQUES, Isabel Castro. Reflexões sobre o “escravo” africano. *In*: HENRIQUES, Isabel Castro. **O pássaro do mel**. Estudos de História Africana. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LARA, S. H. A historiografia do trabalho escravo e livre no Brasil. *In*: CUNHA, Maria Clementina Pereira; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 13-36. 1

_____. No Fio da Navalha: As Lutas Escravas Na História e Na Política. *Idéias*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 53-68, 1995.

_____. **Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação**. São Paulo: Edusp, 2021. 451 p.

_____. “*Blowin’ in the Wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *In*: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC, SP**. Nº 12 (out. 1995). – São Paulo: PUC –, 1995.

_____. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

_____. Trabalhadores Escravos. **Revista – Trabalhadores**, São Paulo, v. 1, p. 4-19, 1989. Pg. 19.

LOPES, Carla. **Movimento Negro no Brasil: resistências e lutas**. Fundação Cultural Palmares, 2019.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995

LUTERO, Martinho. Sermão sobre a criação e a queda da humanidade. *In*: **Obras selecionadas de Martinho Lutero**. Vol. 1. São Leopoldo: Sinodal, 1987, p. 249-256

_____. **Sermões sobre o livro de Gênesis**. Wittenberg, 1523. Wittenberg: George Rhau, 1527.

MATTOS de Castro, Hebe Maria. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas.** *The global history of Atlantic slavery: evaluation and perspectives.* Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019v26n41p14/38434>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas.** *In: Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, jan/abr, 2019.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista (Brasil, século XIX).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1998.

_____. **Novas perspectivas na história da escravidão.** *Tempo*, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-16, 2016.

MOURA, Clóvis. Influência da escravidão negra na estrutura e comportamento da sociedade brasileira. *In: Brasil: raízes do protesto negro.* São Paulo: Global Ed, 1983.

_____. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Prólogo: A história de uma rejeição.** *In: Genocídio do Negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo. Editora Expressão Popular. 1993.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Movimento Negro Unificado (1978-1988): 10 anos de luta contra o racismo.** Programa de ação do MNU. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. Documento nº 7. Quilombismo. *In: O Quilombismo.* Documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Lucas Ferreira do. **Coletivos Negros Universitários: Agentes e Agendas Antirracistas na Universidade Federal Fluminense.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2023.

NASCIMENTO, R. do; COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. **Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 7, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/29460>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: FAPESP, 2001.

PEREIRA, A. A.; MAIA, J. L.; LIMA, T. C. S. de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 75, p. 162-183, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i75p162-183>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de pesquisa, n. 114, p. 179-195, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; 1942.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

_____; GOMES, Bethânia (Org.). **Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015.

_____. (Org.). **Uma história feita por mãos negras: Beatriz Nascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RIDENTI, Marcelo. **Brasil, anos 1960: povo, nação, revolução**. In: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez: intelectual, ativista e mulher negra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Thamyris. **Biografia**. Poema Inédito, 2016.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (orgs.) **Jorn Rusen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SILVA, Ana Claudia Cruz da. **Maria Beatriz Nascimento: transgressões de fronteiras e diásporas**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2008.

SILVA, M. A. da; SILVA, J. C. da. Movimentos negros no Brasil e os cenários de luta pela educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, n. 151, p. 105-122, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ntytgZqBG5wffjyVDC9Q79b/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SILVA, Sandra Martins da. **O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: Memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010. 135 p.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Zahar, 1994.

XAVIER, Arnaldo. Beafrikanção. *In*: RATTIS, Alex; GOMES, Bethânia (Org.). **Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015, p. 118.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

_____. **Catálogo Intelectuais Negras Visíveis**. Rio de Janeiro: Malê, 2017. Disponível em: <https://www.editoramale.com.br/product-page/cat%C3%A1logo-intelectuais-negras-vis%C3%ADveis>. Acesso em: 05 jan. 2024.